



UNIVERSIDADE  
DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

## **Uma Aproximação à Evolução da Paisagem da Vinha no Alentejo**

Inês de Campos Vintém

Orientação | Professora Doutora Maria da Conceição Marques Freire

Professora Doutora Isabel Alexandra Joaquina Ramos

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Dissertação

Évora, 2019



UNIVERSIDADE  
DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

## **Uma Aproximação à Evolução da Paisagem da Vinha no Alentejo**

Inês de Campos Vintém

Orientação | Professora Doutora Maria da Conceição Marques Freire

Professora Doutora Isabel Alexandra Joaquina Ramos

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Dissertação

Évora, 2019



Júri constituído por :

Presidente: Aurora da Conceição Parreira Carapinha, Professora Auxiliar, Universidade de Évora

Arguente: Nuno Lecoq, Professor Auxiliar Convidado Aposentado, Instituto Superior de Agronomia

Orientadora: Maria da Conceição Marques Freire, Professora Auxiliar, Universidade de Évora

## | AGRADECIMENTOS

Nesta fase final não posso deixar de agradecer a todas as pessoas que tornaram possível terminar este ciclo.

Em primeiro lugar aos meus pais e irmã, que sempre me apoiaram e aconselharam da melhor maneira, que estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis, e que apesar da distância estiveram presentes todos os dias. Um obrigada do fundo do coração.

Às minhas orientadoras, professoras Conceição Freire e Isabel Ramos, que nunca desistiram de mim. Obrigada pelos puxões de orelhas necessários e por acreditarem que era possível. Obrigada não só por me acompanharem nesta fase mas por todos os conselhos e conhecimentos transmitidos ao longo dos anos.

À Comissão Vitivinícola Regional Alentejana, em especial ao Eng. João Barroso, gestor do Programa de Sustentabilidade, responsável pelo Plano de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo, por todo o apoio prestado ao longo da elaboração desta dissertação.

Ao Professor Carlos Alexandre, do Departamento de Geociências da Universidade de Évora, que foi fundamental na compreensão dos temas relacionados com os solos, uma das matérias mais complexas deste trabalho. Agradeço a paciência e a disponibilidade.

Ao Eng. Nuno Chegadinho, da Associação Técnica de Viticultores do Alentejo, por toda a disponibilidade e ajuda prestada ao longo deste processo. A sua experiência e conhecimento acerca da sub-região demarcada de Borba foram essenciais na compreensão da mesma.

Ao Eng. Júlio Mateus, da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, que se mostrou sempre disponível e que tornou todos os obstáculos mais pequenos. Que esclareceu todas as dúvidas e facultou todos os meios necessários para a realização deste trabalho. O meu mais sincero obrigada.

Ao Eng. José Luis Marmelo, consultor de viticultura na empresa Versão Essencial, que esteve sempre disponível para esclarecer todas as dúvidas e ajudou a encontrar soluções para os problemas encontrados.

Às minhas queridas amigas por tornarem todos os problemas mais pequenos e todas as alegrias maiores. Obrigada pela família que criamos e por tornarem todos os momentos inesquecíveis.

Um especial obrigada à Guida e à Anita, que estiveram presentes em todos os momentos e sempre acreditaram que eu era capaz. Que limpavam lágrimas e partilharam sorrisos, que leram, releram e ainda “escreveram” um pouco deste trabalho. O meu mais sincero obrigada.

A todos os meus amigos, colegas e professores que acompanharam o meu percurso, por todos os conhecimentos transmitidos, por me ajudarem a crescer e por tornarem Évora a cidade do meu coração. O meu muito obrigada.

***|Uma Aproximação À Evolução Da Paisagem Da Vinha No Alentejo***

O Alentejo é uma região vitícola que tem vindo a sofrer grandes transformações ao longo dos anos, passando de uma região secundária, em termos vitícolas, para uma das principais do país.

Pretende-se com este estudo fazer a análise da evolução da paisagem da vinha na região do Alentejo no período compreendido entre finais do séc. XIX e a atualidade. Neste estudo da evolução da paisagem da vinha tentaremos perceber os fatores que influenciaram as transformações, desde as alterações das práticas agrícolas e de gestão dos solos até à implementação dos planos e normas europeias.

Posteriormente será realizada uma análise e caracterização da sub-região de Denominação de Origem de Borba, com o objetivo de concretizar uma aproximação a um Plano de Paisagem da Vinha. Através da elaboração e da análise de cartografia referente às componentes biofísicas e culturais que mais influenciam a cultura da vinha, será possível elaborar uma primeira abordagem às unidades paisagísticas da vinha.

Ao longo desta dissertação, a metodologia aplicada teve como base uma componente teórica, de pesquisa bibliográfica e de consolidação de conhecimentos, e uma componente prática, de recolha e elaboração de elementos cartográficos, que traduzem toda a componente teórica.

**| PALAVRAS-CHAVE**

Paisagem Da Vinha, Alentejo, Evolução Da Paisagem Da Vinha

***| An Approach To The Evolution Of The Vineyard Landscape In Alentejo***

Alentejo is a wine-growing region which has undergone a substantial transformation over the years, having shifted from a secondary region with almost no interest to one of the most prominent regions of wine production in the country.

The aim of this study is to analyze the evolution of the vineyard landscape in the Alentejo region, between the end of the nineteenth century until the present. Herein, the factors that have influenced the transformations of the vineyard's landscape, will be addressed from the changes in agricultural practices and soil management to the implementation of European plans and rules.

Subsequently, the Borba's Denomination of Origin sub-region will be analysed and characterized in order to achieve an approximation of a Vineyard Landscape Plan. Through the elaboration and analysis of cartography regarding the biophysical and cultural components that influence the most the vine culture, it will be possible to elaborate a first approach to the vineyard landscape units. Throughout this dissertation, the applied methodology was based on a theoretical component, bibliographic research and knowledge consolidation, and a practical component, collection and elaboration of cartographic elements, which translate the whole theoretical component.

| KEY-WORDS

Vineyard Landscape, Alentejo, Evolution Of The Vineyard Landscape



## | SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ATEVA – Associação Técnica dos Viticultores do Alentejo

CEE – Comissão Económica Europeia

COS – Carta de Ocupação do Solo

CVRA – Comissão Vitivinícola Regional Alentejana

DGT – Direcção Geral do Território

DOC – Denominação de Origem Controlada

IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

IGP – Indicação Geográfica Protegida

IPR – Indicação de Proveniência Regulamentada

IVV – Instituto da Vinha e do Vinho

JNV – Junta Nacional do Vinho

MDT – Modelo Digital do Terreno

OCM – Organização Comum dos Mercados Agrícolas

OCMV – Organização Comum dos Mercados Agrícolas Vinha

PAC – Política Agrícola Comum

PAMAF – Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal

PSVA – Plano de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo

Programa VITIS – Plano Nacional de Reestruturação e Reconversão da Vinha

PROVA – Projeto de Viticultura do Alentejo

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SIP – Sistema de Informação Parcelar

VQPRD – Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada

UE – Universidade de Évora

## | ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS .....	4
RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS.....	8
ÍNDICE GERAL.....	9
ÍNDICE DE FIGURAS.....	10
ÍNDICE DE TABELAS.....	12
ÍNDICE DE ANEXOS.....	13
INTRODUÇÃO .....	14
<b>  CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEMÁTICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO</b>	
<b>ALENTEJO .....</b>	<b>17</b>
1 - A VIDEIRA E A CULTURA DA VINHA EM PORTUGAL .....	18
2 - CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DA PAISAGEM DO ALENTEJO.....	25
2.1. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO .....	25
2.2 ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO E PAISAGÍSTICO.....	25
<b>  CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO DA CULTURA DA VINHA : DO SÉCULO XIX ATÉ À</b>	
<b>ATUALIDADE .....</b>	<b>34</b>
<b>  CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO : A SUB-REGIÃO VITIVINÍCOLA DE BORBA .....</b>	<b>73</b>
1 - OBJETIVOS E METODOLOGIA.....	74
2 - ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE VINHA....	76
3 - ANÁLISE DOS SISTEMAS BIOFÍSICOS E CULTURAIS.....	79
4 - PROPOSTA DE UNIDADES PAISAGÍSTICAS DA VINHA – PLANO DE PAISAGEM DA VINHA.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS .....	105
WEBGRAFIA.....	106
ANEXOS.....	1089

## | ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Constituição da Videira.....	18
Figura 2: Vinha plantada em solos rochosos (Ilha do Pico, Portugal) .....	20
Figura 3: Vinha na peneplanície Alentejana .....	21
Figura 4: Vinha em patamares no Douro .....	21
Figura 5: Enxertia.....	22
Figura 6: Início da plantação.....	22
Figura 7: Vindima.....	23
Figura 8: Distribuição da cultura da vinha mundialmente .....	24
Figura 9: a) Sub-Regiões do Alentejo; b) Concelhos do Alentejo; c) Unidades de Paisagem.....	25
Figura 10: Síntese do revelo .....	27
Figura 11: Bacias hidrográficas .....	27
Figura 12: Cursos de água e cumeadas principais.....	27
Figura 13: Mapas de indicação de Temperatura, Insolação e Pluviometria (período 1931-1960).....	27
Figura 14: Friso cronológico - Do século XIX até à atualidade .....	36
Figura 15: Excerto do friso cronológico (entre 1850 e 1890).....	37
Figura 16: Carta da distribuição da Cultura da Vinha no Alentejo – 1882 .....	40
Figura 17: Excerto do friso cronológico (entre 1890 e 1960).....	41
Figura 18: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 1966 .....	48
Figura 19: Excerto do friso cronológico (entre 1960 e 2000).....	49
Figura 20: Carta de distribuição da vinha no Alentejo – 1978 .....	51
Figura 21: Delimitações das primeiras 5 zonas vitivinícolas do Alentejo.....	54
Figura 22: Delimitações das seguintes 3 regiões vitivinícolas.....	55
Figura 23: Demarcação da região apta para a produção de vinho regional Alentejano (DO Alentejo).....	56
Figura 24: Carta de distribuição da cultura da vinha no Alentejo – 1995.....	59
Figura 25: Friso cronológico (entre 2000 e 2020) .....	61
Figura 26: Carta de distribuição da cultura da vinha no Alentejo – 2007.....	64
Figura 27: Carta da distribuição da cultura da vinha no Alentejo – 2015.....	68
Figura 28: Carta de distribuição da vinha no Alentejo – 2017 .....	70

Figura 29: Sub-Região de denominação de origem de Borba - Enquadramento administrativo.....	77
Figura 30: Localização das vinhas.....	78
Figura 31: Carta Geológica.....	81
Figura 32: Carta de Solos.....	83
Figura 33: Carta Síntese de Relevo.....	86
Figura 34: Carta de Limite de Propriedade.....	88
Figura 35: Carta de Dimensão da Propriedade.....	89
Figura 36: Carta de Uso do solo e humanização da paisagem.....	91
Figura 37: Clima.....	93
Figura 38: Carta de unidades paisagísticas da vinha.....	95
Figura 39: Exemplo da Unidade Paisagística 1.....	96
Figura 40: Exemplo da Unidade Paisagística 2.....	97
Figura 41: Exemplo da Unidade Paisagística 3.....	98

## | ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Castas mais utilizadas em Portugal.....	19
Tabela 2: Área de Vinha.....	45
Tabela 3: Áreas de Vinha .....	47
Tabela 4: Carta geológica: Informação obtida e síntese realizada.....	79

## | ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1: Carta da distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 1882 .....	110
Anexo 2: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 1966 .....	111
Anexo 3: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 1978 .....	112
Anexo 4: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 1990 .....	113
Anexo 5: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 1995 .....	114
Anexo 6: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 2000 .....	115
Anexo 7: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 2006 .....	116
Anexo 8: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 2007 .....	117
Anexo 9: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 2010 .....	118
Anexo 10: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 2012 .....	119
Anexo 11: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 2015 .....	120
Anexo 12: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 2017 .....	121
Anexo 13: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 2018 .....	122

A presente dissertação é realizada no contexto do Projeto “Desenvolvimento do Plano de sustentabilidade para os Vinhos do Alentejo” (ALT20-01-0853-FEDER-000013), desenvolvido numa parceria entre a Universidade de Évora e a Comissão Vitivinícola Regional Alentejana (CVRA), com o intuito de desenvolver investigação em temáticas relevantes para o Plano de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo (PSVA). Considera-se que a visão holística que caracteriza a arquitetura paisagista constitui uma contribuição relevante no âmbito da investigação associada a este plano.

É neste âmbito que surge o tema do presente trabalho ***Uma Aproximação à Evolução da Paisagem da Vinha no Alentejo***, que tem como objetivo compreender as dinâmicas deste sector na região, desde finais do séc. XIX até à atualidade, e de que forma as transformações ocorridas se refletiram na paisagem. A cultura da vinha no Alentejo atravessou períodos prósperos e de declínio, influenciada por fatores socioeconómicos, tecnológicos, políticos e ecológicos, que alteraram a sua expressão na paisagem alentejana. De forma a ilustrar a expressão da cultura da vinha nesta região ao longo do tempo, foi produzida cartografia com base na informação disponível, podendo assim compreender a distribuição espacial desta cultura e os mosaicos de paisagem existentes.

A metodologia aplicada ao longo desta dissertação teve como base duas componentes fundamentais, a pesquisa bibliográfica e a elaboração cartográfica. A primeira diz respeito à fundamentação teórica e análise da informação disponível relacionada com as diferentes abordagens ao tema. A segunda constitui uma componente fundamental, sendo a base para este trabalho, relativa à construção de cartografia ilustrativa da presença da vinha no Alentejo para os anos de 1882, 1966, 1978, 1995, 2007, 2010, 2015 e 2017. Concretizou-se com a recolha e tratamento da cartografia existente e na elaboração de cartografia nova imprescindível para a elaboração desta dissertação.

Assim, após esta introdução, a presente dissertação desenvolver-se-á em três capítulos centrais:

No primeiro capítulo será feita uma abordagem geral à cultura da vinha e à região Alentejo. Sendo estes os componentes que sustentam a base para o desenvolvimento deste trabalho, a compreensão dos mesmos torna-se fundamental. Primeiramente é realizada uma contextualização geral sobre a cultura da vinha, onde se estuda a videira de uma forma global e as suas aptidões e limitações enquanto sistema agrícola. Será também feita uma abordagem relativamente às práticas vitícolas que devem ser realizadas para que a cultura se desenvolva com sucesso. Seguidamente, é feita uma caracterização geral da região, tendo em conta o seu enquadramento administrativo e analisando as suas características biofísicas e paisagísticas.

No segundo capítulo será abordada a evolução da paisagem da vinha, do século XIX até a atualidade. O objetivo principal do estudo será tentar compreender que fatores influenciaram esta cultura e de que maneira a distribuição espacial e produção da mesma foram afetadas, alterando assim a paisagem. A acompanhar a escala temporal é apresentado um friso cronológico de contextualização histórica onde estão identificados os principais marcos da história vitícola e a cartografia existente. De maneira a ilustrar o que é descrito, será também apresentada cartografia referente à distribuição desta cultura ao longo do tempo na região Alentejo.

No terceiro capítulo será apresentada uma análise e caracterização da sub-região de Denominação de Origem de Borba a uma escala mais detalhada que o capítulo anterior com o objetivo de concretizar um Plano de Paisagem da Vinha. De maneira a compreender as dinâmicas desta cultura, será desenvolvida cartografia referente às componentes naturais e culturais que a influenciam bem como à sua distribuição. É através da análise e sobreposição desta cartografia e de informação relativa a estas variáveis que será possível a concretização de um plano de paisagem da vinha, que se traduz numa primeira aproximação às unidades paisagísticas da vinha. Após a identificação das unidades paisagísticas presentes na sub-região, será feita uma descrição das mesmas. Embora o principal foco desta investigação seja o sistema agrícola da vinha, a paisagem foi considerada com um todo, sendo um sistema a ser valorizado e preservado.



A dissertação é concluída com um capítulo de Considerações Finais, onde se reflete sobre o trabalho realizado.

| CAPÍTULO I  
ENQUADRAMENTO TEMÁTICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO

## 1 - A VIDEIRA E A CULTURA DA VINHA EM PORTUGAL

A cultura da vinha constitui um dos traços fundamentais da nossa identidade cultural. É um património económico, agrícola e cultural que deve ser valorizado e preservado, enquanto elemento diferenciador da nossa cultura.

A videira (*Vitis vinifera*) é uma planta arbustiva trepadeira, da família das *Vitaceas*, em que o fruto é predominantemente usado para a vinificação. É uma planta com um ciclo de vida relativamente longo, podendo chegar aos 40 anos (Figura 1).

As **gavinhas** são um órgão filamentososo indispensável à planta, uma vez que permitem que a videira se agarre aos tutores e fixe os sarmentos, possibilitando a sua elevação

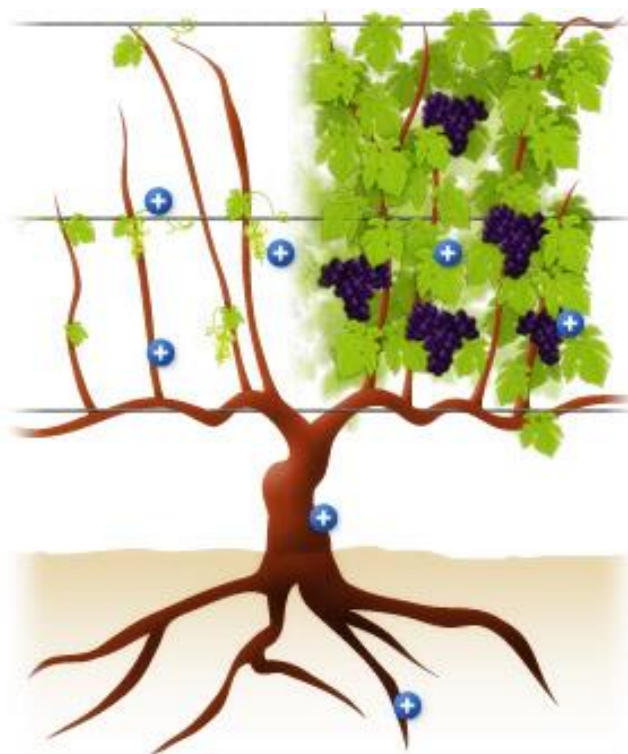


As **flores** são constituídas pelo cálice, corola, estames e pistilo. Os órgãos reprodutores são os estames, responsáveis pela produção do pólen e o pistilo origina os bagos e as grainhas.



As **varas** são a parte da videira imediatamente a seguir aos braços (as primeiras ramificações da planta) também designadas de sarmentos.

**Cepa ou tronco** é a parte entre a raiz e as primeiras ramificações da videira, os braços. O tronco da videira é bastante frágil, motivo porque mais frequentemente se utilizam tutores de apoio à sua condução (tutores vivos – árvores: castanheiro, choupo ou plátano; ou mortos - troncos de madeira, pedra, metal ou betão).



As **folhas** são compostas por duas partes distintas: o pecíolo (mais delgada) e o limbo (mais larga e verde). É através das nervuras que a seiva circula nas folhas.

Os **frutos** da videira são os bagos que resultam da fecundação das flores. O bago é constituído por engaço, polpa, grainha e pele.

A **raiz** é a parte subterrânea da videira. Essencialmente existem dois tipos de raízes: as mais finas e tenras que se encontram à superfície e obtêm o alimento, e as raízes mais grossas, lenhosas e mais profundas capazes de segurar a videira à terra.

Figura 1: Constituição da Videira

Fonte: Adaptada de <http://www.infovini.com/classic/pagina.php?codPagina=52>

Originária da região do Mediterrâneo, a videira é cultivada em todas as regiões de clima temperado, fazendo da produção de vinho uma das atividades mais antigas da civilização, desde o neolítico.<sup>1</sup> É cultivada por várias civilizações europeias, desde há milhares de anos, o que originou a seleção de dezenas de castas. Atualmente, em todo o mundo existem mais de 4.000 variedades ou castas catalogadas.<sup>2</sup>

Em Portugal conhecem-se 250 espécies indígenas e estão a ser desenvolvidos estudos que podem vir a descobrir mais, pelo que somos identificados “(...) como o segundo país do mundo com maior número de castas indígenas, variedades únicas e exclusivas, inexistentes em qualquer outra parte do mundo.”<sup>2</sup>

As castas mais utilizadas, em Portugal, correspondem a seis variedades, sendo dominantes as castas tintas (Tabela1):

Tabela 1: Castas mais utilizadas em Portugal

CASTA	COR	ÁREA (ha)	PERCENTAGEM %
Aragonez/ Tinta Roriz/Tempranillo	Tinta	20 884	9,0%
Touriga Franca	Tinta	13 445	8,0%
Fernão Pires/Maria Gomes	Branca	13 032	6,0%
Castelão/João de Santarém/Periquita	Tinta	12 052	7,0%
Touriga Nacional	Tinta	8 413	6,0%
Trincadeira/Tinta Amarela/Trincadeira Preta	Tinta	67 826	5,0%

Fonte: (<http://www.ivv.gov.pt/np4/35/>)

No Alentejo, as variedades mais utilizadas entre as castas tintas são Alfrocheiro, Alicante Bouschet, Aragonez, Cabernet Sauvignon, Castelão, Syrah, Touriga Nacional e Trincadeira. De entre as castas brancas são Antão Vaz , Arinto e Roupeiro. <sup>2</sup>

<sup>1</sup> [https://www.tudosobreplantas.com.br/asp/plantas/ficha.asp?id\\_planta=22240](https://www.tudosobreplantas.com.br/asp/plantas/ficha.asp?id_planta=22240)

<sup>2</sup> <http://www.vinhosdoalentejo.pt/pt/vinhos/castas/>

Para que esta cultura seja implantada com sucesso, existem **fatores biofísicos** a ter em conta, de entre os quais se sublinham as características do **solo**, o **clima** (e em particular o microclima) e o **relevo**. Após a implantação, a manutenção desta cultura é fundamental para que venha a ser produtiva.

O **solo** é um fator natural fundamental à planta. Para além de ser a camada de suporte da vinha é o recurso que lhe irá **fornecer nutrição**. O solo ideal corresponde àquele que é **bem drenado, mas com capacidade suficiente para armazenar humidade** ao alcance das raízes. O nível de fertilidade do solo é uma condicionante com menor significado. A testemunhar esta situação encontram-se muitas das melhores produções vinícolas localizadas em lugares inóspitos, onde o solo é rochoso, delgado e com baixo nível de **fertilidade** (Figura 2). Nestas situações a maturação da uva é assegurada pela reduzida variação da temperatura, dado estes solos conseguirem absorver o calor durante o dia preservando-o durante a noite.<sup>3</sup>

Além dos fatores acima referidos, há que ter em conta outros, como a acidez do solo, a sua textura e a pobreza em **matéria orgânica** ou outros elementos minerais, sendo que poderão ser efetuadas correções.<sup>3</sup>



Figura 2: Vinha plantada em solos rochosos (Ilha do Pico, Portugal)

Fonte: <https://www.clubevinhosportugueses.pt/vinhos/regioes/acoreshas-do-pico-paisagem-patrimonio-mundial-da-humanidade-pela-unesco/>

---

<sup>3</sup> <http://pro-thor.com/o-solo-e-a-vinha/>

O **relevo** é também um fator importante à instalação da vinha, de onde sobressaem aspetos relacionados com os **declives** e as **orientações das encostas**. Terrenos com algum **declive** são propícios à instalação da vinha, pois facilitam o escoamento das águas em excesso bem como a penetração da luz e do calor. No entanto o **declive não é um fator limitante** à instalação desta cultura; antes da plantação o terreno é armado de forma a poder recebê-la. Nos terrenos com declives **<8%** mantém-se o perfil original do terreno (Figura 3), nos declives compreendidos **entre >=8% a <20%**, são utilizados **patamares largos**, e nos declives **>=20%** são frequentes os **patamares estreitos** (Figura 4).<sup>4</sup>

Desta forma, a drenagem dos terrenos deve ser assegurada logo numa fase inicial pois o **escoamento das águas é essencial para prevenir a erosão**. Uma má drenagem em terrenos com **algum declive** provoca o **ravinamento de terras**, em muitos casos devido ao encharcamento. Por outro lado, em **terrenos mais planos**, se ocorrer acumulação de águas e esta não for devidamente drenada, pode conduzir à **asfixia radicular das videiras**.<sup>4</sup>



Figura 3: Vinha na peneplanície Alentejana

Fonte:<http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/site-acontece/Paginas/conferencia-internacional-vinha-vinho-2015.aspx>



Figura 4: Vinha em patamares no Douro

Fonte:<https://expresso.pt/sociedade/2018-07-19-Douro-tendera-a-deslocar-vinha-para-zonas-altas-devido-as-alteracoes-climaticas>

A **orientação das encostas** também é muito importante pois **condiciona a orientação das linhas de plantação**. Nas regiões mais a **sul**, onde os valores de insolação são mais elevados, por regra as linhas são **orientadas a Noroeste-Sudeste**, de maneira a que as quantidades de sol e calor não sejam excessivas. Nas regiões mais a **Norte**, as

<sup>4</sup> [https://www.sograpevinhos.com/enciclopedia/guia\\_vinha/plantacao](https://www.sograpevinhos.com/enciclopedia/guia_vinha/plantacao)

linhas de plantação seguem nas direções **Norte – Sul** ou **Este – Oeste**, para que todo o calor e luz solar sejam aproveitados de forma eficiente.<sup>5</sup>

Antes da plantação é habitual realizar-se a **enxertia**, um método que consiste na **união da parte aérea da planta de origem europeia com a raiz de uma planta de origem americana, o porta enxerto** (Figura 5). Este processo tornou-se frequente durante a praga da filoxera, quando se percebeu que os porta-enxertos de origem americana eram resistentes a esta doença (Correia, 2015).

A **plantação da vinha** deve ser realizada entre os meses de **janeiro e março**, na altura em que a planta se encontra em repouso vegetativo. Para que a planta possa ter um bom desenvolvimento é necessário que a **raiz tenha espaço no solo** para crescer, o que é assegurado com as mobilizações de instalação (Figura 6). Uma vez plantada é fundamental que seja realizada **uma boa condução da videira** com a finalidade de **permitir que a luz chegue aos cachos** (*idem*).



Figura 5: Enxertia

<https://www.clubevinhosportugueses.pt/vinhos/regioes/vinho-verde/vinho-verde-tratamento-da-vinha/>



Figura 6: Início da plantação

Fonte: [http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/instalacao\\_vinha\\_cesar\\_almeida.pdf](http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/instalacao_vinha_cesar_almeida.pdf)

Após a plantação é importante **podar a videira**, para que a produção seja de melhor qualidade. Sem esta operação a videira irá gerar muitos cachos com bagos pequenos e com pouca qualidade. A poda é também um processo de manutenção da videira, de modo geral é feita **após a vindima** (poda de inverno) e destina-se à **preparação da produção** do ano seguinte. Esta operação pode ainda ser realizada numa

<sup>5</sup> [http://www.vinhoverde.pt/media/Files/elem\\_files/824.original.pdf](http://www.vinhoverde.pt/media/Files/elem_files/824.original.pdf)

fase em que a videira já possui folhas, nesse caso é designada de **poda em verde** e tem como objetivo **enfraquecer a expansão vegetativa**, de forma a que todos os recursos da planta se **concentrem nos cachos** (*idem*).

A mesma autora refere que a videira é uma planta sem grande necessidade hídrica, no entanto a rega está cada vez mais presente nas plantações. O **sistema de rega** mais utilizado nesta cultura é o sistema **gota a gota**, pois é o que permite um **melhor controlo sobre a quantidade de água** depositada em cada planta. Sendo mais necessária no início do ciclo vegetativo e na época de maturação das uvas.

A última fase do ciclo vegetativo é a **vindima**, que consiste na **colheita das uvas**. Esta operação inicia-se quando o estado de maturação das uvas e as condições climáticas o permitirem (Figura 7) (Correia, 2015).



Figura 7: Vindima

Fonte: <http://www.cm-mourao.pt/pt/site-investir/des-local/Paginas/Associa%C3%A7%C3%A3o-Agr%C3%ADcola-Nova-Esperan%C3%A7a,-Lda.aspx>

Relativamente ao **clima**, a videira é uma espécie com uma grande flexibilidade genética por isso facilmente se adapta a diversos climas (Leitão, 2015). Se olharmos para a distribuição mundial desta cultura, podemos perceber que se encontra perto das latitudes com clima mediterrâneo, com incidência na margem ocidental dos continentes, tanto a norte como a sul (Figura 8). Latitudes essas compreendidas entres os paralelos 30º e 50º, onde Portugal se encontra. Em Portugal, apesar da diversidade climática regional, o clima de base é mediterrâneo, e manifesta-se por um contraste



entre um máximo pluviométrico na estação fria e quase nula precipitação na estação quente. Relativamente às temperaturas, no inverno as temperaturas podem atingir valores negativos nunca muito distantes do 0°C, e no verão as temperaturas médias rodam os 35°C. Estas condições são ótimas em termos hídricos e térmicos, para o desenvolvimento da videira (*idem*).

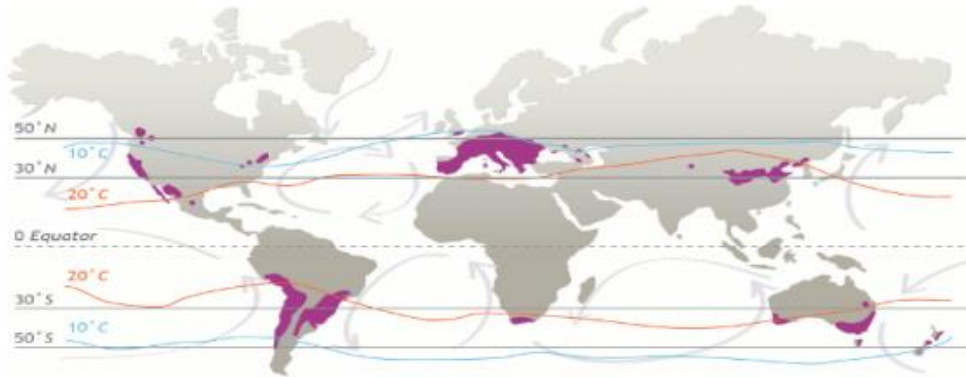


Figura 8: Distribuição da cultura da vinha mundialmente

Fonte: <http://www.thirtyfifty.co.uk/images/World-wine-map.gif6>

## 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DA PAISAGEM DO ALENTEJO

### 2.1. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO

O Alentejo é uma região do Sul do país, que se encontra limitada geograficamente: a Norte pela Região Centro, a Oeste pela região de Lisboa e Vale do Tejo e pelo Oceano Atlântico, a Este pela fronteira Espanhola e a Sul pela Região do Algarve. É a maior região portuguesa, dado representar cerca de 1/3 da superfície total de Portugal continental (27 329,93 km<sup>2</sup>), possui cerca de 509 850 habitantes, e uma densidade média populacional de 20 habitantes por km<sup>2</sup>. A região Alentejo encontra-se dividida em quatro sub-regiões: Alto Alentejo, Alentejo Litoral, Alentejo Central e Baixo Alentejo (Figura 9a). Abrange os distritos de Portalegre, Évora, Beja e parte Sul do distrito de Setúbal e integra assim 47 concelhos (Figura 9b).

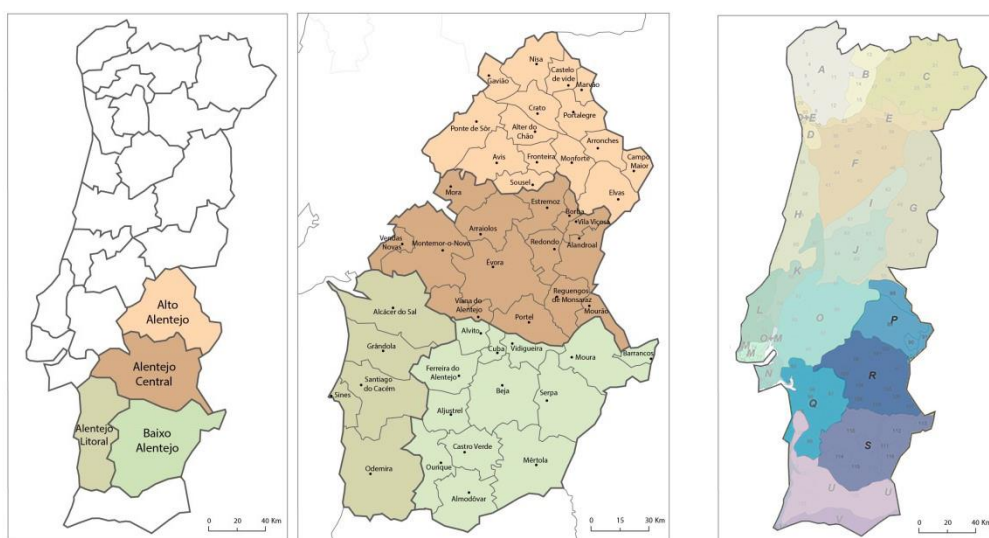


Figura 9: a) Sub-Regiões do Alentejo; b) Concelhos do Alentejo; c) Unidades de Paisagem

Fonte: a) e b) [www.dgterritorio.pt/dados\\_abertos/caop/](http://www.dgterritorio.pt/dados_abertos/caop/); c) *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*

## 2.2 ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO E PAISAGÍSTICO

De modo a **estudar a paisagem do Alentejo**, baseámo-nos essencialmente no estudo ***Contributos para a Identificação e Caraterização da Paisagem em Portugal Continental***, publicado em 2004 (Abreu *et al.*, 2004).

Esta **análise** será feita de **Norte para Sul** da região Alentejo, tendo como base os principais grupos de unidades de paisagem identificados no estudo acima referido (Grupo P, Q, R e S, Figura 9c). De forma a **compreender melhor esta região** analisam-se os principais **fatores ambientais** (clima, relevo, água e solo), e procede-se à leitura da paisagem interpretando **os fatores naturais** e **culturais** presentes e que lhes são identificativos.

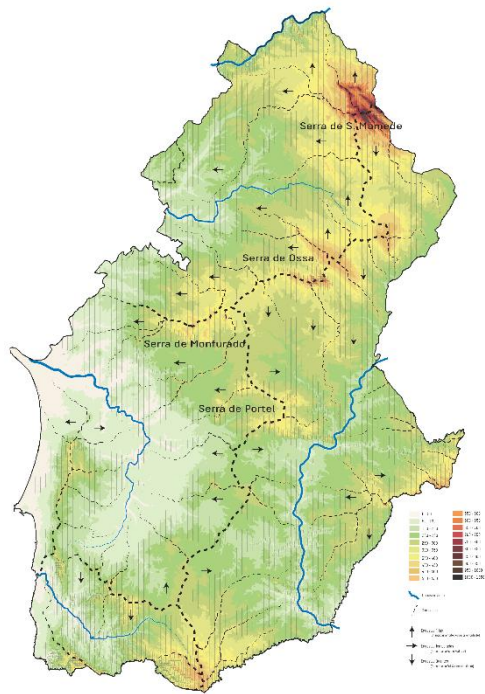


Figura 10: Síntese do relevo

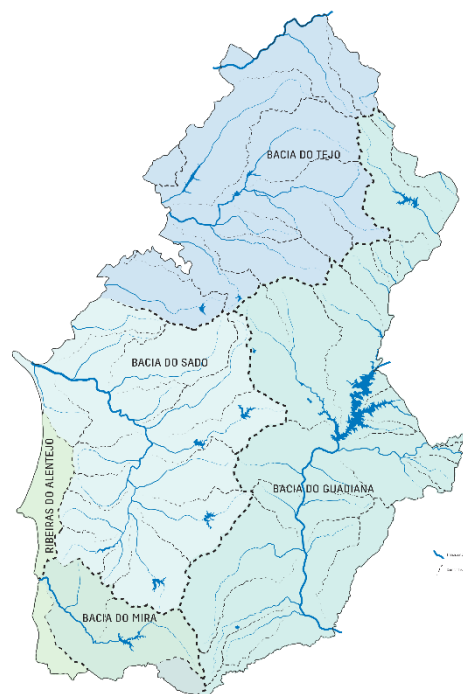


Figura 11: Bacias hidrográficas

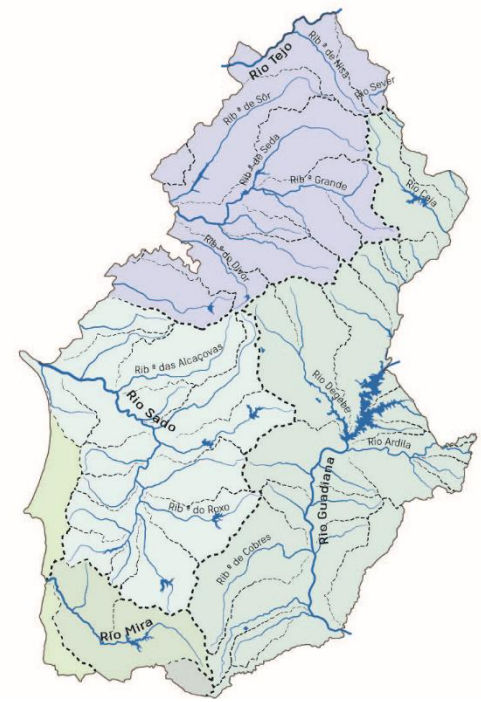


Figura 12: Cursos de água e cumeadas principais

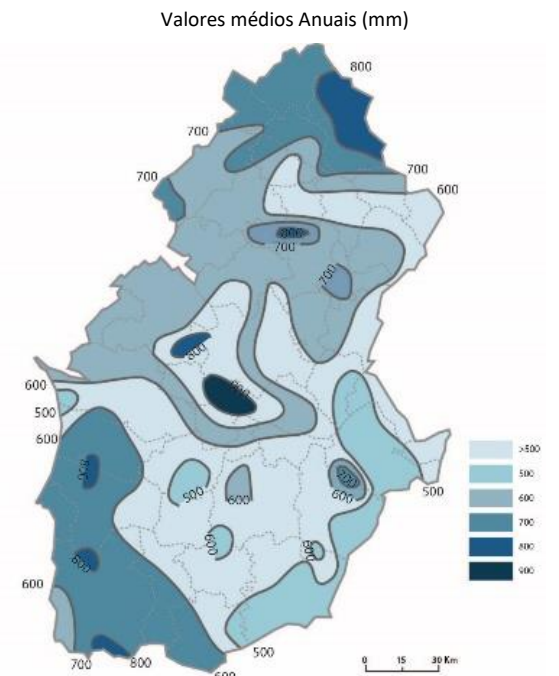
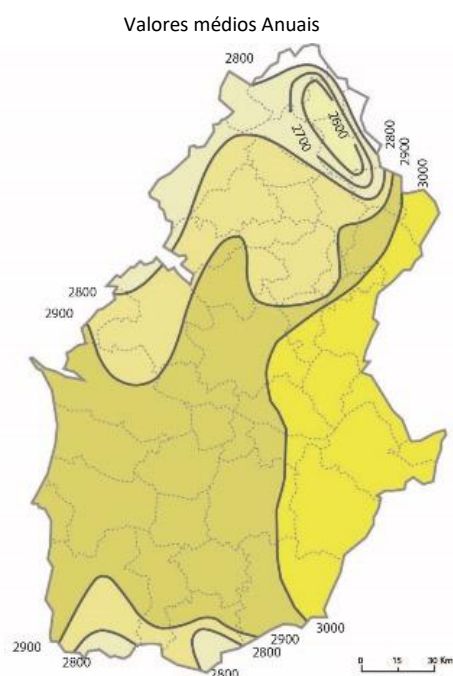
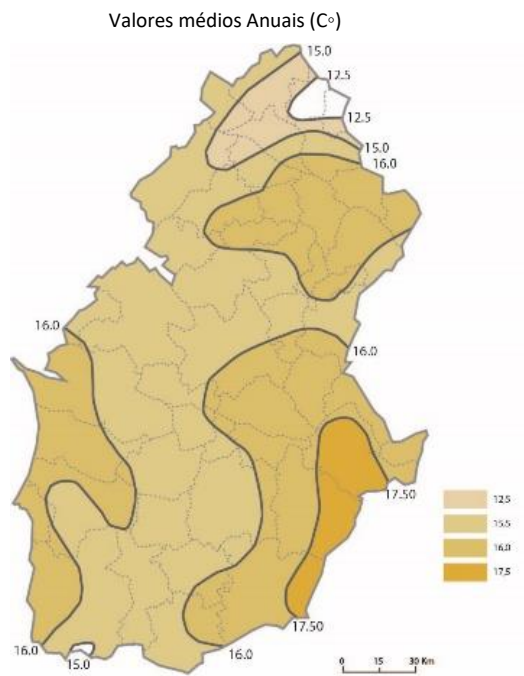


Figura 13: Mapas de indicação de Temperatura, Insolação e Pluviometria (período 1931-1960)

Fonte: Atlas do Ambiente, 1978

A **paisagem do Alto Alentejo** é definida por uma malha larga, associada aos montados e ao seu uso silvopastoril, apenas interrompida pelos aglomerados urbanos e pelo mosaico de policultura que lhes está associado. Esta paisagem de campos vastos e abertos com rara compartimentação ou arvoredos dispersos, é o resultado de fatores biofísicos e da sua ocupação ao longo dos anos, com uma densidade populacional baixa, um regime de grande propriedade e usos extensivos e multifacetados. Um dos **elementos diferenciadores** mais marcantes desta paisagem é a **Serra de S. Mamede**, dada as suas morfologia e biodiversidade que contrastam com a restante paisagem.

O Alto Alentejo caracteriza-se por um **clima continental atenuado**, sendo que as características continentais são mais acentuadas nas regiões interiores. A Serra de São Mamede possui um microclima diferenciado, de traços atlânticos, com temperaturas mais amenas e precipitações mais elevadas. De uma forma geral esta região caracteriza-se por uma estação quente prolongada, bem marcada e com fortes amplitudes térmicas diárias, e precipitações mais baixas que na Serra de S. Mamede.

Morfologicamente esta paisagem é **caracterizada por uma peneplanície** com variações altimétricas compreendidas, de modo geral, entre os 200 e os 400 metros. Nos vales dos rios Guadiana e Caia ocorrem as variações mais baixas (compreendidas entre os 150 e os 200m) e as mais elevadas na Serra de São Mamede (acima dos 600m, culminando nos 1027m).

Os **principais cursos de água** são os Rio Sever, Ribeiras de Nisa, de Sor, da Seda e de Avis que drenam para o Rio Tejo, estando também presente um troço do Rio Guadiana e os seus afluentes (Rios Caia e Xévoa).

Relativamente **aos solos**, o substrato dominante nesta zona é maioritariamente composto por granitos e xisto.

Relativamente ao **padrão de uso solo**, a presença do montado de azinho e sobreiro é dominante nesta zona mas é também de salientar as policulturas de periferia urbana (olivais, pomares, hortas e vinhas), os regadios do Caia e do Guadiana, o padrão específico da Serra de S. Mamede (matos e matas que contrastam com os mosaicos agrícolas nos vales e zonas mais planas) e os olivais. A dimensão das explorações

agrícolas é relativamente uniforme, com áreas superiores a 200 ha, ainda que as explorações com áreas compreendidas entre os 50 e os 200 ha tenham algum significado. Apenas a Serra de S. Mamede é exceção, onde domina a pequena propriedade, com superfícies agrícolas com áreas entre 1 e os 50 ha, e algumas com dimensão intermédia (entre os 50 e os 200 ha).

Esta zona é marcada pela fraca densidade populacional, tal como acontece em toda a região do Alentejo. O povoamento é concentrado nos principais aglomerados urbanos, estando as restantes áreas quase despovoadas. Esta situação apenas se diferencia na Serra de S. Mamede onde se observam áreas de povoamento aglomerado e disperso, relacionado com a dimensão da propriedade que é menor na serra.

Nos **principais aglomerados**, podemos encontrar um **traçado urbano semelhante, concentração densa de edificado**, circundada pelo **mosaico da policultura** (vinhas, hortas, pomares e olivais), e para lá deste anel **zonas de pastoreio**, searas e montados. Apesar de ainda presente, esta estruturação e organização de traçado começa a dissipar-se com a dispersão de construções nas periferias e a ocupação ao longo das vias.

Na **paisagem do Alentejo Central** a horizontalidade também é dominante (tal como acontecia anteriormente no Alto Alentejo). Da **extensa planície ondulada** destacam-se alguns acidentes orográficos que contrastam com a envolvente, como é o caso das Serras de Ossa, de Portel, de Monfurado ou de Viana. Sendo estes os relevos com maior expressão, possuem um microclima particular e valores de biodiversidade mais elevados. Relativamente aos vales, distinguem-se mais pela sua vegetação ripícola do que pela sua fisiografia, à exceção dos vales do Guadiana e dos seus principais afluentes, como os Rios Degebe, Lucefecit e Ardila.

Estas são **paisagens de campos vastos e abertos com horizontes baixos e pouco recortados**, com uma **malha bastante larga**, associada aos usos extensivos e ao domínio da grande propriedade, de onde sobressai a produção cerealífera, montados, pastagens naturais, vinhas e olivais.

A temperatura e precipitação no Alentejo Central, exprimem a presença de um clima com fortes características mediterrâneas e continentais, “(...) *com uma prolongada*

*e bem marcada estação seca, invernos moderados e frescos e verões quentes e muito quentes, assim como fortes amplitudes diárias de temperatura.”(Abreu et al, 2004. p.10)*

Tal como acontece no Alto Alentejo, os **solos dominantes** nesta zona são formados a partir de rochas calcárias (solos calcários vermelhos) na zona de Estremoz, formados a partir de xistos em zonas de relevo mais acidentado (Serra de Ossa, vales do Guadiana e afluentes (Degebe, Ardila e Lucefecit) e os formados a partir de granitos, em Évora.

O **povoamento** mantém as suas características tradicionais de concentração, mas com tendência para a dispersão junto dos aglomerados urbanos. Devido à ocupação desordenada e à delimitação de perímetros urbanos sobredimensionados, o tão característico contraste cidade-campo tem vindo a perder-se gradualmente, sendo substituído por uma periferia degradada, destruindo a coroa de policultura de periferia urbana que existia junto dos centros urbanos.

Os montes, tão característicos desta região, assentos de lavoura das grandes ou médias propriedades, têm vindo a sofrer alterações pois deixaram de ter uma função residencial permanente. Desta forma, alguns montes encontram-se degradados e ao abandono mas a forte tendência foca-se na sua recuperação e utilização como habitação secundária ou turismo rural.

No **Baixo Alentejo** a paisagem é **associada à vasta planície** com grandes extensões de cereal, **pouco arborizada** e com **povoamento concentrado**. No entanto, com a degradação e abandono da atividade agrícola, é possível atualmente observar grandes áreas de pastagens, montados, novos povoamentos florestais, olivais intensivos e vinhas.

Os acidentes orográficos que quebram a monotonia são as Serras do Ficalho, da Adiça e de Alcária Ruiva bem como algumas variações associadas ao vale do Rio Guadiana e os seus principais afluentes (o Rio Ardila e Chança e as Ribeiras de Terres, de Cobres, de Limas e de Carreiras). Os vales destes rios e ribeiras também marcam a paisagem devido ao seu coberto vegetal e biodiversidade associada, que contrastam com a paisagem envolvente. Podemos considerar o vale do Rio Guadiana como o principal acidente físico do Baixo Alentejo, onde foi construída em 2004 a barragem do

Alqueva com os fins de armazenamento de água (rega e abastecimento às populações) e produção de energia elétrica. Este empreendimento tem gerado grandes alterações na paisagem, principalmente em termos de usos do solo assentes no regadio. Permite a irrigação de cerca de 120 000 hectares.<sup>6</sup>

Em termos **altimétricos**, dominam as variações entre os 200 e os 400m, na margem esquerda do Guadiana; na restante zona dominam valores compreendidos entre os 100 e os 200m. As situações de maior altitude ocorrem associadas às serras de Ficalho e Adiça, (543 e 477m, respetivamente) e, inversamente, nos vales encaixados do Rio Guadiana e nos troços finais dos seus afluentes encontram-se as menores altitudes (entre os 5 e os 100m).

No Baixo Alentejo o clima é marcadamente **mediterrânico com características de continentalidade**. Nas zonas mais interiores as temperaturas são mais elevadas, e em termos pluviométricos são das zonas de influência dos acidentes orográficos onde temos valores mais significativos, sendo que nas restantes zonas a pluviosidade é mínima. As amplitudes térmicas diárias e anuais desta região são sempre muito significativas.

Relativamente às características do **solo** é possível observar desde solos muito férteis (“Barros de Beja”), solos produtivos (Calcários) a solos esqueléticos (Xistos).

No que diz respeito ao padrão de uso do solo, nesta zona é tipicamente mediterrânico. Nestas terras predomina o cultivo de forragens e cereais, que alternam com pastagens e montados. É ainda de salientar a ocorrência de matos, principalmente nas encostas das serras. Cada vez mais se destaca a presença de culturas intensivas nesta região, nomeadamente o olival e o amendoal. Estando sempre associada à atividade agrícola, nesta zona dominam as explorações com áreas superiores a 200 ha, verificando-se que apenas na envolvência de alguns centros urbanos as áreas das explorações são compreendidas entre os 50 e os 200 ha.

Aqui a baixa densidade populacional é ainda mais acentuada. O povoamento tem tendência para a concentração nos grandes aglomerados; mais a sul, nos pequenos

---

<sup>6</sup> <http://www.edia.pt/pt/o-que-e-o-alqueva/fins-multiplos/104>



aglomerados, a tendência é para a dispersão. Tal como ocorre em todo o Alentejo, os aglomerados urbanos caracterizam-se por uma densa concentração urbana, envolvida num anel de um mosaico de policultura de pequena propriedade (hortas, vinhas, pomares de fruto e olivais), a que se segue a grande propriedade com pastagens, culturas arvenses de sequeiro, montados e matagais.

Relativamente ao **Alentejo Litoral**, o Rio Sado aparece como um elemento estruturante e fundamental na paisagem, que influencia a morfologia desta região bem como as atividades humanas. O estuário do Rio Sado confere uma paisagem única a nível nacional, dada a sua grande diversidade de elementos naturais bem como humanizados. A norte desta região temos uma paisagem urbana e industrial na envolvente da cidade de Setúbal, que contrasta com a tranquilidade da paisagem a sul.

De forma geral a paisagem nesta região apresenta-se muito bem organizada em termos agrícolas. Nos vales encontramos campos de arroz, de milho e de outras culturas de regadio e, em zonas mais secas dominam os pinhais, montados de sobro e ainda algumas culturas de sequeiro.

Em termos altimétricos as variações são muito pouco significativas, dominando as altitudes inferiores a 100 m, apenas na zona mais ocidental (perto de Montemor-o-Novo) esse valor é ultrapassado atingindo os 200 m.

O clima nesta região caracteriza-se por um clima marítimo de transição, no entanto mais a sul já apresenta características mais continentais. Neste contexto, as temperaturas médias anuais encontram-se próximas dos 16°C e a pluviosidade anual apresenta variações significativas, entre os 500 e os 700 mm.

Relativamente ao uso do solo, esta região caracteriza-se por um domínio dos sistemas florestais, de onde se destacam os povoamentos de pinheiro junto ao litoral, sendo que os montados de sobro dominam em zonas mais afastadas da costa. Dada a proximidade ao Rio Sado e aos seus afluentes, tornou-se possível desenvolver as culturas de regadio, como por exemplo o arroz. A dimensão das explorações agrícolas é bastante uniforme nesta região, onde dominam as explorações com áreas superiores a

200 ha. No entanto junto da costa dominam as explorações de pequenas dimensões, entre 1 e os 50 ha.

Tal como em todo o Alentejo, nesta região a densidade populacional é escassa, à exceção de Setúbal. O povoamento tem tendência para se concentrar em poucos centros urbanos, como Alcácer do Sal, Santo André e Sines. Os pequenos aglomerados situam-se maioritariamente ao longo do Rio Sado e dos seus afluentes.

| **CAPÍTULO II**  
**EVOLUÇÃO DA CULTURA DA VINHA: DO SÉCULO XIX ATÉ À ATUALIDADE**

O presente capítulo será acompanhado por um friso cronológico (Figura 14), que ilustra os principais acontecimentos que influenciaram esta cultura, desde o século XIX até aos dias de hoje. Sendo este um período de grandes alterações, ao longo do capítulo e a acompanhar o corpo de texto, aparecem excertos deste friso, referentes ao período que está a ser desenvolvido.

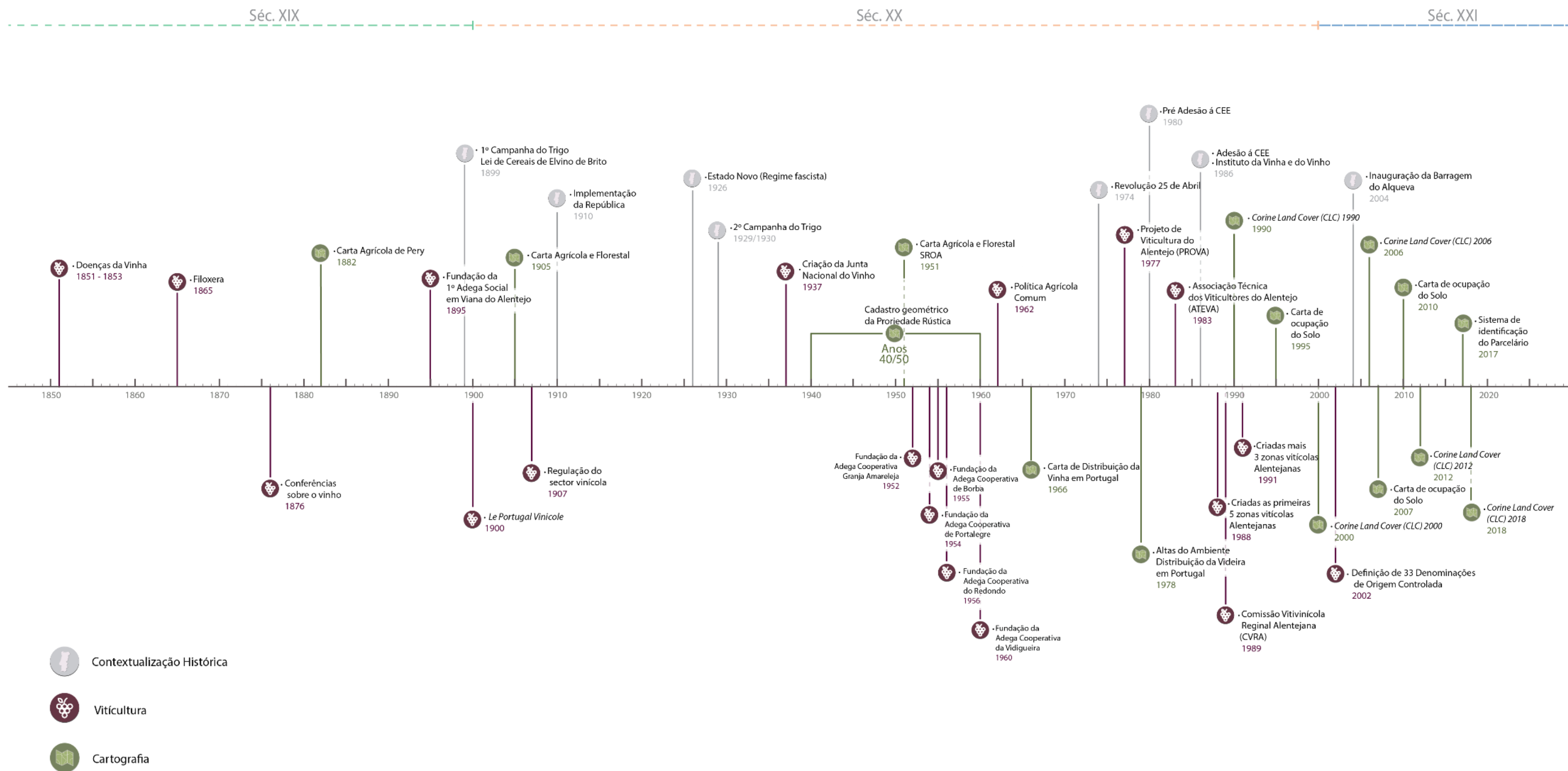


Figura 14: Friso cronológico - Do século XIX até à atualidade

No início do **Séc. XIX**, com a campanha de desbravamento da charneca e a fixação de novas gerações de agricultores, podemos presenciar a recuperação da vinha no Alentejo. Nasce assim mais uma época próspera para os vinhos desta região, mas que se viria a revelar bastante curta.<sup>7</sup>

A **segunda metade deste século**, principalmente, **foi um período negro para a viticultura**, tendo a produção de vinho diminuindo drasticamente devido a **pragas e doenças**.<sup>8</sup> (Figura 15).

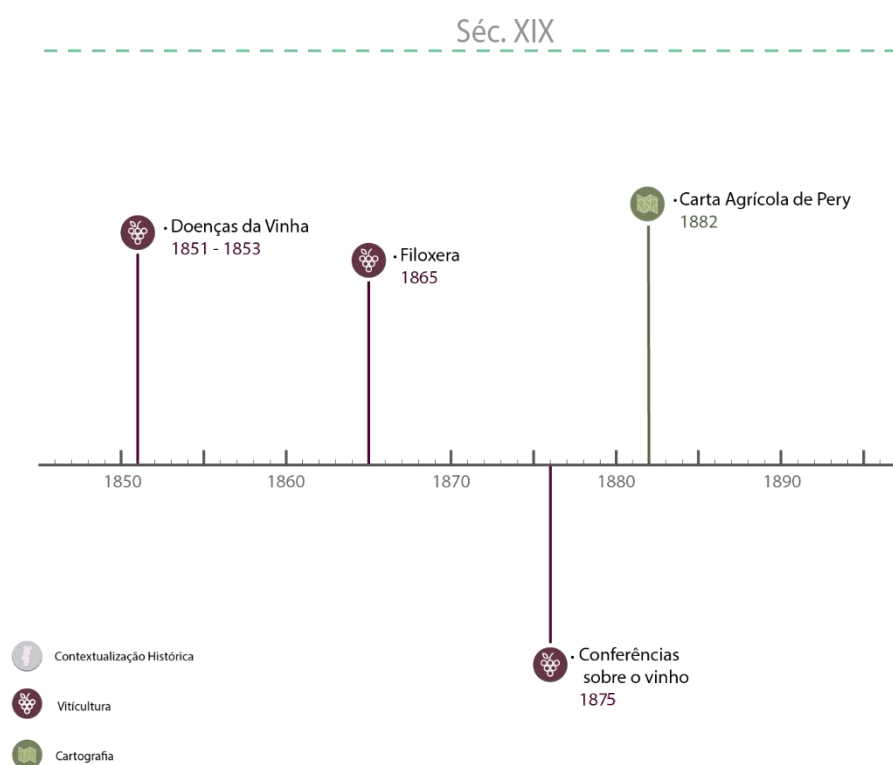


Figura 15: Excerto do friso cronológico (entre 1850 e 1890)

Foi o **oidio** a primeira doença a manifestar-se na vinha, por volta do ano de **1851**. Apesar de posteriormente terem sido descobertas formas de combater esta doença, as **quebras de produção foram elevadas**. Mais tarde, em **1853**, foi o **míldio** que atacou as vinhas. As consequências desta doença não foram graves pois, quando chegou a Portugal, já era conhecida forma de combater esta doença.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> <http://www.vinhosdoalentejo.pt/pt/vinhos/historia-dos-vinhos/>

<sup>8</sup> <http://www.infovini.com/pagina.php?codNode=18094#tab4>

Poucos anos depois, em **1865**, a praga da **filoxera** chega a Portugal. A região do Douro foi a primeira a ser atacada e, rapidamente, espalhou-se por todo o país, deixando um rasto de **devastação** pela maior parte das **regiões vinícolas** (à exceção de Colares). A forma encontrada para combater esta praga foi o plantio ou enxertia com castas de origem americana, pois estas eram resistentes à mesma, prática esta ainda recorrente nos dias de hoje.<sup>9</sup> A importância do problema que então se vivia é demonstrada no facto de, em **1866**, ter sido constituída uma comissão com o objetivo de avaliar a situação das zonas vinícolas do país. É composta por **António Augusto de Aguiar, João Inácio Ferreira Lapa** e o **Visconde de Vila Maior**, incumbida de estudar e perceber as diferentes formas e processos utilizados no combate desta praga. Após este trabalho, em 1874, António Augusto de Aguiar foi nomeado Comissário Régio na Exposição de Vinhos, em Londres. Foi no âmbito desta exposição e de uma digressão pelos principais países produtores de vinho da Europa, que realizou uma **crítica e ousada análise ao sector vinícola português**, expressa pelo mesmo nas famosa **Conferências sobre Vinho** em **1875**.<sup>9</sup>

Se, por um lado, este foi um dos períodos mais negros na história da viticultura portuguesa, por outro foi impulsionador de melhorias a todos os níveis neste setor. A viticultura Alentejana era vivida com muito entusiasmo apesar de todos os obstáculos (Vale *et. al.*, 1996).

O Alentejo foi das últimas regiões a ser afetada pela praga da filoxera. Daí o grande desenvolvimento da vinha nesta região, situação que depressa se reverteu. Devido à seca do clima, grande parte das vinhas não aguentaram a concorrência de regiões mais produtivas. A plantação de vinha em associação com o olival constituiu uma das medidas adotadas e revelou-se acertada mas, por outro lado, também facilitou a reconversão de uma cultura pela outra (Feio, 1998).

Para percebermos a expressão da cultura da vinha no Alentejo no final do **Séc. XIX** contamos com a carta agrícola de Gerardo Pery (1882), onde se ilustra a ocupação do solo na região do Alentejo. Dada a época, é uma carta que apresenta um enorme detalhe, tanto ao nível do levantamento de campo como nas suas memórias descritivas, que apresentam as medições das áreas cartografadas de forma bastante precisa. A

---

<sup>9</sup> <http://www.ivv.gov.pt/np4/47/>

Figura 16 apresenta as áreas correspondentes ao cultivo da vinha, retiradas da Carta Agrícola de Gerardo Pery. Para melhor compreensão da implantação geográfica de tais áreas a carta elaborada inclui a fisiografia principal (festos e talwegues) e os principais aglomerados urbanos à altura.

Desta leitura há que salientar que a Carta Agrícola de Gerardo Pery utilizada como base não se encontra disponível para toda a região do Alentejo. Algumas das cartas em falta nunca foram encontradas em qualquer biblioteca ou entidade, outras foram publicadas a preto e branco, dificultando a sua leitura e interpretação, e as restantes não se encontravam disponíveis na página da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (local de onde foi retirada toda a cartografia). Desta forma, a análise teve como base apenas as cartas disponíveis para esta região, devidamente assinalados na Figura 16.

O método de trabalho que seguimos assenta numa análise da cartografia de base à escala original (1/50 000) e, só depois, reproduzimos para a escala 1/700 000, através da compilação de todas as cartas, tendo-se selecionado e realçado a área de vinha de forma a ser de mais fácil leitura. É importante também referir que a área que representa a cultura da vinha, inclui não só esta cultura estreme mas também em consociações (principalmente com olival). Como anteriormente referido, a consociação de vinha com olival era muito comum nesta altura, pois a confiança na cultura da vinha era muito baixa. De forma a rentabilizar estas áreas eram cultivadas em conjunto (Feio,1998). Dada a leitura que efetuamos é fácil perceber que a vinha ocorre numa situação de proximidade aos aglomerados urbanos, o que se deve ao facto de ser uma cultura muito exigente em termos de manutenção, sendo imprescindível mão de obra relativamente próxima, de modo a rentabilizar custos e aumentar a produção e tornando assim a exploração mais eficiente. É também possível identificar que as principais áreas com exploração de vinha nesta altura eram a Vidigueira e o Redondo, áreas com vinhos reconhecidos internacionalmente: “(...) em **1888**, na *Exposição de Berlim*, o *vinho branco da Vidigueira* teve a maior distinção, como também os vinhos de *Évora, Borba, Redondo e Reguengos* que foram bastante apreciados.” (Correia, 2015, p.65).



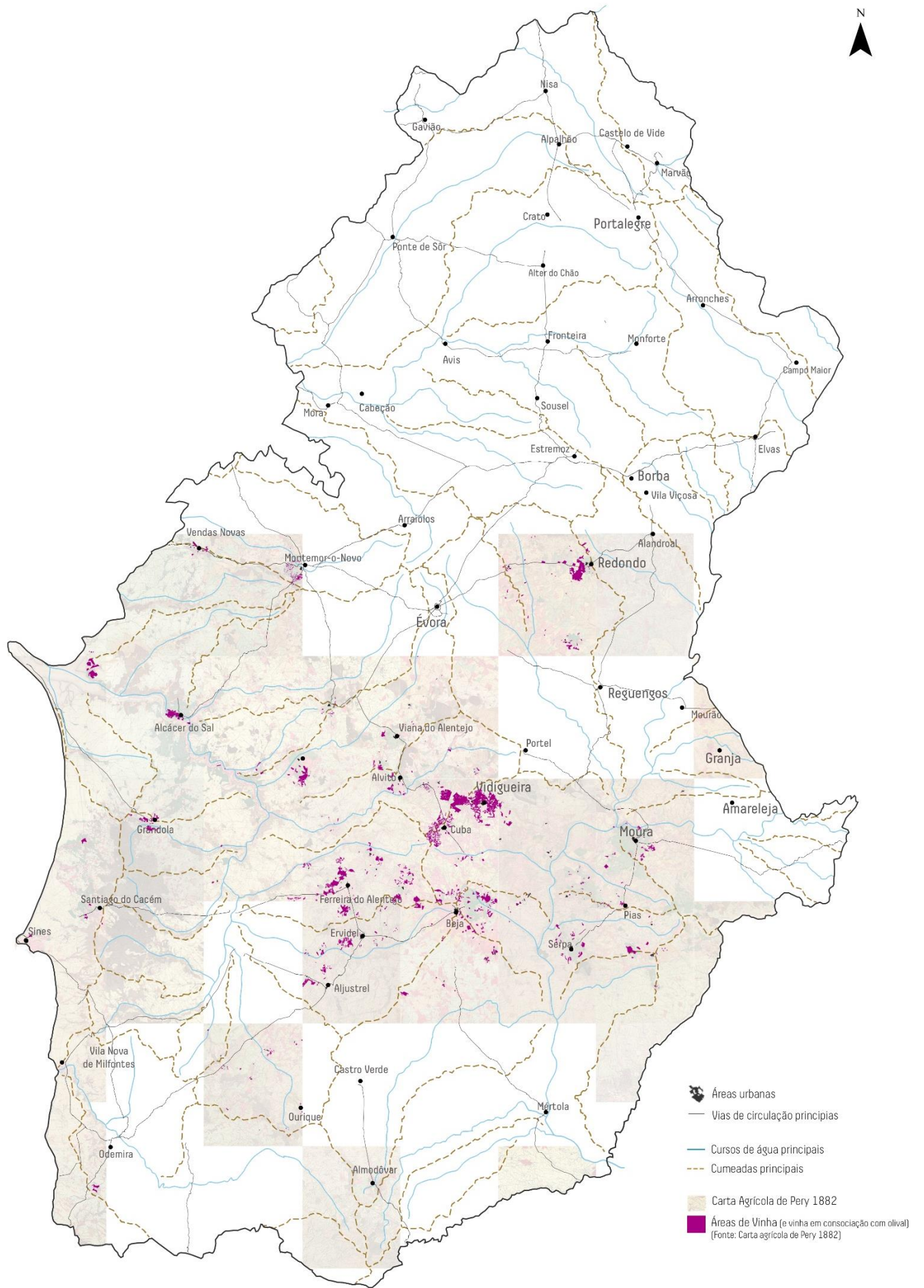


Figura 16: Carta da distribuição da Cultura da Vinha no Alentejo – 1882  
 Baseada na Carta Agrícola de Pery, 1882

Ainda no final do **Séc. XIX**, em **1895**, é criada a primeira **Adega Social de Portugal**, em **Viana do Alentejo**, por um dos pioneiros do movimento associativo em Portugal, António Isidoro de Sousa.<sup>10</sup> (Figura 17).

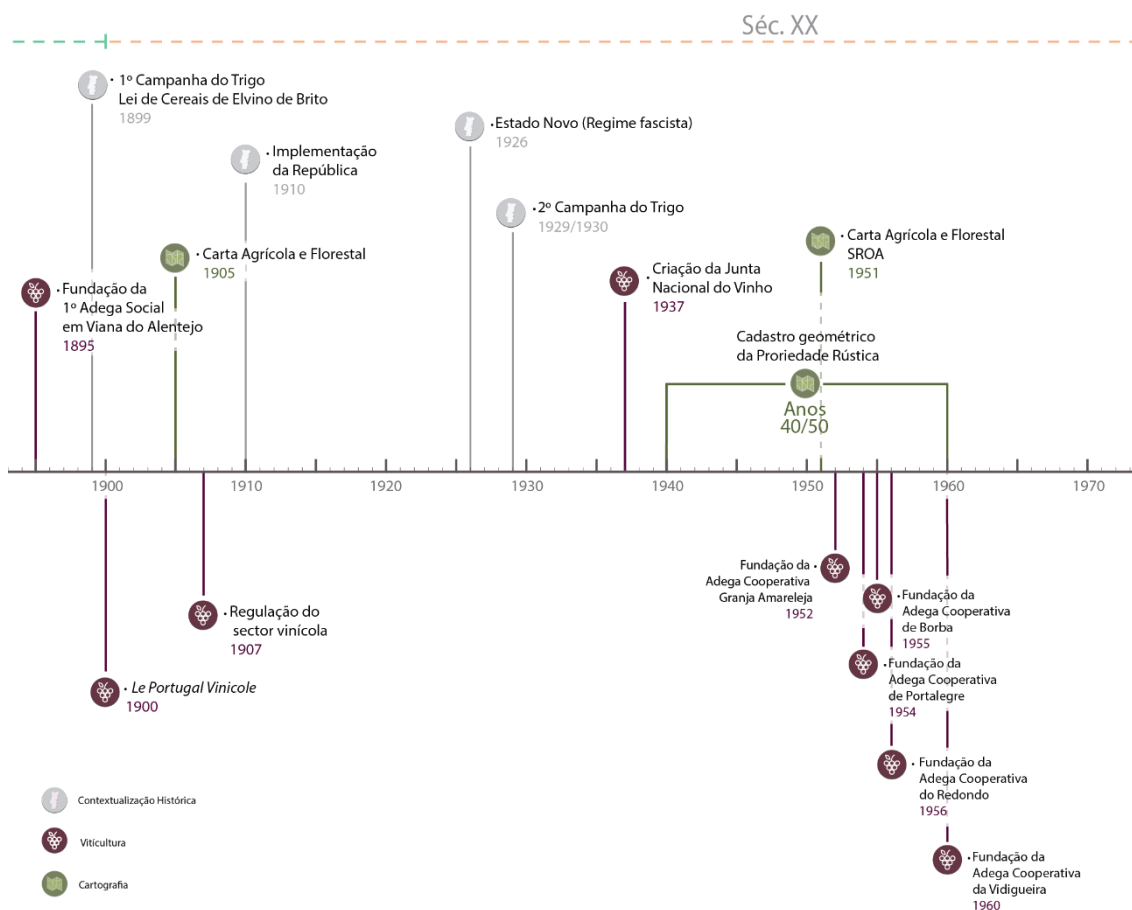


Figura 17: Excerto do friso cronológico (entre 1890 e 1960)

O início do **Séc. XX** não se mostra muito promissor para a vitivinicultura alentejana. O ano de **1889** é considerado um ponto de viragem da política do livre comércio para o protecionismo. Com a aprovação de leis protecionistas, “(...) foram impostas pautas aduaneiras pesadas para o trigo importado e com a **lei de Elvino de Brito (1889)**, passou a ser garantido o escoamento do trigo a preço garantido, criando, desta forma, condições para a rápida expansão cerealífera aos melhores solos disponíveis. (...)” (Nunes, 2002, p. 95).

<sup>10</sup> <http://www.vinhosdoalentejo.pt/pt/vinhos/historia-dos-vinhos/>

Esta medida incentivava o cultivo de grandes extensões de trigo, em detrimento das restantes culturas, como é o caso da vinha, provocando grandes alterações na paisagem Alentejana.

Em **1900**, Cincinnato da Costa publica a obra *“Le Portugal Vinicole”*. Esta obra fazia considerações sobre a viticultura portuguesa como os principais tipos de vinho, **sugeria os limites de zonas vitícolas** e também as **castas preferenciais** para cada região. Para além disso, sugeria também **medidas** para que o governo **pudesse combater a crise** que se vivia no setor vinícola.<sup>11</sup>

A **regularização do sector vinícola** iniciou-se em **1907/1908**, altura em que foram redefinidos os limites da região demarcada do **Vinho do Porto** e dos vinhos de mesa do **Douro**. Demarcaram-se ainda **novas regiões de produção** de alguns vinhos já então conhecidos, como é o caso dos vinhos da **Madeira, Moscatel de Setúbal, Carcavelos, Dão, Colares e Vinho Verde**.<sup>11</sup>

Porém, na região do Alentejo, este início de século não se mostra promissor, *“(…) sobreveio um conjunto de acontecimentos políticos, sociais e económicos que contribuíram decidida e decisivamente para a degradação da viticultura alentejana. Ao embate da filoxera, somou-se a primeira das duas grandes guerras mundiais, as crises económicas sucessivas, e, sobretudo, a campanha cerealífera do estado novo que suspendeu e reprimiu a vinha no Alentejo, apadrinhando a cultura de trigo na região que viria a apelidar como “celeiro de Portugal” (…)*.<sup>12</sup>

Entre **1933 e 1974**, Portugal esteve sob um regime fascista, o **Estado Novo**, que criou a **“Organização Corporativa e de Coordenação Económica”**, um organismo corporativo com o objetivo fundamental de regularização de mercados. Foi neste contexto que nasceu a **Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal**, de forma a regular o mercado de produção vinícola.<sup>13</sup>

É notória a redução gradual da área da vinha no Alentejo. No final do **Séc. XIX (1898)** existiam cerca de 20 000 ha de vinha nesta região e, em **1926**, segundo dados

---

<sup>11</sup> <http://www.infovini.com/pagina.php?codNode=18094#tab5>

<sup>12</sup> <http://www.vinhosdoalentejo.pt/pt/vinhos/historia-dos-vinhos/>

<sup>13</sup> <http://www.ivv.gov.pt/np4/47/>

estatísticos, a área de vinha rondava os 15 000 ha. Esta área representava cerca de 3% da área da vinha em Portugal (Vale *et. al.*, 1996).

Até aqui a cultura da vinha era **uma atividade sem qualquer tipo de limitações, tornando-a desprotegida num contexto de crise**. É então em **1932** que, através da publicação do Decreto nº 21086, de 13 de abril, a **plantação de vinha é proibida**, tornando-se assim numa cultura condicionada. É estabelecido como princípio, “(...) a proibição de plantação de novas vinhas e sujeitar cada plantação à existência de uma autorização administrativa e do respetivo suporte legal (licença). Esta licença, além da área, continha informação da localização, do número de pés e de prazo de plantação.” (Leitão, 2015, p.43).

Poucos anos depois, em **1934**, é publicado o Decreto-Lei nº 23 590, de 22 de fevereiro, onde se afirma que **não se pretende diminuir** a área de vinha mas sim **transferi-la para solos mais propícios** e com condições de produzirem vinhos com melhor qualidade (Leitão, 2015).

Por outro lado, em **1929**, o Estado Novo implementa a **2ª Campanha do Trigo**, estimulando assim a plantação da cultura do trigo e proibindo a plantação da vinha, tendo como objetivo que a região do Alentejo se tornasse o celeiro de Portugal. Esta campanha prolongou-se por mais de 20 anos, até ao final da 2ª Guerra Mundial. O Alentejo foi a região mais afetada com estas medidas pois inúmeras áreas de vinha foram arrancadas, sendo notável a redução das áreas de vinha nesta região, “ (...) com as consequentes perdas de rendimento retirou aos viticultores a possibilidade de competirem com as outras regiões e o vinho começou a ter uma importância cada vez menor, desfrutava de pouco prestígio e era praticamente desconhecido em Portugal; o que o Governo pretendia era que o vinho se destinasse essencialmente para consumo (...)” (Correia, 2015).

Em **1937** foi criada a **Junta Nacional do Vinho (JNV)**, um organismo que promovia o consumo de vinho, controlava o equilíbrio entre a oferta e o escoamento, estabilizava os preços e armazenava os excedentes, de forma a compensar em anos de escassez. Este organismo contribuiu fortemente para a **criação e desenvolvimento do**

**cooperativismo** a nível nacional pois, com o seu apoio através da atribuição de empréstimos e subsídios, foi **fomentada a construção de adegas cooperativas** com instalações modernas em várias zonas do país, tendo o Alentejo acolhido várias cooperativas nesta sequência. Garantiu também **apoio especializado indispensável** ao fabrico do vinho, através dos seus técnicos distribuídos pelas diversas delegações regionais, onde estava naturalmente inscrita a delegação do Alentejo. Com estas medidas, podemos hoje afirmar que a **viticultura alentejana renasceu**, através do apoio adequado a produtores privados e ao fomento das cooperativas, sendo estes os fatores que mais contribuíram para o ressurgimento desta atividade, sentida neste período (Correia, 2015).

No que se refere à cartografia existente, tendo em vista a comparação das áreas de vinha plantadas, é importante salientar a existência de cartografia referente às décadas de 50/60, concretamente a **Carta Agrícola e Florestal** levantada pelo SROA (Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário). No entanto, na impossibilidade de análise de todas as cartas, dado a sua escala, a comparação será feita com base nos dados apresentados por Mariano Feio (1998) em “A evolução da Agricultura do Alentejo Meridional”.

Dadas as dinâmicas políticas e socioeconómicas referidas, podemos concluir sobre a importância de comparar as épocas do final do **Séc. XIX** e a 1ª metade do **Séc. XX**, pois são duas épocas bastante contrastantes em termo agrícolas, cujos dados estatísticos são disponibilizados no referido livro de Mariano Feio (Tabela 2).

Tabela 2: Área de Vinha

Quadro VI – *Vinha* (em hectares)

	1885			1951			Variação de 1885 para 1951
	Estreme	Complant. com olival	Total	Estreme	Complant. com olival	Total	
Bx. Alent. Norte Int.	2 403	3 799	6 202	1 802	1 383	3 185	- 3 017
Alentejo Ocidental	2 847	968	3 815	1 150	1 062	2 212	- 1 603
Alentejo Litoral	123	58	181	260	2	262	81
Conc. Almd., Mért., Alcout.	196	—	196	39	—	39	- 157
Distr. Évora (parte)	2 956	223	3 179	1 031	306	1 337	- 1 842
	8 525	5 048	13 573	4 282	2 753	7 035	- 6 538

Fonte: Feio (1998, p.44)

Analisando o quadro anterior, é possível verificar que a área de vinha nesta região diminuiu para cerca de metade entre 1885 e 1951. Tal como acontecia no **Séc. XIX**, na **década de 50 do Séc. XX** ainda é visível a consociação de vinha com olival, no entanto com muito menos expressão. Podemos perceber que a euforia de plantações antigas no **Séc. XX** se deve ao facto de a filoxera já ter chegado ao Norte do país, por isso houve um grande aumento de plantação desta cultura nas regiões ainda não afetadas pela doença. Por outro lado, os dados da década de 50 espelham o resultado de um início de século conturbado, desde o embate da filoxera à primeira grande guerra e às sucessivas crises económicas, culminando na “2ª Campanha do Trigo”. Relembramos que nas décadas anteriores a cultura cerealífera era fomentada em detrimento das restantes

culturas, contribuindo assim para a degradação da cultura da vinha no Alentejo. É de salientar que esta comparação não abrange toda a região do Alentejo, como está demonstrado na cartografia acima apresentada (Figura 16).

Em **1957** é assinado entre seis países da Europa o **Tratado de Roma**, que institui a **Comunidade Económica Europeia** (atual União Europeia). A **Política Agrícola Comum** (PAC), surge em 1962 (Figura 19) como uma política prioritária, da necessidade de compensar a escassez de alimentos e a ameaça de uma crise alimentar pós-guerra. Trata-se de uma política comum com o **objetivo** de proporcionar aos cidadãos da união europeia **alimentos a preços acessíveis** e um **nível da vida justo para os agricultores**. A PAC tem como principais objetivos aumentar a produtividade agrícola, assegurar um abastecimento regular de géneros alimentares, estabilizar o preço dos produtos agrícolas e garantir aos agricultores rendimentos mais justos. Um dos instrumentos de aplicação desta política é a criação da Organização Comum dos Mercados (COM) Agrícolas, tendo como principal objetivo gerir a produção e o comércio de produtos agrícolas. A vinha e o vinho são um dos domínios que possui uma OCM própria, responsável por regular os aspetos legais dos países com vinha (Leitão, 2015).

A leitura efetuada para meados do **Séc. XX** é fortalecida com a análise da Carta de Distribuição da Vinha em Portugal, elaborada pelo Ministério da Economia, **em 1966**. A informação espacial dada por esta carta foi transposta para a Figura 18. Podemos afirmar, da leitura que fazemos desta carta que, apesar da sua elaboração aparecer 15 anos mais tarde relativamente à Carta Agrícola e Florestal, acaba por ilustrar e complementar os dados analisados na Tabela 2. É notória a diminuição das áreas de vinha, o que reforça os dados apresentados referentes à comparação apresentada por Mariano Feio, entre as Cartas Agrícolas de G. Pery (1883) e as Cartas Agrícolas e Florestais do SROA (1951).

Nesta carta é de salientar a existência de dados relativos à cultura da vinha no Alto Alentejo que, até agora, não tinham sido possíveis de analisar. Tal como aconteceu na elaboração da carta anterior (G. Pery, Figura 16), as áreas de vinha abrangem não só a cultura estreme mas também a consociada com olival.

A referida carta é acompanhada por dados quantitativos das áreas de vinha (em hectares (ha) por distrito) (Tabela 3) .

Tabela 3: Áreas de Vinha

DISTRITOS	Áreas (ha)		
	Vinha Baixa		
	Estreme	Consociada	TOTAL
<i>Beja</i>	1 489	2 477	3 966
<i>Évora</i>	2 369	2 795	5 164
<i>Portalegre</i>	516	2 017	2 533
<b>TOTAIS</b>	<b>4 374</b>	<b>7 289</b>	<b>11 663</b>

Fonte: Carta da distribuição da vinha em Portugal, Ministério da Agricultura, 1966; Adaptado do original, referente à região em estudo.

É importante destacar que estes valores não representam a área total apresentada na carta. Os valores relativos ao distrito de Setúbal não foram tidos em conta, pois apesar de os concelhos de Sines, Grândola, Alcácer do Sal e Santiago do Cacém estarem inseridos na área em estudo, na impossibilidade de conseguir valores quantitativos por concelho (apenas fornecidos por distrito) estes foram excluídos.

Fazer uma comparação quantitativa das áreas de vinha entre esta carta (1966) e a anterior (1951) tornou-se bastante difícil, principalmente porque não foi possível reunir dados relativos às áreas de vinha de toda a região em estudo. Os valores recolhidos sobre a carta de 1951 são os que foram utilizados na comparação com a carta de G. Pery, por isso apenas referentes às áreas abrangidas pela mesma. Por outro lado, a carta de 1966 apenas fornece as áreas desta cultura relativas a cada distrito. Não sendo possível recolher dados relativos aos concelhos nesta carta, nem existindo um distrito completamente abrangido pelos dados de 1951, não é possível comparar as duas com precisão.

No entanto, apesar de não existirem dados concretos para comparar as áreas destas duas cartas, a Carta de Distribuição da Vinha de 1966, é uma cartografia bastante importante e representativa desta época (Figura 18).



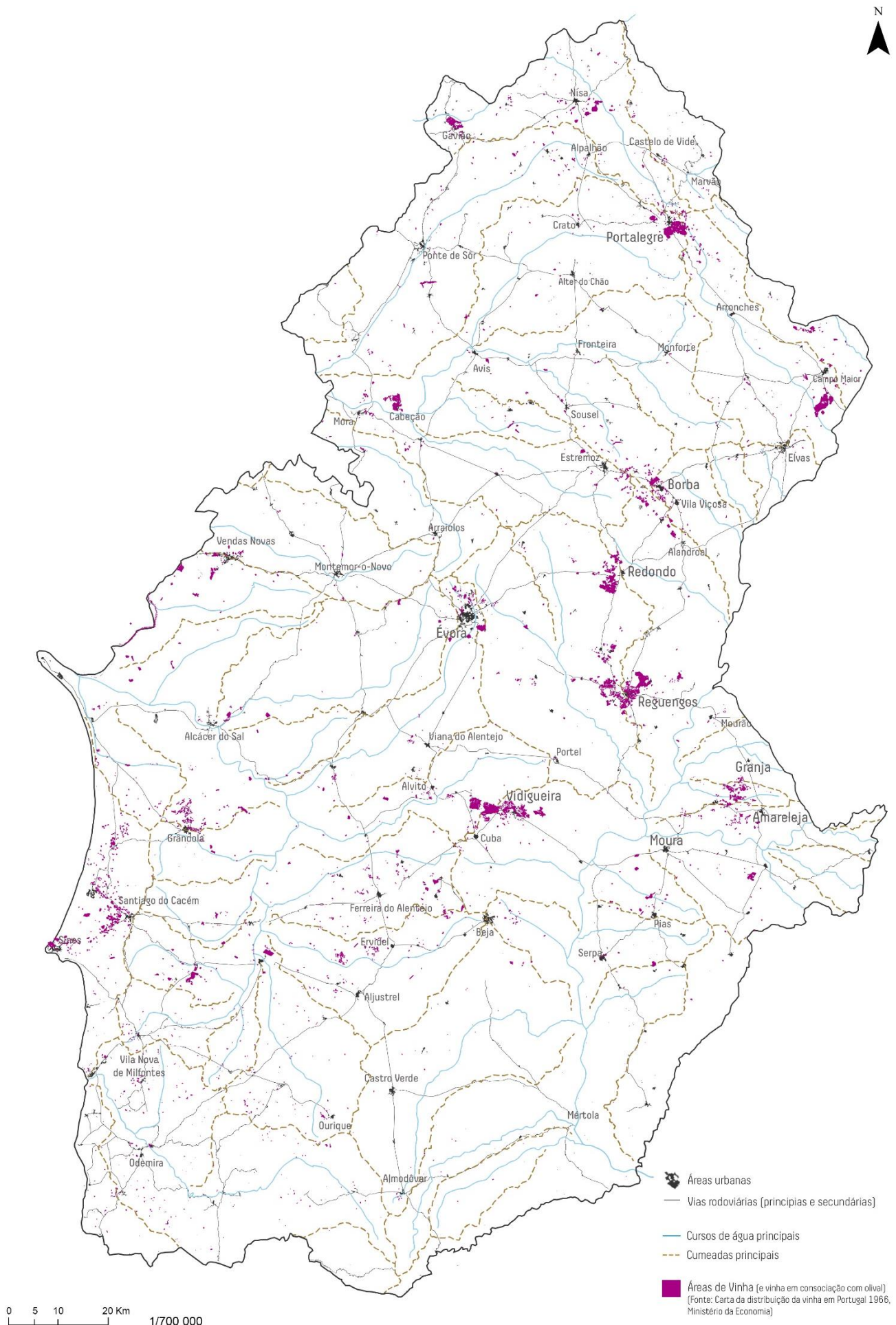


Figura 18: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 1966  
 Baseada na Carta da distribuição da vinha em Portugal, Ministério da Agricultura, 1966

Com a criação da Junta Nacional do Vinho (em 1937) e com o desenvolvimento do cooperativismo (1950/60), a viticultura alentejana ganha um novo alento.

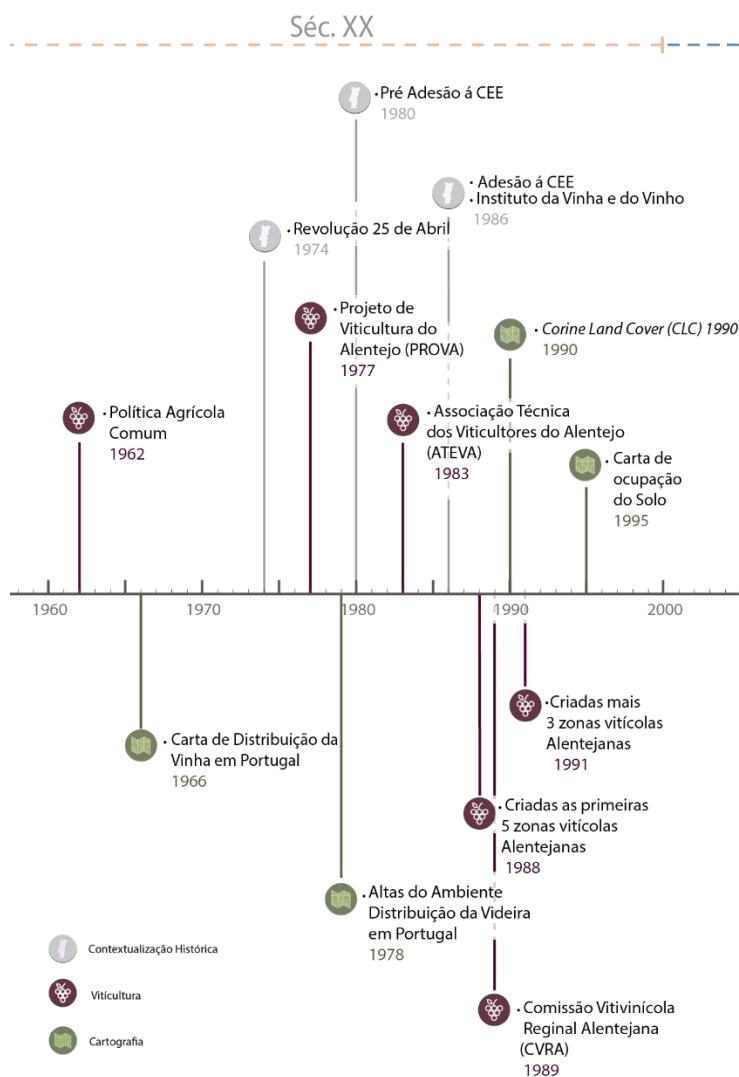


Figura 19: Excerto do friso cronológico (entre 1960 e 2000)

Durante este período (final da 1960/ início de 1970) a vinha pode considerar-se uma cultura marginal na agricultura da região. De facto, a viticultura conseguiu resistir nas zonas em que a pequena propriedade era dominante, pois eram zonas menos aptas para a produção cerealífera, privilegiando assim outras culturas como a vinha, o olival e alguma horticultura. As adegas cooperativas também foram fundamentais nesta fase, pois era a única forma que os viticultores tinham para fazer com que o seu produto chegasse ao mercado com qualidade e preços competitivos. As excepcionais condições naturais do Alentejo para esta cultura compensaram a concorrência das políticas

agrícolas de incentivo à produção de cereais, pois garantiam a qualidade do vinho produzido a um preço que compensava o trabalho intensivo que a cultura exigia.<sup>14</sup>

Nesta sequência foi iniciado, em 1970, com o apoio da Comissão de Planeamento da Região do Sul (atual Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo), o estudo “**Potencialidades das Sub-Regiões Alentejanas**”. A decisão de realizar este estudo da vinha e de caracterização dos vinhos das zonas vitícolas da Alentejo foi um passo muito importante para que algumas dessas zonas pudessem usufruir do estatuto como produtoras de **Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada (V.Q.P.R.D.)** (Vale *et. al.*, 1996).

Em **1977** é criado o **PROVA** - Projeto de Viticultura do Alentejo, em que participaram várias instituições (como a Universidade de Évora, a Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, a Direção Regional de Agricultura do Alentejo, a Junta Nacional do Vinho e o Centro Nacional de Estudos Vitivinícolas) onde foi desenvolvido o trabalho já iniciado, criando assim condições para que as regiões vitivinícolas alentejanas pudessem vir a usufruir de um estatuto de qualidade (Correia, 2015).

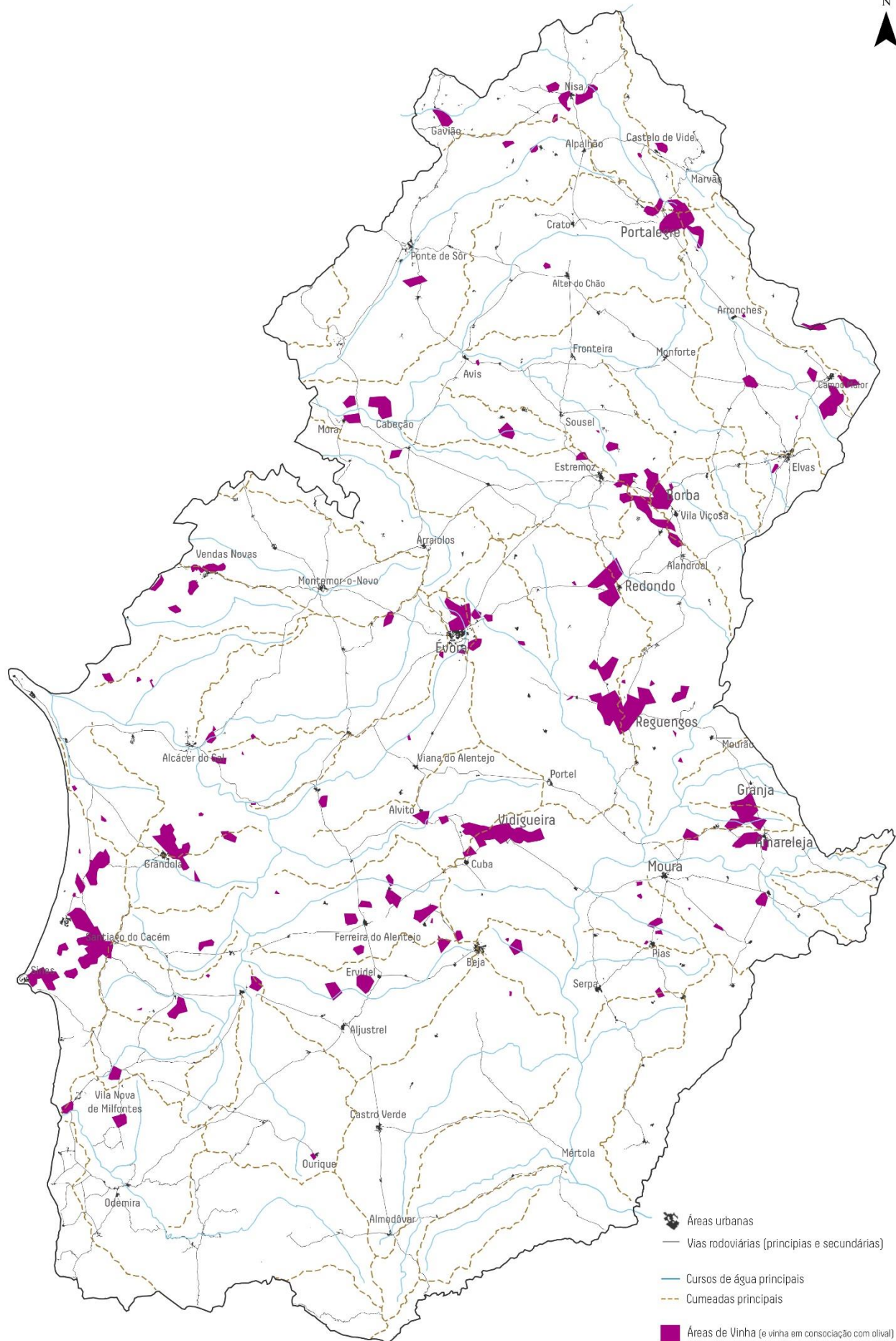
Desde 1932<sup>15</sup> o condicionamento à cultura da vinha sofreu ajustes legislativos de forma a regularizar plantações sem a respetiva licença, através do pagamento de taxas, como se encontra previsto no Decreto-Lei n.º 513-D/79, de 24 de Dezembro, e que volta a permitir a plantação desta cultura (Leitão, 2015).

Referente a esta altura, é possível analisar a distribuição geográfica representativa das áreas de vinha no Alentejo, através da **Carta de Distribuição da Videira em Portugal**, do Atlas do Ambiente de **1978**, produzida pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. No entanto, fazer uma comparação com as restantes cartas não é possível, devido à escala apresentada na cartografia original (1/1 000 000). O nível de pormenor desta carta é muito distinto das restantes, não permitindo comparar com exatidão com os restantes valores. Assim, esta carta apenas ilustra as principais zonas vinícolas do Alentejo (Figura 20), que se mantêm na sua generalidade as mesmas em toda a cartografia apresentada anteriormente.






---

<sup>14</sup> <http://www.vinetowinecircle.com/inovacao/artigos/a-evolucao-viticola-do-alentejo/>

<sup>15</sup> Decreto nº 21086 de 13 de abril de 1932, que proibia a plantação de vinha



0 5 10 20 Km  
1/700 000

-  Áreas urbanas
-  Vias rodoviárias (principais e secundárias)
-  Cursos de água principais
-  Cumeadas principais
-  Áreas de Vinha (e vinha em consociação com olival)

(Fonte: Carta da distribuição da videira em Portugal 1978, Atlas do Ambiente)

Figura 20: Carta de distribuição da vinha no Alentejo – 1978  
Baseada na Carta da Distribuição da videira em Portugal, Atlas do Ambiente, 1978

De forma a dar continuidade a este trabalho e **no sentido de qualificar a viticultura no Alentejo**, em **1983** é criada a **Associação Técnica dos Viticultores do Alentejo (ATEVA)**, com o objetivo de apoiar os viticultores alentejanos no fomento **da cultura da vinha numa ótica de qualidade**. O início da atividade da ATEVA foi impulsionado por alguns viticultores privados e pelos diretores das Adegas Cooperativas, que dispensaram os meios necessários e indispensáveis para o início da sua atividade (Correia, 2015).

Nas duas últimas décadas do **Séc. XX** o setor vitivinícola sofreu uma **grande mudança na sua organização** devido às medidas de pré-adesão à CEE (**1980**), com o intuito de cumprir em pleno todas as regras da política agrícola europeia. **Na adesão à CEE** (atual União Europeia), em **1986**, as transformações na vitivinicultura portuguesa foram ainda maiores, foram alterados os **métodos de produção e a qualidade do vinho** produzido tornou-se uma prioridade. Nesta década é iniciado o processo de reestruturação das vinhas e modernização de adegas e a produção aumentou em todo o Alentejo. *“(…) A legislação comunitária obrigou à criação de áreas de Denominação de Origem Controlada (DOC) e à classificação qualitativa dos vinhos através das categorias V.Q.P.R.D., Vinho Regional e Vinho de Mesa. Foram criadas Comissões Vitivinícolas Regionais: associações interprofissionais sedeadas em cada região DOC e responsáveis pela aplicação e regulação das normas aplicadas ao sector vinícola.”*<sup>16</sup>

É também importante referir a publicação do Decreto-Lei n.º 504-I/85, de 30 de dezembro, que tem como objetivo legalizar toda a vinha em situação irregular, dada a entrada do país na CEE.

Em **1986**, a Junta Nacional do Vinho veio a ser substituída pelo **Instituto da Vinha e do Vinho** (Decreto-Lei. nº 304/86, de 22 de setembro), organismo este já adaptado às estruturas impostas pela política de mercado decorrente **da adesão à CEE**.<sup>17</sup>

Aquando da adesão de Portugal à CEE, já existiam um conjunto de regras a que o país teve que obedecer. É também nesta década que a PAC “é vítima do seu próprio êxito”, e um dos principais problemas são os excedentes de produção de um conjunto

---

<sup>16</sup> <http://www.infovini.com/pagina.php?codNode=18094#tab6>

<sup>17</sup> <http://www.ivv.gov.pt/np4/47/>

de produtos, incluindo o vinho. Desta maneira serão também aplicadas ao território nacional as regras da Organização Comum do Mercado Vinha no que toca à gestão do potencial vitícola, de forma a fazer face a este desequilíbrio. Entre elas a proibição de plantação de novas vinhas, instituída em 1976, inicialmente como uma medida transitória, mas que acabou por se manter nos sucessivos regulamentos (Leitão,2015).

A viticultura foi uma das áreas que mereceu especial atenção, devido à proteção de produtos provenientes de áreas geográficas demarcadas. Quando a entrada na CEE, *“(...) deparou-se com o envelhecimento das vinhas, a pequena dimensão média das parcelas vitícolas, a média de idade dos viticultores, os sistemas de condução, em muitos casos desadequados, as castas não adaptadas ao mercado e pouco produtivas, traduzindo-se em desvantagens competitivas face aos outros países comunitários.”* (Leitão, 2015, p. 45).

De forma a reverter esta situação, foram criados programas de apoio às estruturas vitícolas através do incentivo ao arranque de vinhas e à reestruturação e reconversão das mesmas. O abandono definitivo desta cultura destinava-se a dar uma rápida resposta aos excedentes estruturais, diminuindo a produção e ao mesmo tempo possibilitando uma mudança na estrutura socioeconómica. Este processo é regulamentado através do Regulamento n.º 2239/86, de 14 de julho (CEE), e institui um prémio de abandono definitivo da vinha. No âmbito nacional este regulamento é aplicado através do Decreto-Lei 259-A/87, de 26 de junho (Leitão,2015) .

É em **1988** que **um dos maiores feitos deste sector** é concretizado, fruto do trabalho realizado pelas instituições que participaram no projeto **PROVA** e pelos produtores da ATEVA. O **Decreto-Lei nº 349/88, de 30 de setembro**, promove a **constituição das primeiras cinco regiões vitícolas alentejanas com estatuto de VQPRD – Portalegre, Borba, Redondo, Reguengos e Vidigueira** – produtoras de vinho sob a designação **Indicação de Proveniência Regulamentada (IPR)** (Vale *et. al.*, 1996), como ilustrado na Figura 21.

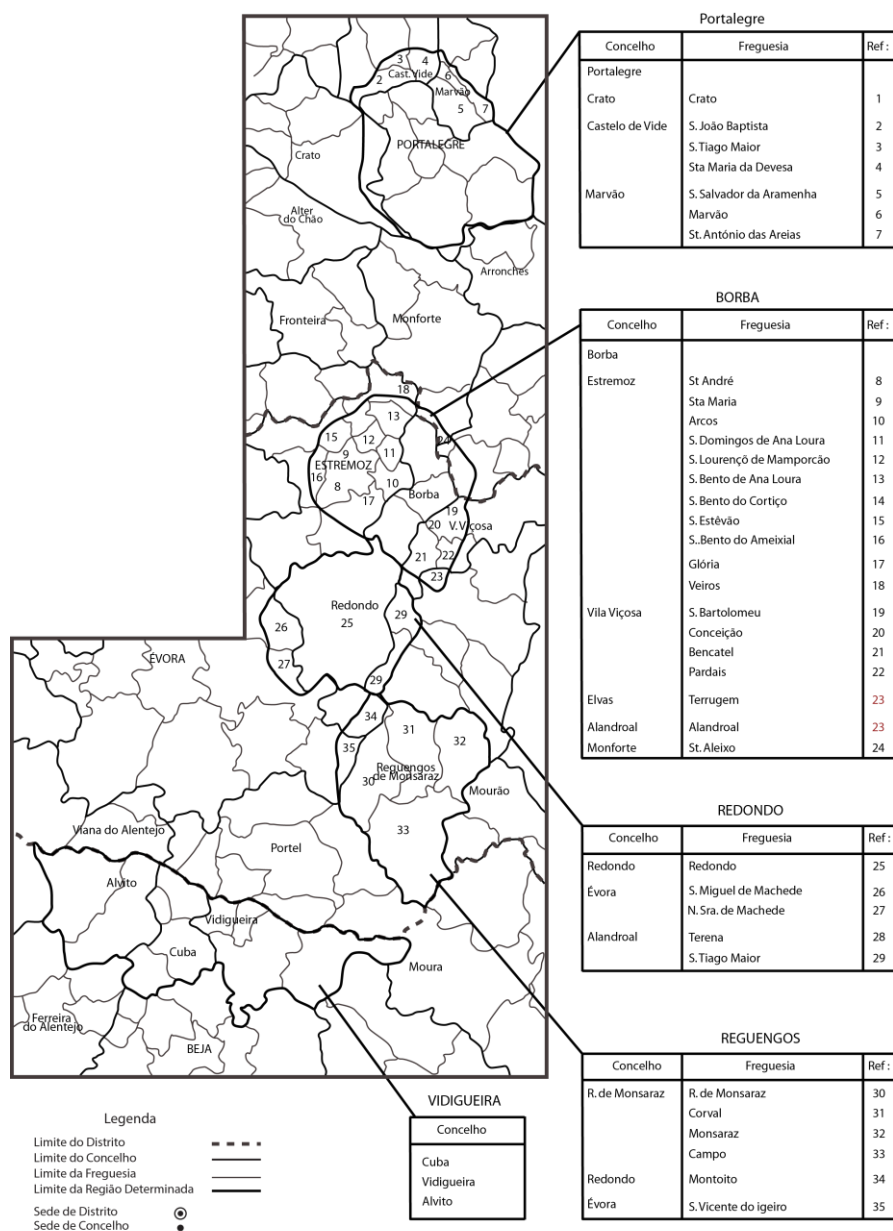


Figura 21: Delimitações das primeiras 5 zonas vitivinícolas do Alentejo  
 Fonte: Decreto Lei nº 349/88 de 30 de setembro

*“A soma das áreas de vinha das cinco sub-regiões mais antigas (Portalegre, Borba, Redondo, Reguengos e Vidigueira) representa próximo de 95% da totalidade da área, o que justifica a razão pela qual estas sub-regiões vitivinícolas foram consideradas prioritárias em sede de reconhecimento.” (Correia, 2015).*

Reconhecidas as primeiras cinco regiões vitivinícolas alentejanas, ficaram reunidas as condições para a criação da **Comissão Vitivinícola Regional Alentejana (CVRA)** e início da sua atividade (**1989**), que passa por **certificar, garantir e promover** Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada (Correia, 2015).

É então que, em **1991**, através da **Portaria nº 943/91**, de 17 de setembro, são reconhecidas mais três zonas Vitivinícolas nesta região, na classe de **Indicação de Proveniência Regulamentada: Évora, Granja/Amareleja e Moura** (Figura 22).

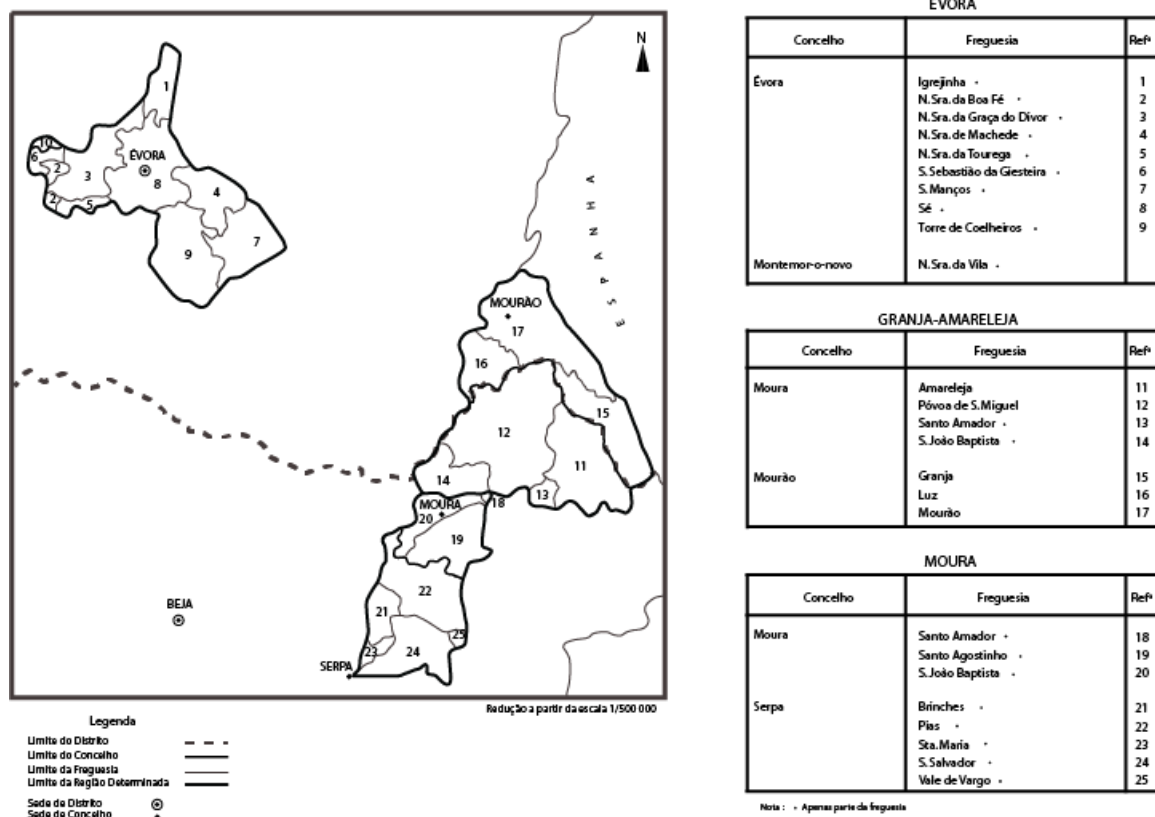


Figura 22: Delimitações das seguintes 3 regiões vitivinícolas.  
Fonte: Elaboração própria, com base na Portaria nº 943/91, de 17 de setembro

O reconhecimento das zonas vitivinícolas alentejanas conferiu uma nova dinâmica nesta região. Foi sem dúvida um dos fatores que mais veio a encorajar agricultores a investir na vitivinicultura, através da reconversão de vinhas que se encontravam em abandono. Foi também **em 1991** que foi criado um protocolo entre o IVV, a CVRA e a ATEVA, no qual é atribuído à CVRA a responsabilidade da certificação dos vinhos regionais e certificação dos DOC, e à ATEVA dar apoio técnico às sub-regiões Alentejanas (Correia, 2015).

No ano seguinte, **1992**, foi atribuída a **Denominação de Vinho Regional Alentejo** aos vinhos produzidos nesta região através da **Portaria nº 672/92**, de 9 de julho, tendo em atenção satisfazer os requisitos de qualidade e tipicidade (Figura 23).



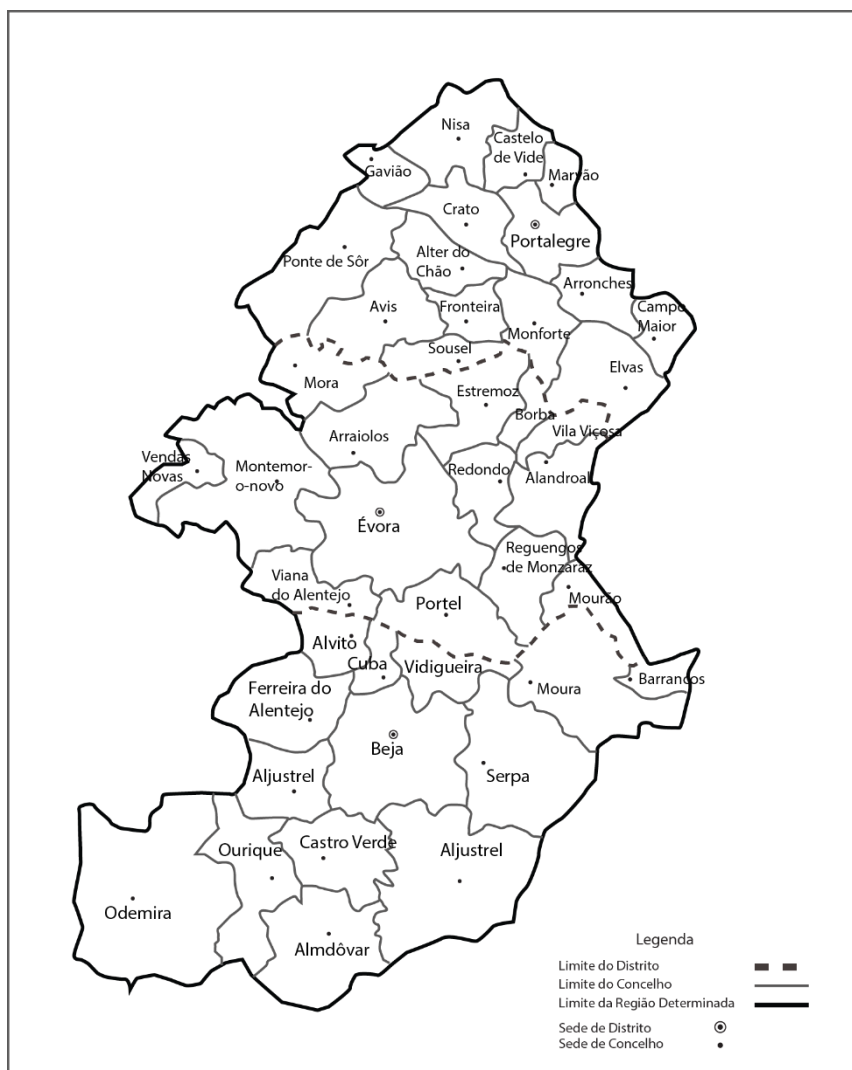


Figura 23: Demarcação a região apta para a Produção de vinho regional Alentejano (DO Alentejo)  
 Fonte: : Elaboração própria, com base na Portaria nº 672/92, de 9 de julho.

O primeiro período de apoios europeus para o incentivo ao arranque desta cultura iniciado em 1987, como referido anteriormente, termina **em 1993**. Nesta fase a prioridade passou por abandonar vinhas que estavam localizadas em solos com elevada capacidade de uso ou agronomicamente mal instaladas. É visível a redução de área de vinha, fomentada por estes programas em que eram atribuídos prémios através do abandono definitivo desta cultura (Leitão,2015).

Em janeiro de **1995**, com o **Decreto-Lei nº 349/88, de 30 de setembro revogado**, as primeiras cinco zonas vitícolas (Portalegre, Redondo, Reguengos, Borba e Vidigueira) que estavam integradas na classe IPR (Indicação de Proveniência Regulamentada) foram então reconhecidas como produtoras de vinho com **Denominação de Origem Controlada (DOC)**, através do **Decreto-Lei nº12/95, de 21 de janeiro**. Alguns anos mais

tarde, em 1998, a **Portaria nº 943/91, de 17 de setembro** também é **revogada**. Desta forma as três restantes zonas (Évora, Granja/Amareleja e Moura) que eram reconhecidas na classe **IPR**, foram também reconhecidas como **Denominação de Origem Controlada (DOC)**, pelo **Decreto Lei nº265/98**, de 19 de Agosto, estando assim, finalmente, todas as atuais zonas vitivinícolas do Alentejo reconhecidas, num total de oito: **Portalegre, Borba, Redondo, Reguengos, Vidigueira, Évora, Granja/Amareleja e Moura**. Com a aprovação dos Estatutos da Região Vitivinícola do Alentejo através do Decreto-Lei n.º 53/2003, de 27 de março, as oito áreas DOC passam a constituir Sub-regiões da DOC Alentejo.

Para o ano de 1995, foi possível elaborar a carta apresentada na Figura 24, com base na Carta de Ocupação do Solo (COS), que consiste num levantamento dos usos do solo de Portugal Continental, dividido em 89 classes. A COS é um produto nacional, elaborado pela Direção Geral do Território (DGT), e inclui uma série temporal com quatro anos de referência, 1995, 2007, 2010 e 2015.<sup>18</sup> Esta cartografia será utilizada como base para a análise da superfície da vinha nesta região, para os respetivos anos. Este levantamento é feito através de imagens de satélite, à escala 1/25 000, o qual foi depois reproduzido para a escala 1/700 000, no âmbito do presente estudo.

Após uma análise global, a superfície ocupada pela cultura de vinha (estreme e consociada) foi isolada de forma a facilitar a leitura e a comparação com a restante cartografia. Numa primeira análise, é visível o aumento da área desta cultura, em comparação com a cartografia apresentada previamente (Figura 18), como é depois comprovado numa análise quantitativa. Em 1966, a área de vinha no Alentejo rondava os 11 663 ha e, em 1995, a área calculada é de 13 905,76 ha. Este aumento é o reflexo de um conjunto de fatores já referidos, sendo que os de maior impacto foram as medidas e programas de incentivo fomentados pela comunidade europeia. O principal objetivo destes programas era a reconversão das vinhas, pois estas estavam envelhecidas e eram pouco produtivas. Ainda que recente, o reconhecimento das principais zonas vitícolas alentejanas reforçou o interesse nas mesmas, estimulando a plantação de vinha nestas zonas. Comparando as duas cartas (1966 e 1995) é visível o aumento da área vinhateira nas zonas agora reconhecidas como Denominação de Origem Controlada. Apesar de em 1966 já serem núcleos importantes desta cultura, após este reconhecimento é visível o aumento destas áreas, como são os casos de Reguengos, Borba e Vidigueira.

Tal como anteriormente, não é possível comparar com exatidão estas duas cartas. Na carta de 1966 apenas temos valores quantitativos para os distritos de Portalegre, Évora e Beja. Nesta, de 1995, conseguimos calcular a área de vinha em toda a região em estudo.

---

<sup>18</sup>[http://www.dgterritorio.pt/cartografia\\_e\\_geodesia/cartografia/cartografia\\_tematica/cartografia\\_de\\_uso\\_e\\_ocupacao\\_do\\_solo\\_\\_cos\\_clc\\_e\\_copernicus/](http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/cartografia_tematica/cartografia_de_uso_e_ocupacao_do_solo__cos_clc_e_copernicus/)

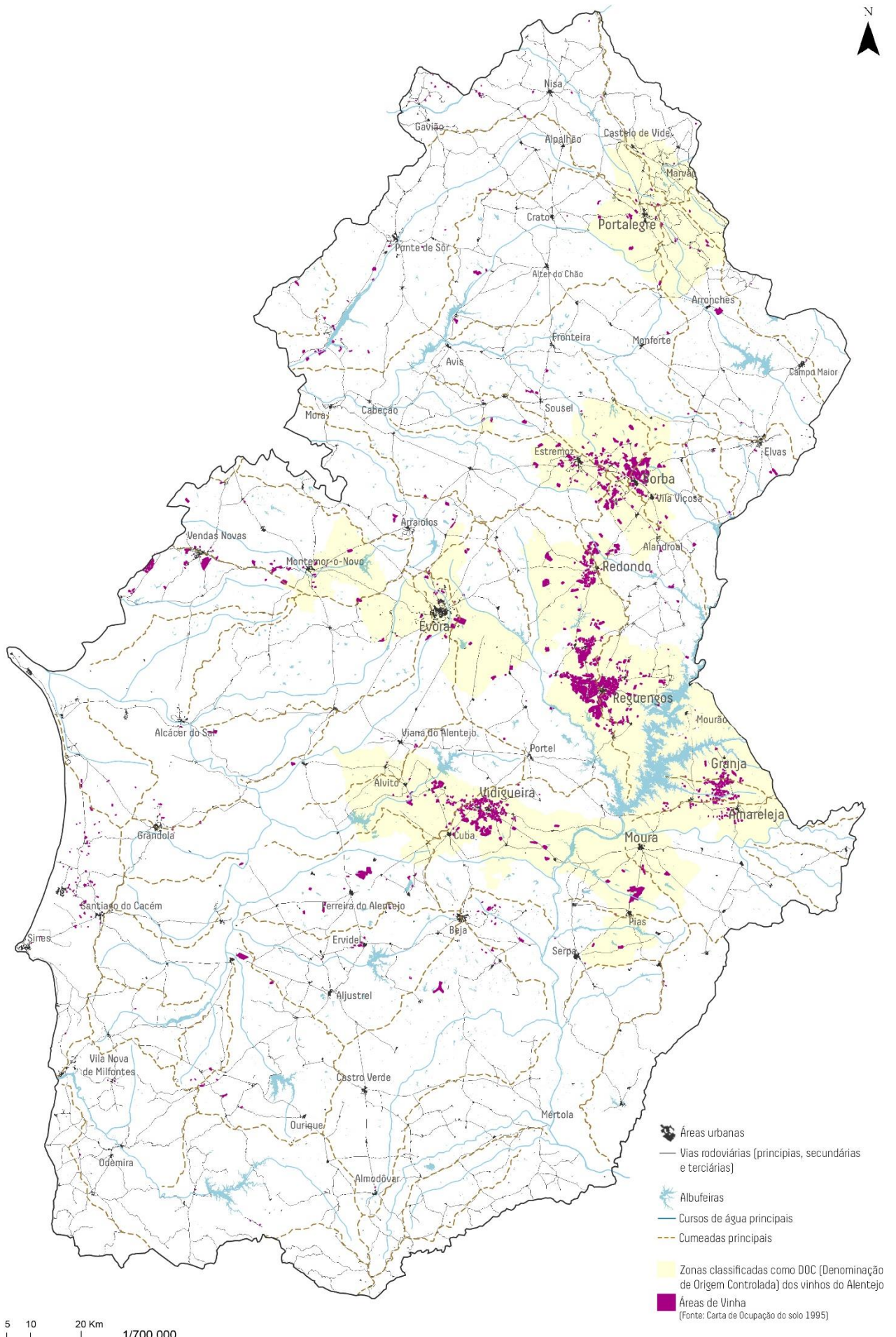


Figura 24: Carta de distribuição da cultura da vinha no Alentejo – 1995  
 Baseado na Carta de Ocupação do solo, 1995

A par dos programas de incentivo ao arranque da vinha, entram também em vigor programas de apoio à sua reconversão e reestruturação. Os principais objetivos destes programas passam por transformar estruturalmente o sector vitícola em Portugal que se encontrava envelhecido e com vinhedos em parcelas de pequena dimensão. Estes programas tornam-se essenciais para ultrapassar as desvantagens competitivas do sector em relação ao resto da Europa.

O primeiro programa a entrar em vigor foi o **Programa Operacional** entre **1990 e 1993**, seguido pelo **Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF)** entre **1994 e 1999**. No entanto, estes dois programas não alcançaram as expectativas – estava prevista a reconversão de cerca de 30 000 ha de vinha, mas apenas foram atingidos os 20 000 ha. O insucesso destes programas deveu-se à falta de apoios financeiros atrativos, e também à falta de divulgação (Leitão, 2015).

Com a entrada da nova OCMV foi possível a aplicação de um novo regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas. **O Plano Nacional de Reestruturação e Reconversão da Vinha, Programa VITIS**, entra em vigor a 1 de agosto de 2000 até 31 de julho de 2005. Nesse período, a área total de vinha reestruturada em todo o país foi de 25 842 ha, que corresponde a um total de 8 982 projetos aprovados, e um valor total de ajudas de 217 647€. A região vitivinícola do Alentejo foi a segunda região com maior área de vinha reestruturada, um total de 6 064 ha, correspondendo a apenas 725 projetos aprovados, e com um valor de ajuda de 40 129€ (Correia, 2015).

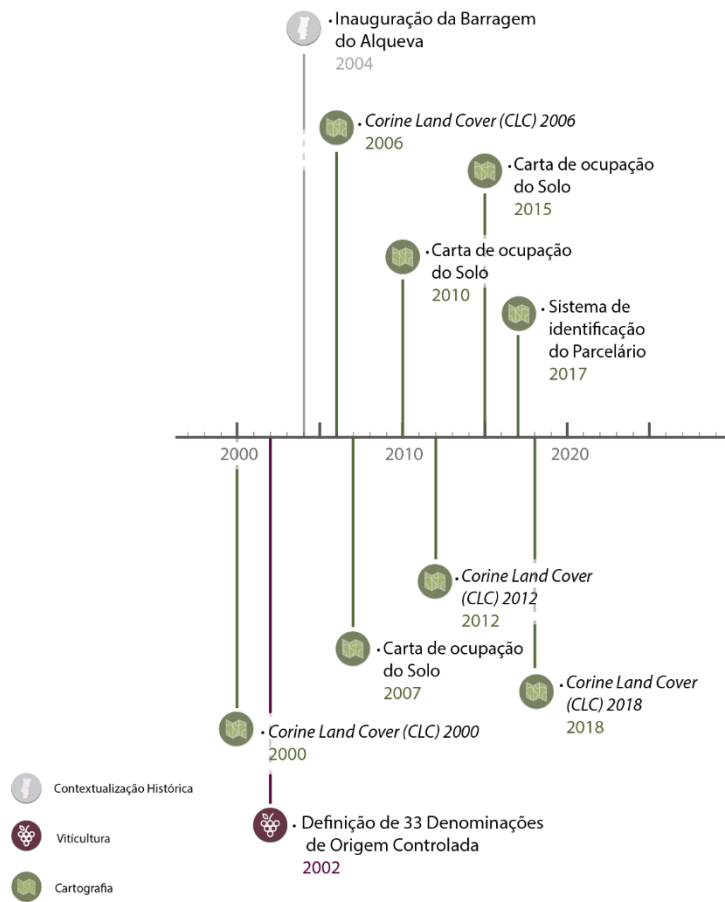


Figura 25: Friso cronológico (entre 2000 e 2020)

Tal como podemos observar na figura anterior (Figura 30), a partir do ano 2000 é produzida cartografia com uma maior regularidade. As novas tecnologias disponíveis permitem uma maior facilidade na recolha e tratamento dos dados referentes aos diferentes usos do solo. No entanto, as diferentes fontes e escalas da cartografia disponível não nos permitem comparar com exatidão as áreas de vinha, ainda assim foi elaborada cartografia referente a todos os anos apresentados.

As duas principais bases cartográficas utilizadas foram a Carta de Ocupação do Solo (COS), referida anteriormente, e o CORINE LAND COVER (CLC). Tanto o COS como o CLC consistem num levantamento dos usos do solo, através de imagens de satélite, posteriormente trabalhadas e agrupados em classes temáticas. A principal diferença entre estes dois produtos é que o CLC é uma base de dados a nível europeu, e o COS a

nível nacional. Em Portugal, o CLC é produzido pela DGT através de um programa coordenado pela Agência Europeia do Ambiente onde os levantamentos são elaborados à escala 1/100 000, e agrupados em 44 classes temáticas e inclui uma série temporal com cinco anos de referência (1990, 2000, 2006, 2012 e 2018). Por outro lado o COS, como já foi referido anteriormente, é um produto nacional, também produzido pela DGT, no entanto o levantamento dos usos do solo é feito à escala 1/25 000. O COS é composto por uma série temporal com quatro anos de referência 1995, 2007, 2010 e 2015. O COS 1995 é composto por 89 classes, o COS 2007 e 2010 por 225 classes, e o COS 2015 por 48 classes, todas com a mesma nomenclatura e base hierárquica e são comparáveis. Dada a diferença de escalas de base do CLC e do COS, a comparação entre ambos os produtos torna-se inexata, por isso e de forma a conseguir fazer uma análise coerente dos dados recolhidos foi necessário eger qual destas duas bases responderia melhor ao objetivo do trabalho. Analisando as características de cada um destes produtos, tornou-se óbvio que o COS seria o mais indicado pois é o que é elaborado a uma escala mais detalhada.

De forma a facilitar a compreensão desta informação, foi elaborada cartografia com base nos dois produtos apresentados (CLC e COS), para todos os anos de referência das respetivas séries temporais. Tal como foi mencionado anteriormente, a cartografia elaborada com base no COS mostrou-se a mais indicada dado o objetivo do trabalho, por isso é analisada de forma mais detalhada. No entanto, a cartografia referente ao CLC apesar de não ser utilizada nesta comparação ao longo do corpo de texto foi remetida para os anexos, onde pode ser consultada e analisada.

De forma a compreender de que forma estas alterações afetaram a cultura da vinha neste período foi elaborada a carta de distribuição da vinha referente ao ano de 2007 (Figura 26), utilizando como base a COS 2007, como foi referido anteriormente.

O aumento da área de vinha é visível, tal como uma maior densidade da mesma nas agora zonas vitivinícolas alentejanas, principalmente em Reguengos e Borba, mas também por toda a região do Alentejo. Comparando com a carta de 1995, a área de vinha quase que duplicou. Para o ano de 1995, existiam cerca de 13 905,76 ha de vinha e em 2007 a área desta cultura ronda os 25 272,31 ha. Passados quase dez anos da carta anterior (1995) o aumento da área de vinha é o reflexo de uma série de fatores que fizeram renascer em força a viticultura alentejana. O reconhecimento da região Alentejo e das suas sub-regiões como produtoras de origem controlada, trouxe reconhecimento e prestígio à região, e conseqüentemente um maior interesse por parte dos produtores nesta cultura. Esse interesse foi fomentado através dos programas de incentivo à reconversão e ao aumento da área de vinha apoiados por fundos europeus, resultando no aumento da área desta cultura, e também na modernização do setor.

A comparação entre estas duas cartas – 1995 e 2007 – tornou-se possível e adequada pois a cartografia de base utilizada teve a mesma fonte (COS). Apesar de corresponderem a séries temporais distintas, a metodologia utilizada para a elaboração deste produto foi a mesma. Assim, foi possível a comparação de dados quantitativos para toda a área em estudo, o que até aqui não tinha sido exequível.



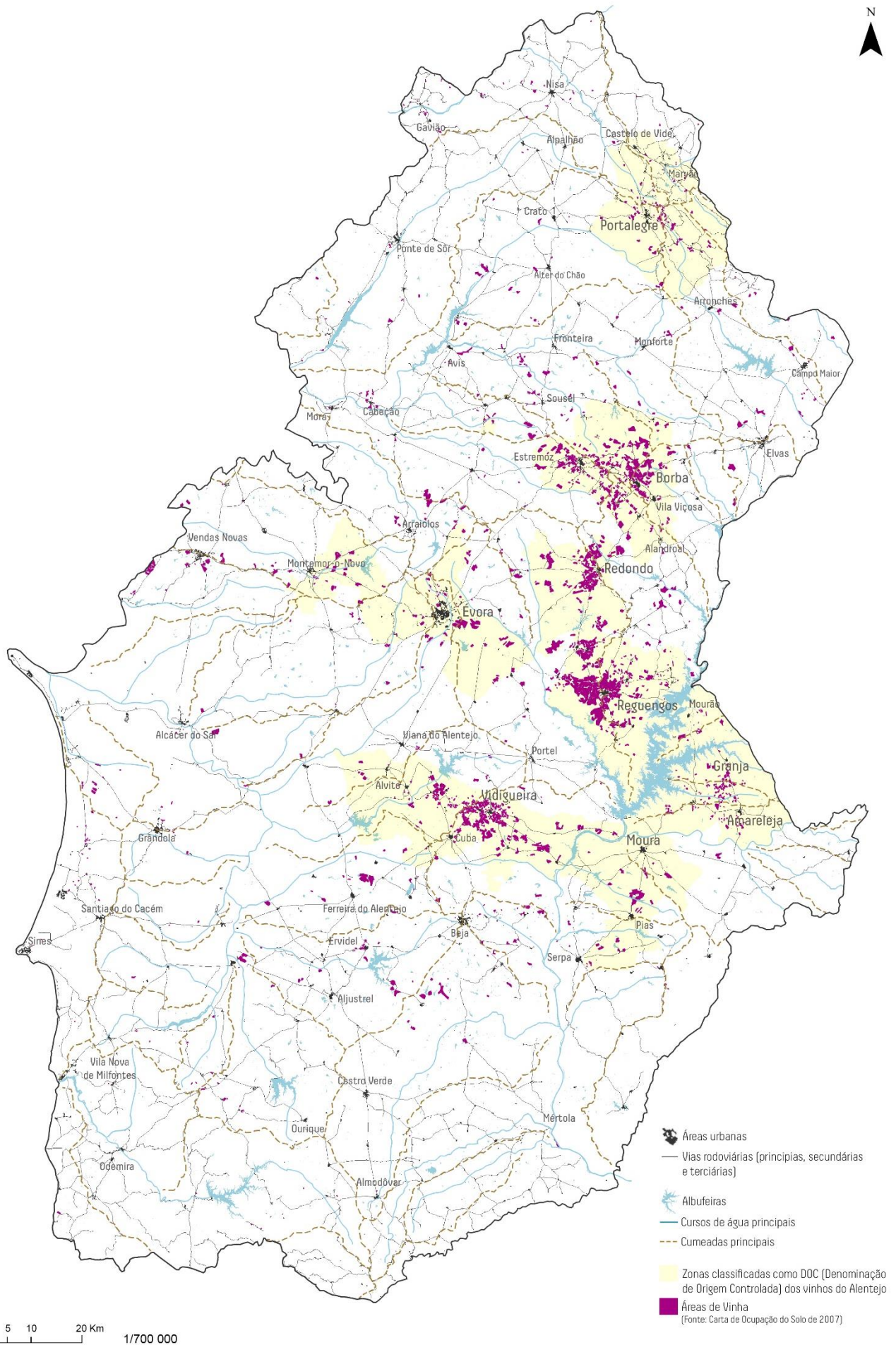


Figura 26: Carta de distribuição da cultura da vinha no Alentejo – 2007  
Baseado na carta de ocupação do solo, 2007

A partir de agosto de 2008 entra em vigor a **Nova Organização Comum do Mercados Vitivinícola** através do Regulamento nº 479/2008, de 29 de abril, que revoga o Regulamento nº1493/99, de 17 de maio. Assim, o regime comunitário deste sector passa por atingir os seguintes objetivos:

- *“Aumentar a competitividade dos produtores comunitários de vinho;*
- *Reforçar a reputação do vinho de qualidade da União Europeia, como sendo o melhor do mundo;*
- *Reconquistar antigos mercados e conquistar novos;*
- *Estabelecer as melhores tradições da produção vitivinícola europeia, reforçando o tecido social das zonas rurais;*
- *Respeitado pelo ambiente por parte de toda a produção.” (Correia,2015,pág.51)*

A **OCMV** é constituída por vários elementos: regime de arranque, direitos de plantação, novas designações D.O e I.G, rotulagem, práticas enológicas e medidas de apoio específicas (Correia,2015).

O **regime de arranque** esteve em vigor desde 1 de agosto de 2008 até 31 de julho de 2011. Esta medida é uma alternativa para os produtores menos competitivos e para equilibrar o mercado, pois possibilita o arranque permanente de vinhas que não se encontravam em condições de gerar uma boa produção. Relativamente aos **direitos de plantação**, dá aos produtores o direito de plantarem uma área de vinha, com a possibilidade de aumentarem as áreas de produção. O principal objetivo destas duas medidas passa por um equilíbrio de mercado, de forma a que os viticultores tomem decisões com base nas necessidades atuais (*idem*).

De forma a simplificar a **classificação dos produtos vinícolas**, a partir de 1 de agosto de 2009 foram-lhes atribuídas novas designações:<sup>19</sup>

- **Vinhos sem indicação geográfica;**
- **Vinhos com indicação geográfica:**
  - Indicações Geográficas Protegidas (IGP);
  - Vinhos com Denominação de Origem Controlada (DOC).

A **Denominação de Origem Controlada ou Protegida** é a *“designação comunitária adotada para os produtos vitivinícolas cuja originalidade e individualidade estão ligados de forma indissociável a uma determinada região, local, ou denominação tradicional, e cuja qualidade ou características específicas, são devidas ao meio geográfico, fatores naturais e humanos”* (IVV, 2012, p.82). Estes produtos estão sujeitos a legislação específica de controlo de forma a garantir a sua qualidade e autenticidade.

A **Indicação Geográfica ou Protegida** é a *“designação comunitária adaptada para os vinhos duma região específica cujo nome adotam na rotulagem, elaborados com pelo menos, 85% de uvas provenientes dessa região. Tal como os produtos com DOC, são sujeitos a regras específicas de controlo. Estes vinhos podem ser rotulados como “Vinho Regional””* (IVV,2012, p.82).

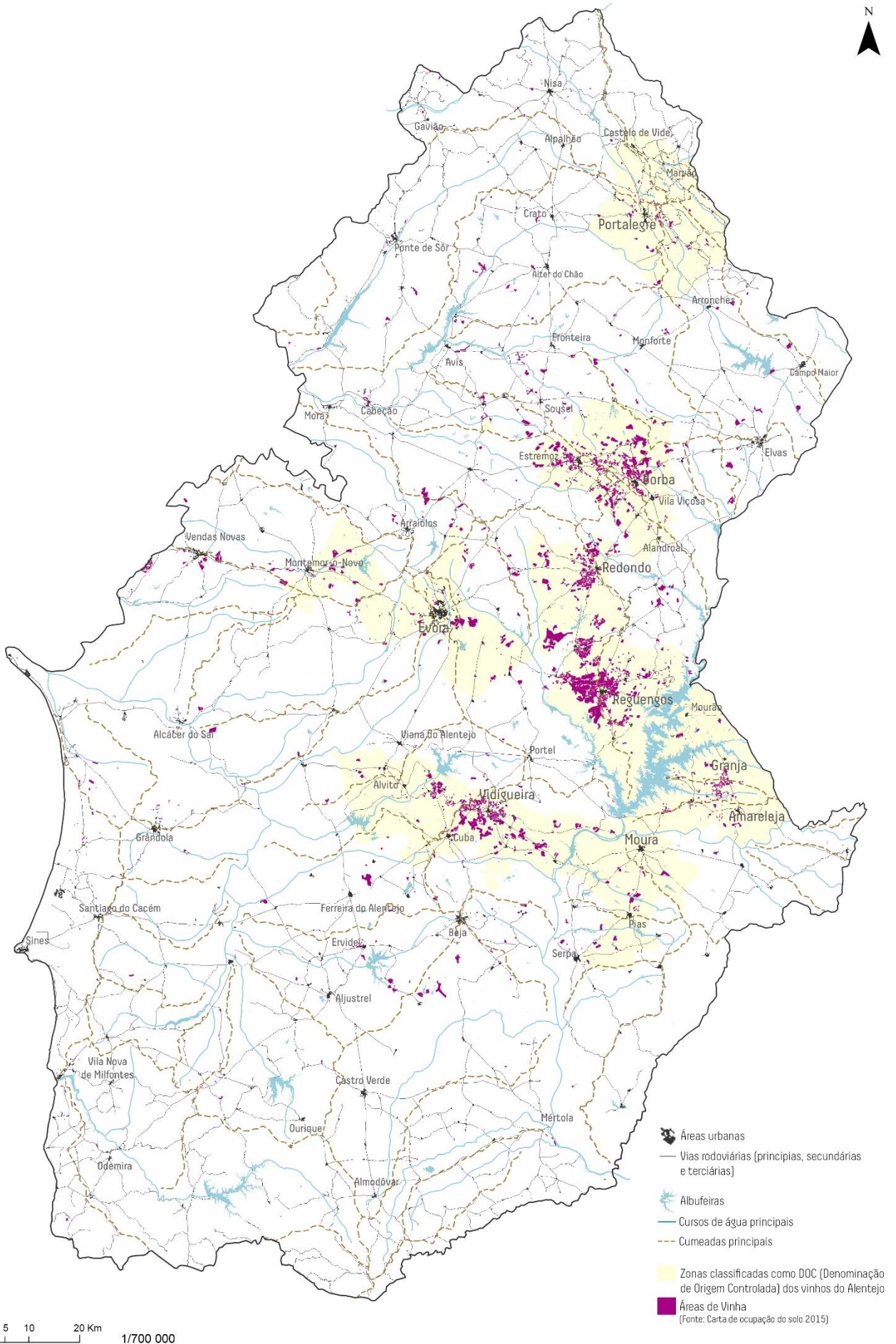
O programa VITIS abre um novo regime de apoio entre 2008 e 2014. Durante este período foram registadas 14 382 candidaturas, correspondentes a uma área de vinha de 24 186ha e a um valor total de ajudas de 255 703 105,56 euros. A região do Alentejo recebeu cerca de 33 527 827,18 euros em ajudas para a reestruturação de 4 168,87ha de vinha, correspondendo a 1 013 candidaturas. (IVV, 2017)

---

<sup>19</sup> O Decreto-Lei n.º 212/2004, de 23 de agosto, veio estabelecer a organização institucional do setor vitivinícola, disciplinando o reconhecimento e proteção das respetivas denominações de origem e indicações geográficas, o seu controlo, certificação e utilização, definindo ainda o regime aplicável às entidades certificadoras dos produtos vitivinícolas.

No ano de 2015 é lançada mais uma série da COS, sendo utilizada como base para a elaboração da carta apresentada na Figura 27.

À semelhança daquilo que acontece na cartografia apresentada anteriormente, as zonas vitivinícolas desta região são aquelas que, de modo geral, têm um maior destaque. É nessas mesmas zonas que a cultura da vinha se tem vindo a intensificar ao longo dos anos. Comparativamente com a área de vinha em 2007 (25 272,31 ha), a área de vinha em 2015 (26 571,02 ha) apresenta uma evolução de crescimento mais ténue do que em períodos anteriores. No entanto, é neste ano (2015) que a cultura atinge um valor máximo na sua ocupação no Alentejo. O pequeno aumento de área de vinha pode ser justificado pelas campanhas de reconversão e reestruturação, tendo em conta que o período 2008/2014 foi o que teve maior adesão, reestruturando cerca de 4 200 ha de vinha na região.



0 5 10 20 Km  
 1/700 000

Figura 27: Carta da distribuição da cultura da vinha no Alentejo – 2015  
 Baseado na carta de ocupação do solo, 2015

Para elaborar a carta referente ao ano de 2017 (Figura 28), foi tida como base a informação do Sistema de Informação Parcelar (SIP) do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP). Este sistema de informação permite a identificação do limite das parcelas de exploração agrícola, às quais são atribuídos um número e uma classificação da sua ocupação, para que possam ser candidatas a ajudas comunitárias.

Através da análise a este levantamento foi possível isolar apenas a cultura da vinha de forma a facilitar a leitura da cartografia apresentada, tal como aconteceu em cartas anteriores. Com base nestes dados, a área de vinha que integra o SIP em 2017, é de 19 161,11 ha. Comparando este valor com a área medida através da COS15 (26 571,02ha), podemos concluir que cerca de 70% da superfície vinícola desta região beneficia, ou já beneficiou, de algum tipo de apoio comunitário.

É importante referir que estão a ser comparadas diferentes fontes de informação, o Sistema de Informação Parcelar e a Carta de Ocupação do Solo, que têm objetivos distintos. No entanto, é interessante perceber como os apoios comunitários influenciam a viticultura Alentejana, que foram sem dúvida fundamentais na reestruturação do sector e tornaram possível o reconhecimento que atualmente tem esta região. Como referido, podemos perceber que 70% da área de vinha desta região beneficiou com estes apoios, permitindo modernizar a viticultura Alentejana e, conseqüentemente, aumentar a sua área de produção. Desta maneira ao longo dos anos a vinha deixou de ser uma cultura secundária, tornando-se então uma das mais importantes da região, alterando assim a sua expressão na paisagem. Atualmente, a cultura da vinha ocupa áreas de maiores dimensões, abandonando a periferia urbana.

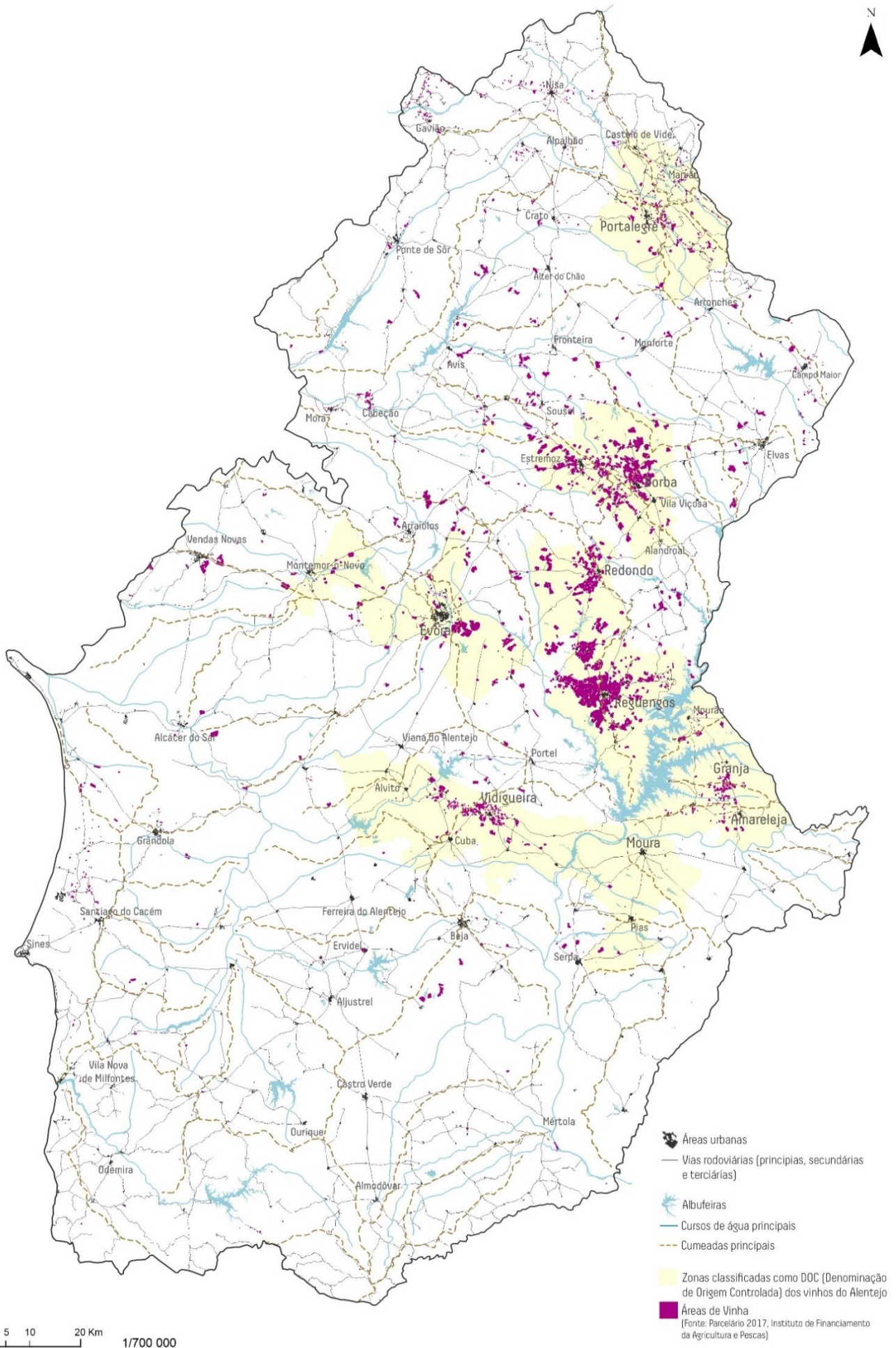


Figura 28: Carta de distribuição da vinha no Alentejo – 2017  
 Baseado no Parcelário do Instituto de financiamento da Agricultura e Pescas, 2017

Durante o período de apoio (Programa VITIS) de 2014 a 2017, foram investidos cerca de 152 milhões de euros, num total de 9 097 candidaturas, resultando em 14 312 ha de área de vinha reestruturada. A região do Alentejo foi a que maior área de vinha reestruturou durante este período, cerca de 3 210ha, que equivale a 715 candidaturas e a apoios de 27 532 027 euros. (IVV,2017)

Desde os anos 90 do séc. XX até hoje, podemos afirmar que a viticultura cresceu de uma maneira inigualável, fomentada pelo grande rendimento da uva face a outros produtos vitivinícolas, pelos fundos de apoio europeus e à construção e modernização das adegas. Hoje em dia a viticultura alentejana está completamente modernizada e totalmente adaptada ao mercado atual, procurando sempre acompanhar todas as inovações do setor que sustentem a sua competitividade. Por outro lado, a necessidade de inovar e de corresponder à procura dos consumidores, por vezes ultrapassa a dinâmica regional, principalmente ao nível das castas utilizadas, resultando em sucessivas alterações à regulamentação existente da região demarcada, alterando assim a importância das castas tradicionais.<sup>20</sup>

A cultura da vinha atualmente é uma das principais produções agrícolas, ao contrário do que acontecia em décadas anteriores, onde era considerada uma cultura marginal. É uma cultura totalmente mecanizada e conduzida de forma a conseguir a maior produção possível. Para tal é utilizada a tecnologia mais moderna disponível, tendo sempre em atenção os custos, mas também a consciência dos impactes ambientais associados, conseguindo assim estar totalmente orientada para o mercado global no que diz respeito às castas utilizadas, aos métodos de produção e ao produto final. *“(...) Contando com condições naturais de solo e clima claramente favoráveis à cultura, e com uma estrutura fundiária que a privilegia em termos de utilização de fatores de produção, nomeadamente a mecanização, o Alentejo poderá constituir-se como uma zona vitícola de referência, a nível mundial, mesmo que as condições de competição global em que parece estarmos a entrar se agravem, e a rentabilidade da cultura baixe significativamente.”<sup>20</sup>*

---

<sup>20</sup> <http://www.vinetowinecircle.com/inovacao/artigos/a-evolucao-viticola-do-alentejo/>



Podemos concluir que o contexto geográfico da região do Alentejo e as suas características edafoclimáticas revelam-se fatores determinantes para o sucesso da cultura da vinha, sendo assim natural que esta tenham sempre estado presente ao longo da sua história. No entanto essa mesma história revela-se atribulada, atravessando períodos de progresso e declínio, como podemos comprovar. As últimas décadas representaram uma mudança de paradigma para a vitivinicultura nesta região, passando de uma região secundária, para uma das principais do país. Dado o crescente interesse neste setor, é importante destacar a relevância de uma gestão da paisagem de forma sustentável, a diversidade paisagística do Alentejo, deve ser preservada e protegida de maneira a que o equilíbrio ecológico se mantenha.

É neste sentido que surge a necessidade de abordar este tema numa perspetiva futura onde se considera a antiga presença da vinha, as suas dinâmicas anteriores e o seu potencial atual.

Assim surge o Plano de Paisagem da Vinha, que tem como principal objetivo a identificação de áreas relativamente homogêneas, que consideramos como Unidades Paisagísticas da Vinha.

De maneira a conseguir concretizar o Plano de Paisagem, decidimos logo reduzir a área em estudo. Não seria possível realizar este estudo com o nível de pormenor pretendido, numa região tão vasta como a região Alentejo. Desta forma optámos por escolher a Sub-região de Denominação de Origem de Borba, uma sub-região fortemente marcada pelo seu carácter tradicional ainda que cada vez mais moderna e automatizada no que toca às necessidades actuais deste sector.

A necessidade de um estudo aprofundado da paisagem da vinha nesta sub-região fez com que a análise feita à sub-região DO de Borba passasse por um estudo mais aproximado e detalhado das componentes biofísicas e culturais que mais influenciam esta cultura. Desta forma, é então possível identificar áreas com mais ou menos aptidão para esta cultura, que são definidas com base numa visão global da paisagem onde todos os seus componentes foram tidos em conta.



## 1 – OBJETIVOS E METODOLOGIA

Os objetivos do estudo centrado na temática da vinha para a sub-região de Borba são a análise e a caracterização da paisagem desta área demarcada e o desenvolvimento de uma aproximação metodológica para definir o que designámos por unidades paisagísticas da vinha.

Às unidades paisagísticas de vinha correspondem áreas mais ou menos homogéneas, no que se refere ao seu padrão, identidade e aptidão na perspetiva da vinha (Freire, Ramos e Vintém, 2019).

Ainda que o principal foco deste estudo seja o sistema agrícola da vinha, olhámos para a paisagem numa perspetiva holística e, por isso, considerámos os seus componentes socioeconómicos, culturais, estéticos e ecológicos. Por este motivo, considerámos que ao estudo com o principal foco na componente produtiva da vinha e da protecção do território, acresciam outras componentes, determinadas pelas funções que identificamos como associadas à paisagem – funções produtivas, de protecção e de recreio (neste caso mais vinculadas ao turismo).

Desta maneira, procedeu-se à elaboração de cartografia que se apresenta neste capítulo, associada às variáveis naturais (geologia, solos e fisiografia) e culturais (uso do solo e estrutura da propriedade), que mais influenciam este sistema agrícola. Foram ainda ponderadas outras variáveis onde se incluem os aspetos de ordem estética (ligados por exemplo ao padrão da paisagem), histórica (onde se inclui a informação sobre a localização da vinha ao longo do tempo) e climática.

Sobrepondo e articulando essa informação identificaram-se então as unidades diferenciadas relativamente à capacidade de uso do solo para a produção vitícola, mais ou menos sustentada, e à biodiversidade e sustentabilidade da paisagem. Desta aproximação resulta, então, o que designámos plano de paisagem da vinha para a sub-região de Denominação de Origem de Borba.

De forma a melhor compreender cada uma das variáveis, toda a cartografia apresentada foi trabalhada à escala de base e, posteriormente, redimensionada a uma escala comum (1/150 000). Esta cartografia temática foi sempre acompanhada por um

conjunto de informação referencial de base, designadamente aglomerados urbanos, as principais vias rodoviárias, as manchas de vinhas existentes (à data de 2017) e o limite da sub-região de Borba.

De forma a aferir e confirmar as unidades de paisagem da vinha a que se chegou, procedeu-se então a um trabalho de campo, por toda a área em estudo, auxiliado por técnicos vitícolas com um amplo conhecimento da sub-região bem como maior percepção das exigências da cultura e da dinâmica atual associada a todo o processo ligado à vitivicultura (Freire, Ramos e Vintém, 2019).

## 2 - ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE VINHA

A sub-região vitivinícola de Borba é a segunda maior do Alentejo com uma área de 556,56 km<sup>2</sup>. Abrange: no distrito Évora, os concelhos de Borba (freguesias de Orada, Borga e Rio de Moinhos), de Estremoz (freguesias de Arcos, S. Lourenço de Mamporcão, S. Bento de Ana Loura e União das Freguesias de Estremoz e parte das freguesias da Glória, Vimieiro, Santa Maria, União das Freguesias de São Bento do Cortiço e Santo Estevão e Veiros), de Vila Viçosa (freguesias de N<sup>o</sup> S<sup>a</sup> da Conceição e S. Bartolomeu, Pardais e Bencatel) e do Alandroal (parte da União de Freguesias do Alandroal); e, no distrito de Portalegre, os concelhos de Elvas (parte das freguesias da Terrugem e Vila Boim e de Barcarena e Vila Fernando) e de Monforte (parte da freguesia de Santo Aleixo (Figura 29).

Como vimos no capítulo anterior, a cultura da vinha é um uso antigo muito presente na área classificada como Denominação de Origem Controlada de Borba, na década de 80 do século XX (Figura 21). Desta presença antiga é de destacar a sua expressão mais marcada na envolvência dos principais aglomerados urbanos de Borba e Estremoz (Figura 30). Em Borba esta cultura estende-se também mais para os territórios mais a norte, acompanhando o natural aumento da dimensão da propriedade, à medida que nos afastamos da área urbana. Em Estremoz segue o mesmo padrão de maior expressão na proximidade ao núcleo urbano, estendendo-se também de modo significativo para territórios mais para oeste. Observa-se ainda na localização das áreas de vinha um significativo apoio na rede viária. Qualquer das circunstâncias de localização está naturalmente fundamentada na necessidade de mão-de-obra, atenção e trabalhos continuados que a cultura exige.

# SUB-REGIÃO DE DENOMINAÇÃO DE ORIGEM DE BORBA | ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO

- Limite de Freguesia
- Limite de Concelho
- — Limite da D.O de Borba
- Distrito de Portalegre
- Distrito de Évora



Figura 29: Sub-Região de denominação de origem de Borba - Enquadramento administrativo

# |LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE VINHA

- Estradas
- Aglomerados urbanos
- ▨ Vinha



Figura 30: Localização das vinhas

### 3 – ANÁLISE DOS SISTEMAS BIOFÍSICOS E CULTURAIS

Para a elaboração da **carta geológica** (Figura 31), baseámo-nos na Carta Geológica de Portugal de 2010, à escala 1:1 000 000. Após uma primeira análise, as classes originais foram reagrupadas com base na litologia predominante (Tabela 4).

Tabela 4: Carta geológica: Informação obtida e síntese realizada

DESCRIÇÃO	SÍNTESE
<b>E</b> – Arenitos, arcoses, conglomerados, argilitos e siltitos	<b>ARENITOS</b>
<b>OD1</b> – Mármore e metavulcanitos básicos	<b>METAMÓRFICA - MÁRMORES</b>
<b>ep1c</b> – Metacalcários	<b>SEDIMENTAR DE CALCÁRIO</b>
<b>NP2</b> – Filitos, metagrauvaques, metachertes, metaconglomerados, metacalcários e xistos <b>D1f_b</b> – Filitos, metagrauvaques e raros metaconglomerados <b>ep2</b> – Filitos, quartzofilitos e metavulcanitos ácidos e básicos	<b>METAMÓRFICA DE FILITOS</b>
<b>ep1</b> – Metaconglomerado, filitos, quartzofilitos, metavulcanitos ácidos a básicos e paracalinos <b>SD1</b> – Metagrauvaques, quartzitos, metassiltitos, metachertes, filitos, quartzofilitos e metavulcanitos ácidos e básicos <b>O_b</b> – Quartzitos, filitos, quartzofilitos, metaconglomerados, metacalcários e metabasaltos	<b>METAMÓRFICA DE QUARTZITOS E ARDÓZIA</b>
<b>Gla</b> – Tonalitos e granodioritos <b>F1</b> – Filões básicos <b>GAMA</b> – Gabros, anortositos e dioritos <b>G3</b> – Granitos biotíticos	<b>ROCHA ÍGNEA</b>

Fonte : Elaboração própria com base na legenda da Carta Geológica de Portugal de 2010

O substrato dominante nesta região corresponde aos mármore e calcários. Aqui encontramos o conhecido Anticlinal de Estremoz, que se desenvolve no sentido noroeste-sudeste na região em estudo, sendo também nesta área que se implantam os principais aglomerados urbanos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa (Figura 31). A



localização destes aglomerados relaciona-se certamente com a presença do substrato dominante de mármore e calcários e com a economia da região, dada a extração significativa de inertes e a produção agrícola, onde se destacam as culturas dos olivais e das vinhas.

Se no passado a presença da vinha estava certamente relacionada com esse substrato e, em particular, com a proximidade das áreas urbanas, atualmente observa-se que a presença da vinha ocorre sobre outros substratos geológicos de modo ainda mais expressivo. O substrato de rochas metamórficas de quartzitos e ardósia, é disso exemplo, dado lhe estarem associados solos onde a aptidão é mais adequada a esta cultura (Figura 31).

# | CARTA GEOLÓGICA

- Metamórfica de filitos
- Metamórfica de quartzitos e ardózia
- Sedimentar de Calcário
- Metamórfica - Mármore
- Arenitos
- Rochas ígneas

Vinha

Aglomerados urbanos

## REDE VIÁRIA

Auto-estrada

Itinerários Principais e Estradas Nacionais

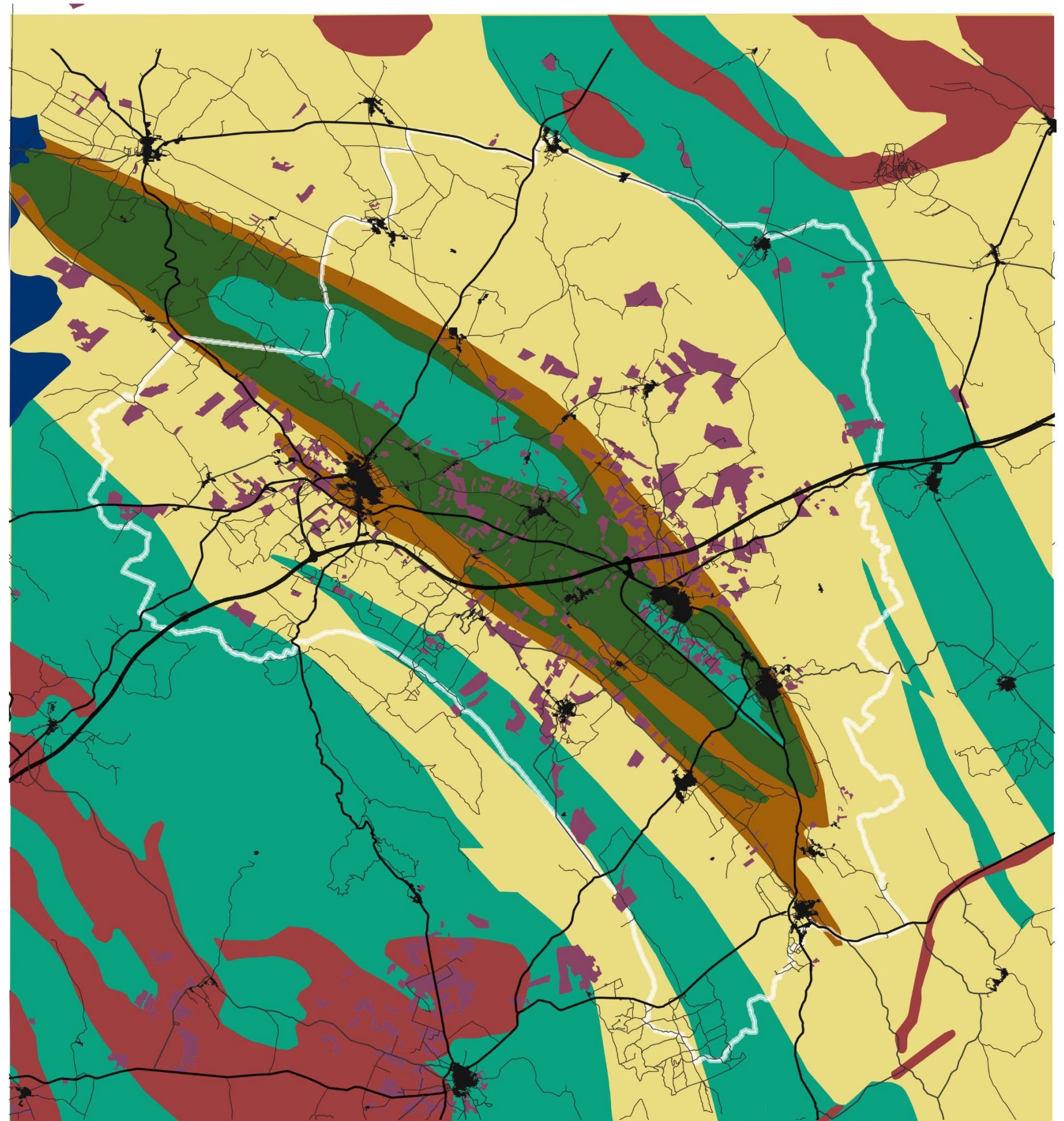


Figura 31: Carta Geológica

0 2 4 km  
1 : 150 000

Na elaboração da **carta de solos** apoiámo-nos nas Cartas dos Solos de Portugal, publicadas pelo Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, nº 32-D, 33-C, 36-B, 37-A, 36-D e 37-C de 1970, à escala 1/50 000. As classes de solos foram agrupadas tendo em conta as suas limitações ou aptidões relativas à cultura da vinha. Como os solos estão diretamente relacionados com a litologia, assim a sua distribuição acompanha as características da rocha-mãe. Observa-se então que, na área do Anticlinal de Estremoz, dominam os solos mediterrâneos pardos, vermelhos ou amarelos. Dadas as maiores limitações que estão associadas a estes solos, sempre que se encontram em condições de fase delgada ou pedregosa e/ou com afloramentos rochosos, diferenciamos-os numa classe à parte (Figura 32). Do mesmo modo, dado que o excesso de água no solo é um factor que condiciona negativamente o sucesso da cultura, os aluviosolos e solos de baixas foram agrupados numa classe, encontrando-se estes associados aos vales dos rios (Figura 32). Os solos calcários vermelhos e pardos encontram-se com uma presença muito pouco significativa. Nos territórios de xistos e em situações de relevo mais acidentado dominam os litossolos (incluindo os solos esqueléticos e solos com os afloramentos rochosos calcários) solos com expressão significativa na área em estudo (Figura 32).

Como referimos no primeiro capítulo, a videira é uma planta que facilmente se adapta às condições do solo onde é instalada. A grande versatilidade da cultura faz com que a possamos encontrar em diferentes tipos solos. Na área em estudo, a maioria das áreas de vinha ocorre em solos mediterrâneos pardos, vermelhos ou amarelos, incluído aqueles que se encontram em fases delgada ou pedregosa e/ou com afloramentos rochosos (Figura 32). Quanto aos aluviosolos e solos de baixas e aos litossolos (solos esqueléticos), ainda que possamos observar algumas manchas de vinha nesta situação, não podemos deixar de relembrar que este é um fator condicionador.

# | CARTA DE SOLOS

- LITOSSOLOS (SOLOS ESQUELÉTICOS) e AFLORAMENTOS ROCHOSOS DE CALCÁRIOS  
(Ex ; Egn) ; (Arc;)
- SOLOS LITÓLICOS NÃO HÚMICOS  
(Pg; Pgm; Ppg; Pag;)
- SOLOS CALCÁRIOS VERMELHOS E PARDOS  
(Pc; Pcc; Pcx; Vc; Vcx; Vcr; Vct;)
- BARROS PRETOS , CASTANHOS-AVERMELHADOS (CALCÁRIOS)  
(Bpc; Cp; Bvc;)
- SOLOS MEDITERRÂNEOS PARDOS, VERMELHOS OU AMARELOS  
(Pgn; Pm; Pmg; Pmn; Px; Pag; Pagx; Pmh; Pv; Pvc; Pvx; Scv; Sr; Vgn; Vm; Vx; Vxr; Pcm; Vcm; Vcv; Vcc; Vcd;)
- SOLOS MEDITERRÂNEOS PARDOS, VERMELHOS OU AMARELOS (em fase delgada ou pedregosa e/ou com Afloramentos rochosos)  
(Pgn; Pm; Pmg; Pmn; Px; Pag; Pagx; Pmh; Pv; Pvc; Pvx; Scv; Sr; Vgn; Vm; Vx; Vxr; Pcm; Vcm; Vcv; Vcc; Vcd;)
- ALUVIOSSOS (MODERNOS E ANTIGOS); SOLOS DE BAIXA (COLUVIOSSOLOS)  
(Al; A; Aa; At; Sbl; Sbb; Sbc; Sba; Sb; Atl; Pb;)
- SOLOS HIDROMÓRFICOS e SOLOS MEDITERRANEOS PARDOS PARA-SOLOS HIDROMÓRFICOS  
(Cal ; Caa ; Cb ) ; (Pag ; Pmh ; Pag ; Pagx)
- Aglomerados Urbanos
- Planos de água

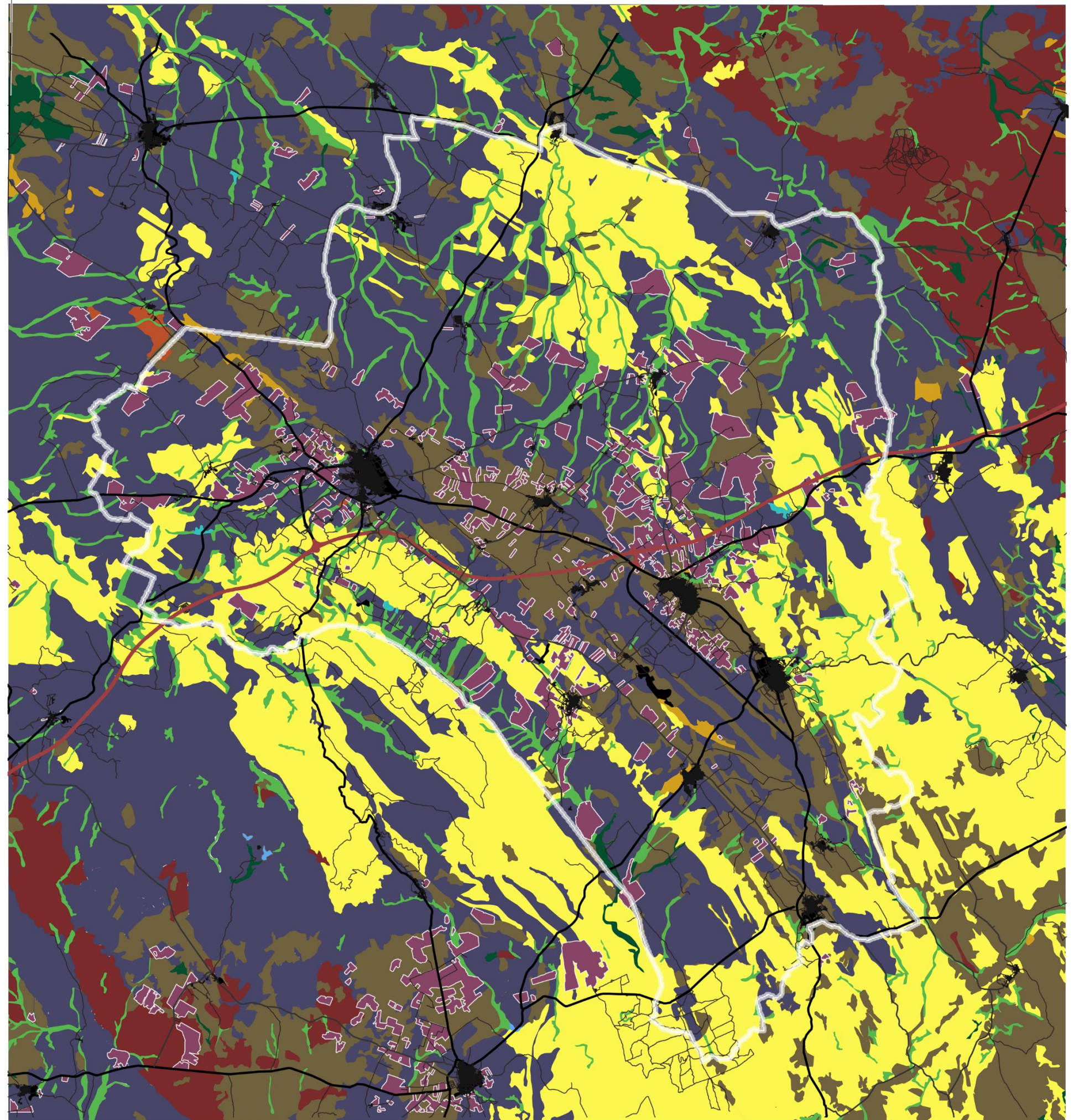


Figura 32: Carta de Solos

0 2 4 km

1 : 150 000

Para a compreensão da morfologia do terreno elaborámos a carta de **síntese do relevo** que inclui informação altimétrica, fisiográfica, declives e orientação das encostas (Figura 33). Esta carta teve por base o Modelo Digital do Terreno (MDT) de Portugal Continental de 2010 da Direção Geral do Território (DGT), à escala 1/50 000. De forma a conseguir uma escala adequada à área em estudo, foram extraídas a partir do MDT as curvas de nível com uma equidistância de 10 metros, de forma a ser possível elaborar uma carta hipsométrica, recorrendo a um programa de Sistemas de Informação Geográfica (ArcGIS). A partir da carta hipsométrica criada, foi então possível produzir cartografia relativa aos declives e à orientação de encostas.

Para o estudo da fisiografia desta área, foram tidos como base os ficheiros disponibilizados através da plataforma digital EPIC WEBGIS Portugal, à escala 1/25 000. Posteriormente esses ficheiros foram trabalhados recorrendo mais uma vez ao programa ArcGIS.

Relativamente à altimetria, tendo em conta as cotas da área em estudo e a escala de trabalho, definiram-se classes de 26 em 26 metros. Na sub-região de Borba as cotas variam entre os 172m e os 484m, sendo a zona mais alta a oeste de Borba, associado ao Anticlinal de Estremoz. Da leitura da altimetria podemos afirmar que predominam as classes entre os 302 e os 432 m. Apesar de estar fora da sub-região de Borba, numa situação de grande proximidade e a sul da mesma, não podemos deixar de assinalar a presença de uma das serras mais significativas do Alentejo Central - a Serra de Ossa, com 640m - que naturalmente influencia, do ponto de vista biofísico, diretamente a região vitivinícola em estudo (Figura 33).

Em termos fisiográficos, a área em estudo abrange duas bacias hidrográficas, Tejo e Guadiana, separadas pelo fecho principal que se desenvolve de noroeste a este da sub-região de Borba. A norte, na bacia do Rio Tejo, os cursos de água escoam para norte e noroeste, de entre os quais podemos destacar o maior significado da ribeira da Alcaraviça. Na parte sul, já na bacia do Rio Guadiana, o escoamento das linhas de água é no sentido sudeste e sul, onde se destacam as Ribeira do Lucefecit e de Borba (Figura 33). A distribuição irregular da precipitação ao longo do ano é responsável pelo regime permanente ou torrencial da maior parte dos cursos de água, com exceção dos referidos

anteriormente, que se assinalam como cursos de água de regime permanente presentes.

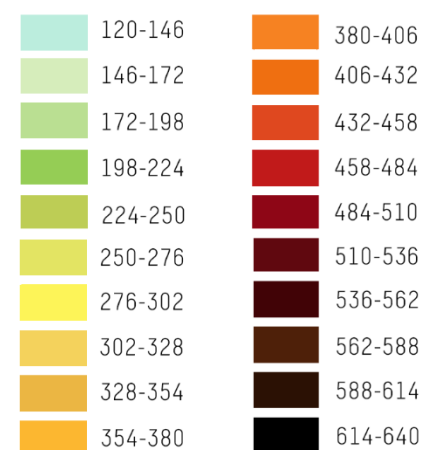
Relativamente aos declives, foram definidas 4 classes ajustadas às características do relevo existente e à escala de trabalho utilizada (Figura 33): 0-4% (Plano ou quase plano), 4-8% (Pouco ondulado), 8-15% (Ondulado) e superiores a 15% (Acidentado). Dadas as características do relevo plano e ondulado, não se estranha que dominem as áreas planas ou quase planas e pouco onduladas.

Em relação à orientação e exposição de encostas, a norte do festo principal, que atravessa transversal e aproximadamente a meio sub-região, observa-se o domínio das encostas frias (orientadas a Norte, Noroeste e Nordeste) e a sul dominam as encostas quentes (orientadas a Sul, Sudoeste e Oeste) (Figura 33).

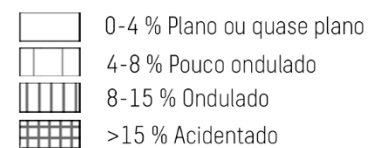
A distribuição da vinha está relacionada com a topografia existente, ocupando as situações onde o relevo é plano a pouco ondulado (entre os 300 e os 430m), aparecendo também nas zonas mais elevadas do anticlinal de Estremoz. Assinala-se ainda uma maior expressão da vinha em territórios da bacia hidrográfica do Tejo.

# Carta Síntese de Relevo

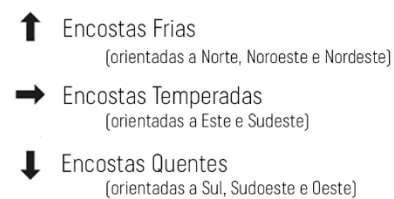
## HIPSOMETRIA (metros)



## DECLIVES



## ORIENTAÇÃO DE ENCOSTAS



## FISIOGRAFIA



Aglomerados urbanos

Limite da sub-região de Borba

Área de vinha de 2010  
(Fonte: COS10)

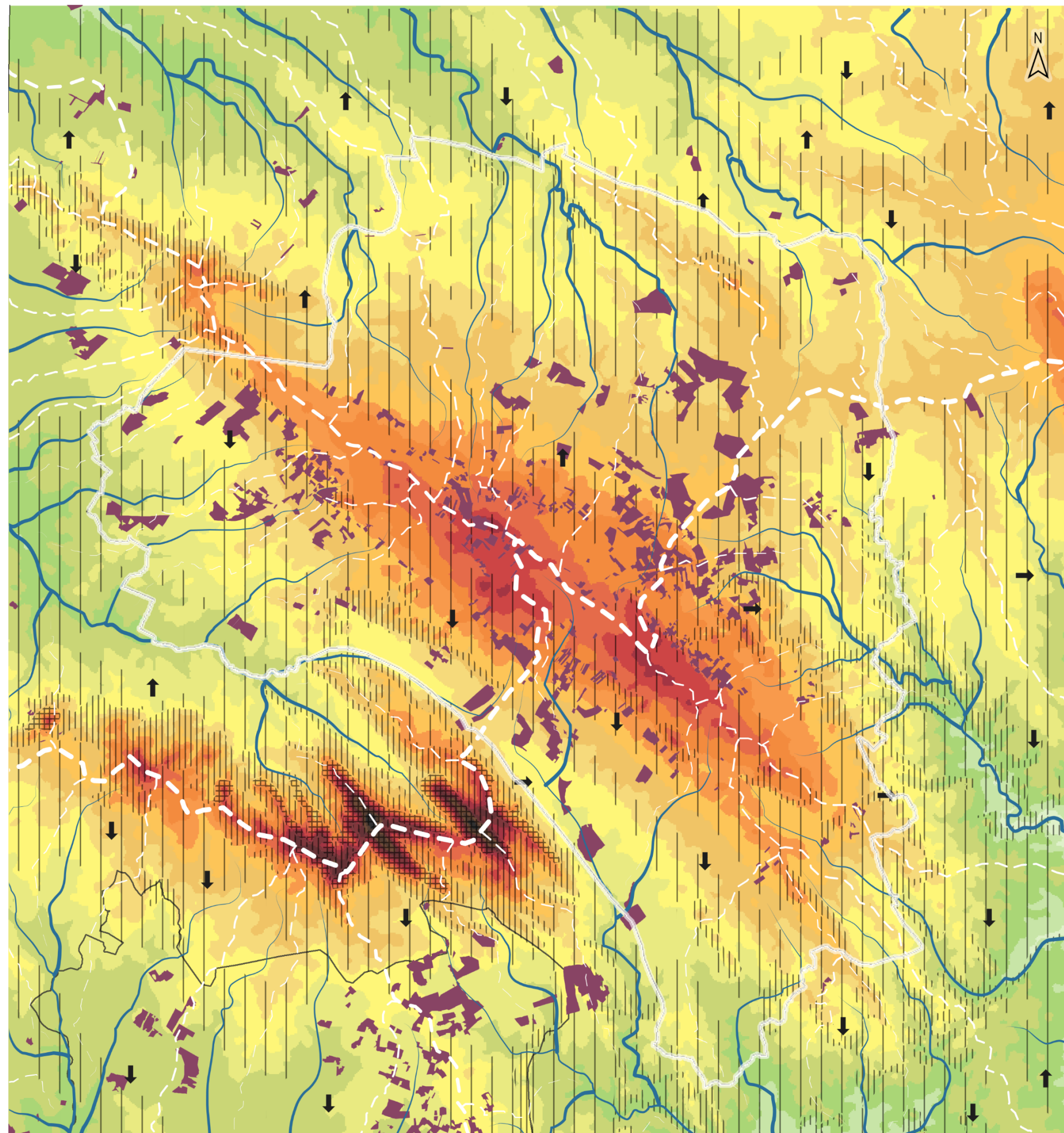


Figura 33: Carta Síntese de Relevo

0 2 4 km

1 : 150 000

A carta do **limite de propriedade** permitiu-nos compreender como as variações da estrutura da propriedade estão associadas aos mosaicos de paisagem, mas também como é que o Homem foi construindo a paisagem com padrões distintos, determinados pela posse da terra.

Para a elaboração desta carta, foi tido como base o Parcelário de 2017 do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas.<sup>21</sup> De forma a facilitar a sua análise, foram criadas 5 classes, de acordo com a representatividade da dimensão da propriedade em hectares: 0-4 ha, 4-10 ha, 10-30 ha, 30-100 ha e superior a 100 ha (Figura 34).

Da leitura da carta, são imediatamente perceptíveis os fundamentos culturais que decorrem da posse da terra, associados ao padrão paisagístico diversificado e complexo nesta região. Um pouco como acontece por toda a região Alentejo, junto aos principais aglomerados urbanos podemos encontrar uma malha mais estreita e irregular, e uma malha mais larga e homogénea à medida que nos vamos afastando dos mesmos. Este padrão pode também ser reflexo do relevo existente, que se torna mais aplanado à medida que nos afastamos destes núcleos.

Sendo a cultura da vinha umas das culturas principais na região, ela acompanha áreas que compreendem a diversidade de mosaico descrito. Apesar de aparecer com alguma expressão junto aos aglomerados urbanos, mais recentemente ganha importância em zonas mais afastadas onde a propriedade é de maior dimensão.

Para uma leitura mais completa são apresentadas duas cartas relativas a estrutura da propriedade: a primeira (Figura 34) inclui os limites das propriedades de forma a compreender o padrão que caracteriza a região incluindo as áreas de vinha; a segunda (Figura 35) faz sobressair as classes de dimensão da propriedade, onde é visível o padrão e contraste entre a pequena propriedade junto aos aglomerados e a grande propriedade.

---

<sup>21</sup> <https://publico-isip.ifap.pt/web/Index.aspx>



# | CARTA DE LIMITE DE PROPRIEDADE

- Limite das Parcelas
  - Vinha
- REDE VIÁRIA
- Auto-estrada
  - Itinerários Principais e Estradas Nacionais
  - Estradas Regionais e Municipais
  - Caminhos rurais

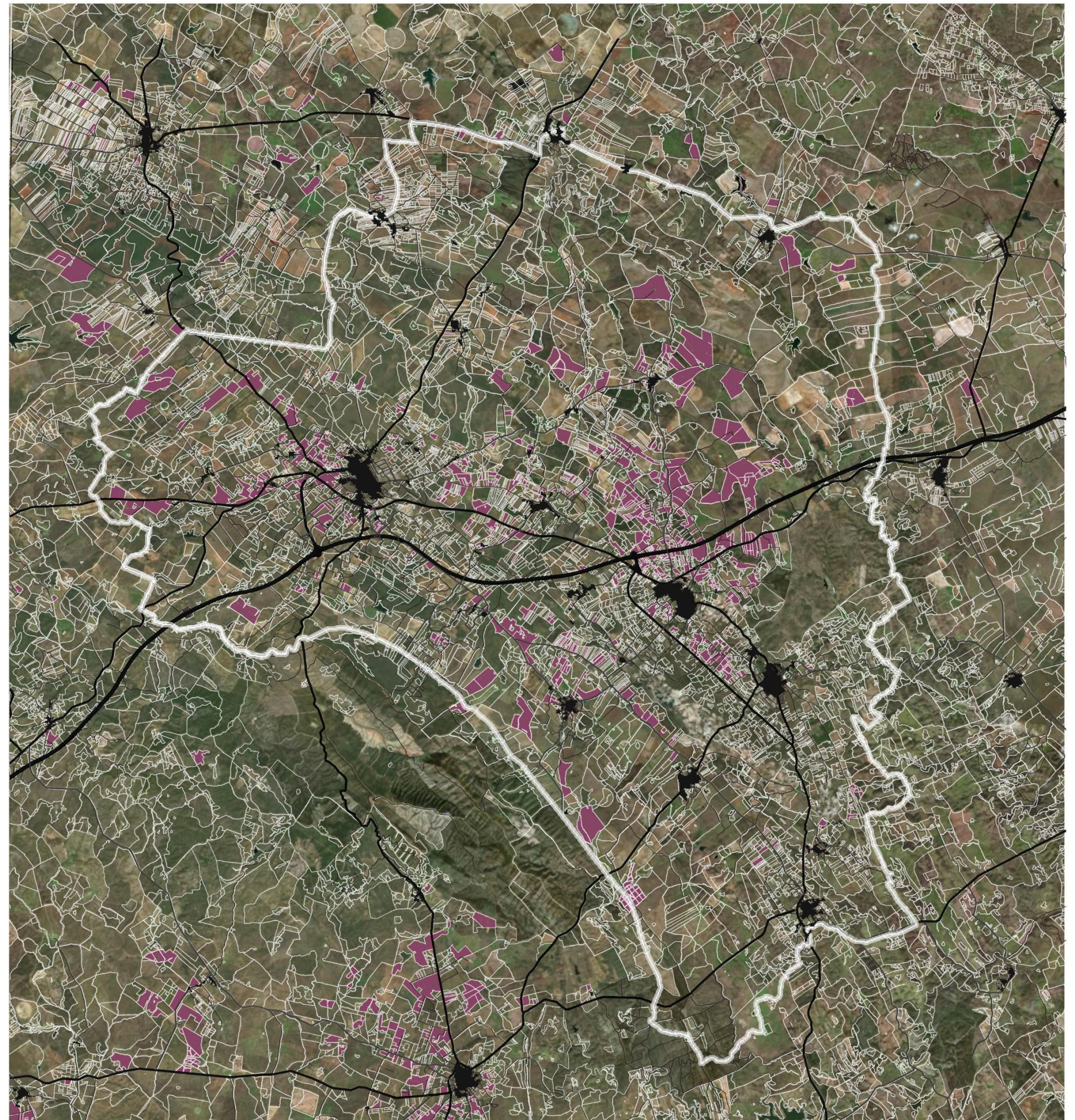


Figura 34: Carta de Limite de Propriedade

0 2 4 km

1 : 150 000

# | CARTA DE DIMENSÃO DA PROPRIEDADE

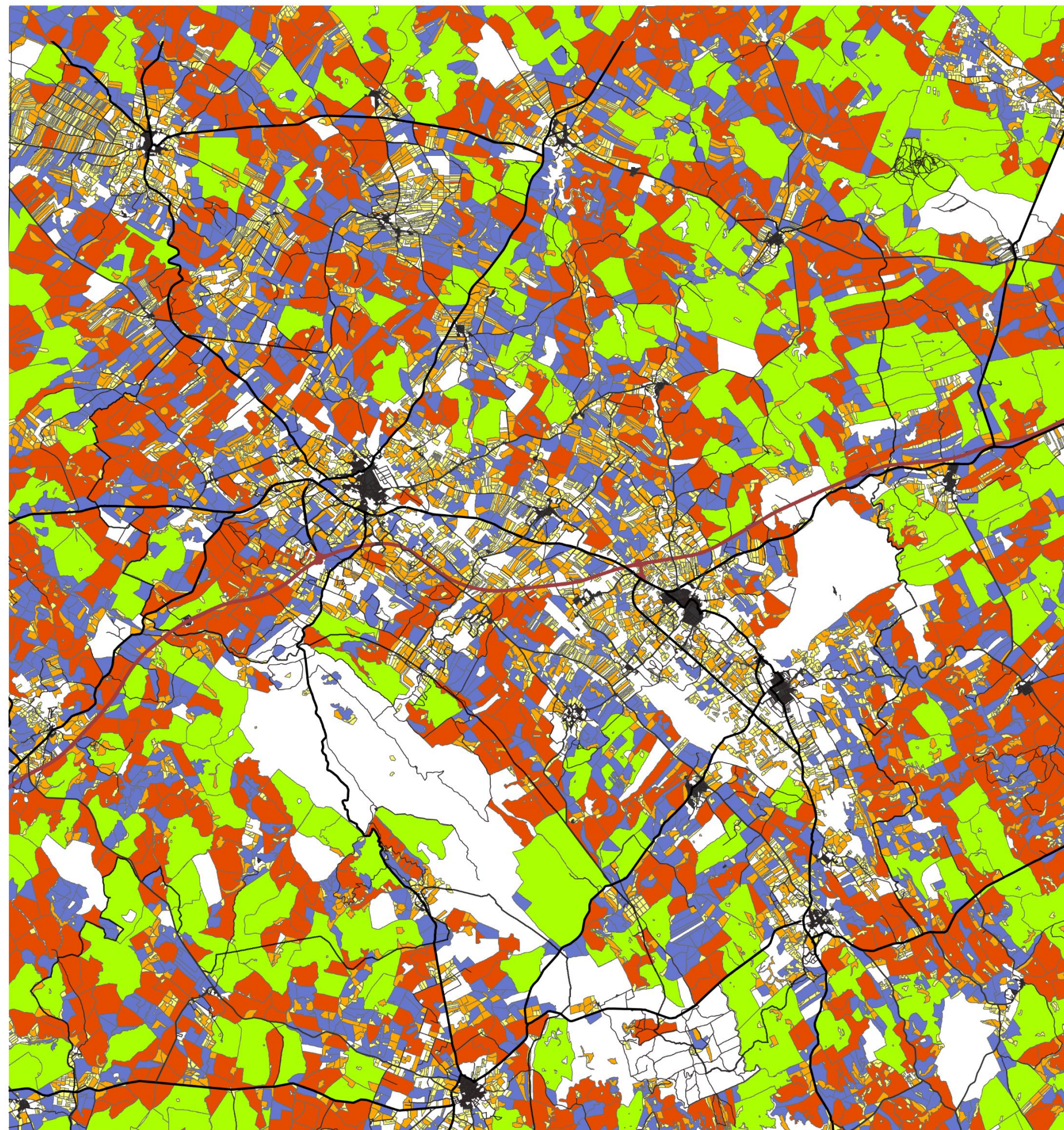
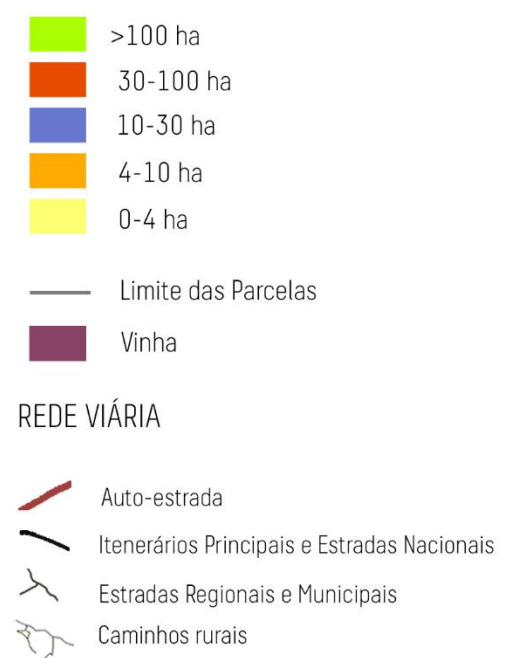


Figura 35: Carta de Dimensão da Propriedade

0 2 4 km  
1 : 150 000

As características do solo e do relevo, associadas à **atividade humana** determinam os **usos do solo** (Figura 36). Assim, e de forma a compreender os usos existentes nesta região, foi tida como base a Carta de Ocupação do Solo de 2015, da DGT à escala 1/25 000. As classes identificadas nessa carta foram reagrupadas com base nas principais culturas presentes. Assim podemos afirmar que as culturas dominantes nesta região são a vinha, o olival, as culturas arvenses de sequeiro e o montado. É também de destacar a grande mancha florestal que corresponde à zona de relevo mais acentuado, a Serra de Ossa que, como anteriormente mencionámos, está fora da sub-região de Borba. Assinala-se também a presença do montado em zonas mais elevadas e de relevo mais acidentado e mais afastadas dos aglomerados urbanos. A cultura da vinha e do olival encontra-se muito presente na proximidade das áreas urbanas. O olival está muito expressivamente associado ao Anticlinal de Estremoz. Como analisado na cartografia da estrutura de propriedade, o padrão altera-se relativamente à proximidade ou afastamento dos aglomerados urbanos, situação que também se reflete no uso do solo. Junto dos aglomerados podemos observar um mosaico de paisagem mais diversificado, e à medida que nos vamos afastando e a dimensão da propriedade aumenta, os seus usos também se alteram e começam então a aparecer grandes áreas de culturas arvenses de sequeiro e pastagens permanentes. Porém, este padrão ganha crescentemente maior diversidade ao se assistir à presença das culturas da vinha e do olival em grande escala de produção, ocupando as grandes propriedades em áreas mais distantes do perímetro urbano. A vinha é uma cultura em expansão e, relativamente aos usos do solo, o único fator limitante ao seu crescimento são as áreas de montado que são um sistema cultural valorizado e protegido no Alentejo, que está preservado pelo enquadramento legal dos Decreto-Lei nº 169/2001, de 25 de maio e nº 155/2004, de 30 de junho.

É de destacar que a rede de centros urbanos nesta região é particularmente mais densa em relação ao que é comum no Alentejo, que é sugestivo da capacidade produtiva destes solos e a presença de outros recursos, que determinam a fixação de populações nesta região (Freire, Ramos e Vintém, 2019).

# MAPA DE USO DO SOLO E HUMANIZAÇÃO DA PAISAGEM

USO DO SOLO (BASE CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO 2015)

- Tecido urbano e industrial
- Extração de inertes
- Culturas temporárias de sequeiro e regadio
- Vinha
- Pomares
- Olivais
- Pastagens permanentes
- Áreas agrícolas
- Montados
- Florestas
- Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea
- Zonas húmidas e corpos de água

REDE VIÁRIA

- Auto-estrada
- Itinerários Principais e Estradas Nacionais
- Estradas Regionais e Municipais
- Caminhos rurais



Figura 36: Carta de Uso do solo e humanização da paisagem

0 2 4 km 1 : 150 000

Quanto ao **clima**, tal como referido, esta sub-região apresenta características mediterrâneas com alguma continentalidade, que se expressa através de uma distribuição assimétrica das chuvas, concentradas nos meses mais frios e praticamente inexistentes nos meses mais quentes, e numa grande amplitude térmica entre a estação fria e a estação quente. No entanto, observa-se uma ligeira variação de alguns elementos climáticos que apontam para a existência de ligeiras variações que podem tornar-se significantes, circunstâncias que decorrem dos acidentes orográficos mais próximos e da presença das duas bacias hidrográficas. Donde se salienta uma precipitação ligeiramente superior às restantes regiões a sul e temperatura e insolação ligeiramente inferiores. A ausência de uma estação meteorológica na zona, torna difícil caracterizar o clima desta região de forma mais pormenorizada.

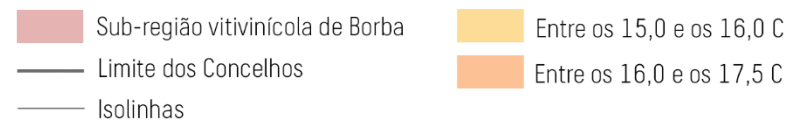
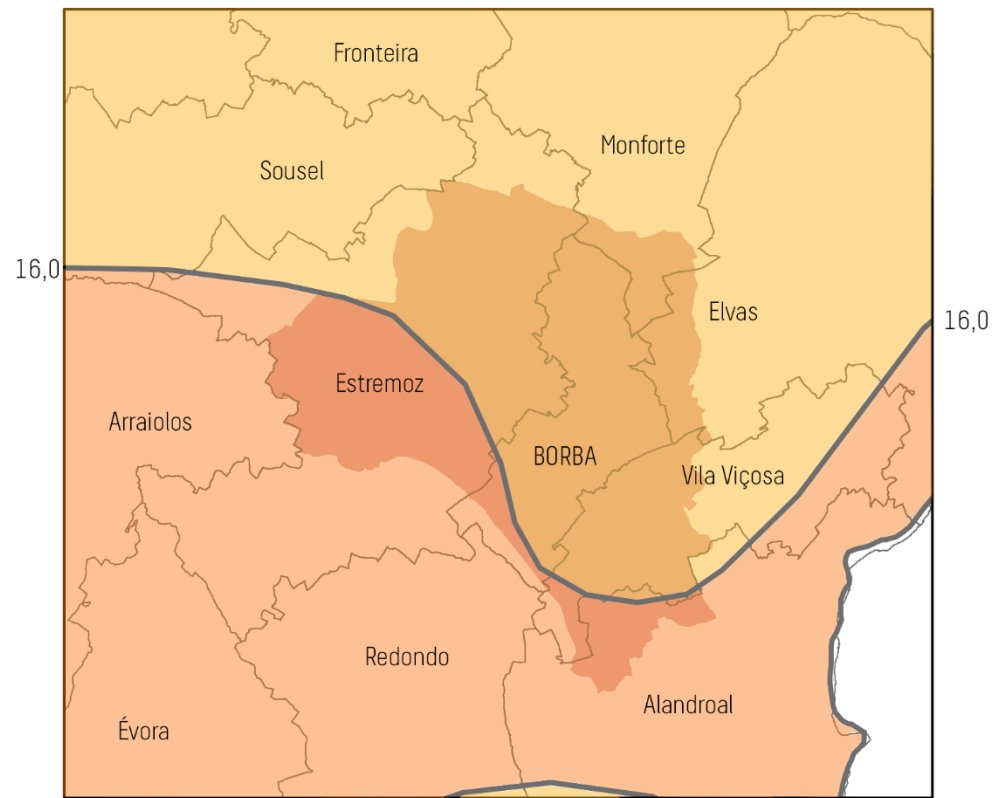
De forma a facilitar o enquadramento climático desta zona, apresentam-se alguns excertos dos mapas do Atlas do Ambiente (Figura 37), que ilustram alguns fenómenos meteorológicos que influenciam diretamente o desenvolvimento da cultura da vinha, como a temperatura, a radiação solar, a insolação, a precipitação, a humidade do ar e a geada, que se assinalam com ligeiras diferenças quase sempre entre a parte mais a norte e a sul da sub-região.

Relativamente à temperatura podemos observar valores mais elevados na maior parte da região, e valores ligeiramente inferiores a oeste e a sudoeste da mesma, sob a influência da Serra D'Ossa. A radiação solar e a insolação são mais elevadas na parte mais a sul da sub-região. Em termos pluviométricos temos uma distribuição relativamente uniforme em toda a área, com exceção da zona mais a sul de Borba e Vila Viçosa onde os valores são mais altos. A humidade relativa do ar também é relativamente uniforme em toda a sub-região, sendo na extremidade sudeste da sub-região ligeiramente mais húmido. Em relação à geada, a média anual de dias com geada vai aumentando de norte para sul, sendo de assinalar o valor médio de 20 dias de geada por ano.

**TEMPERATURA** - Temperatura média diária do ar (°C)

VALORES MÉDIOS ANUAIS

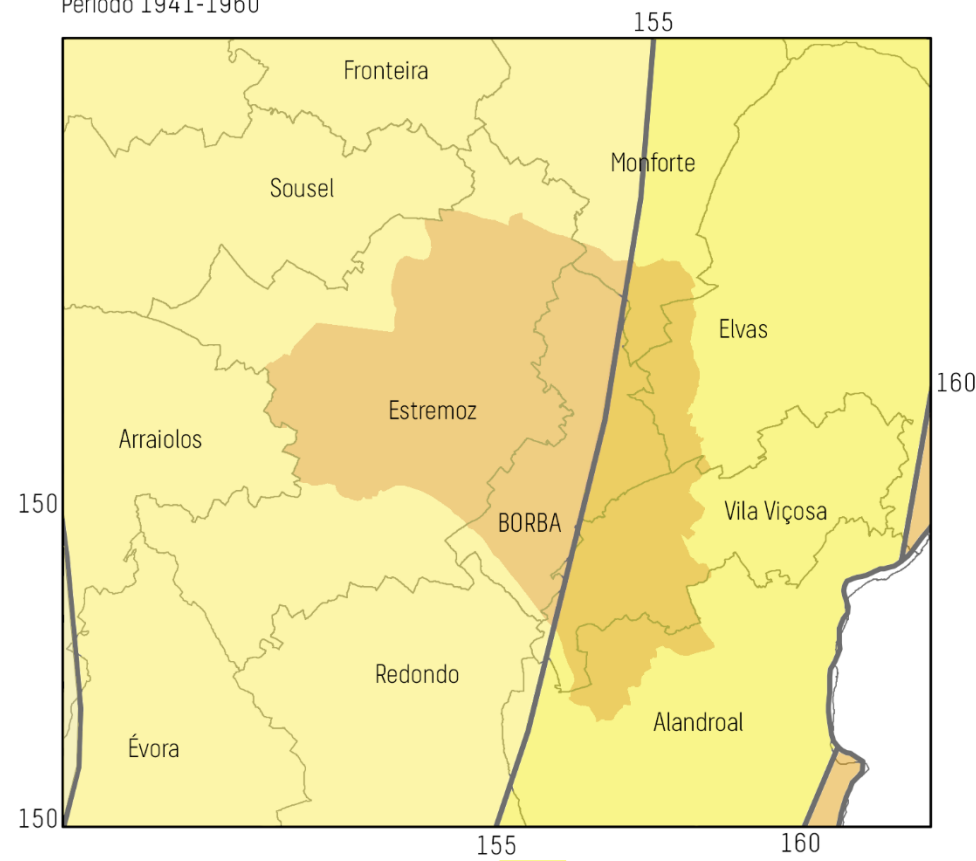
Período 1941-1960



**RADIAÇÃO SOLAR** - Quantidade total de radiação global (Kcal/cm²)

VALORES MÉDIOS ANUAIS

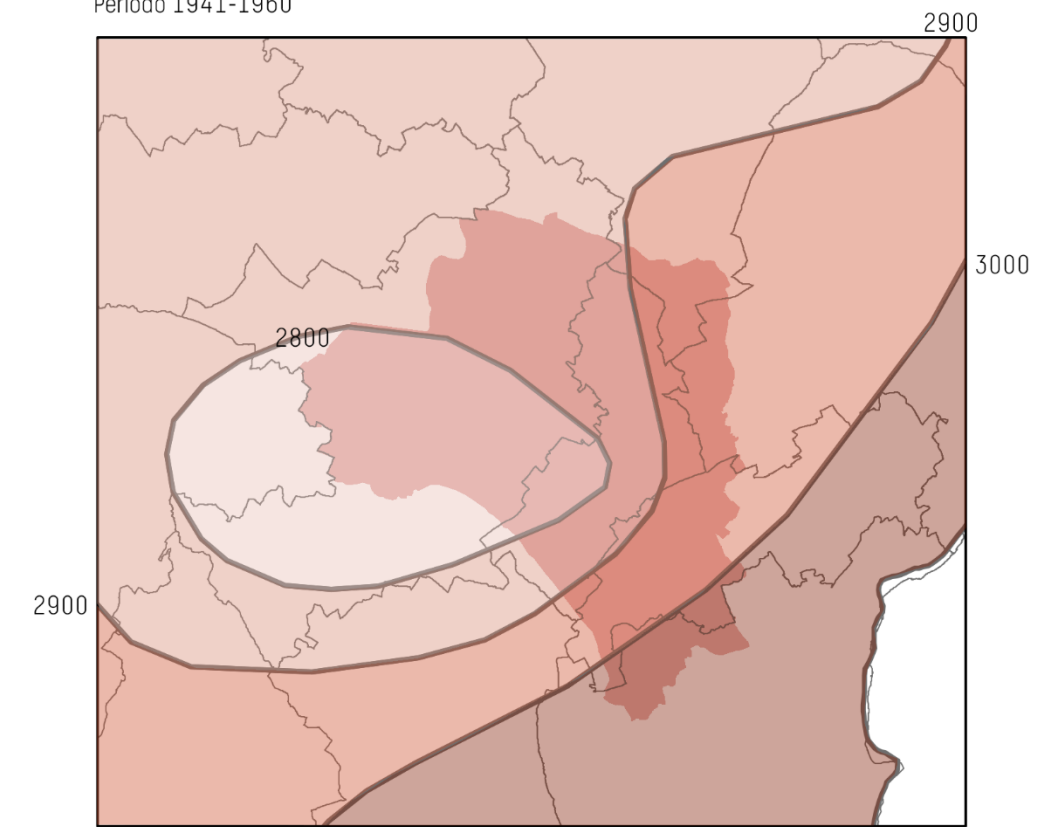
Período 1941-1960



**INSOLAÇÃO** - Horas

VALORES MÉDIOS ANUAIS

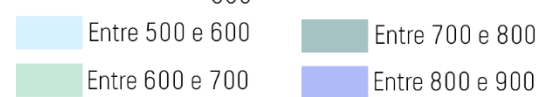
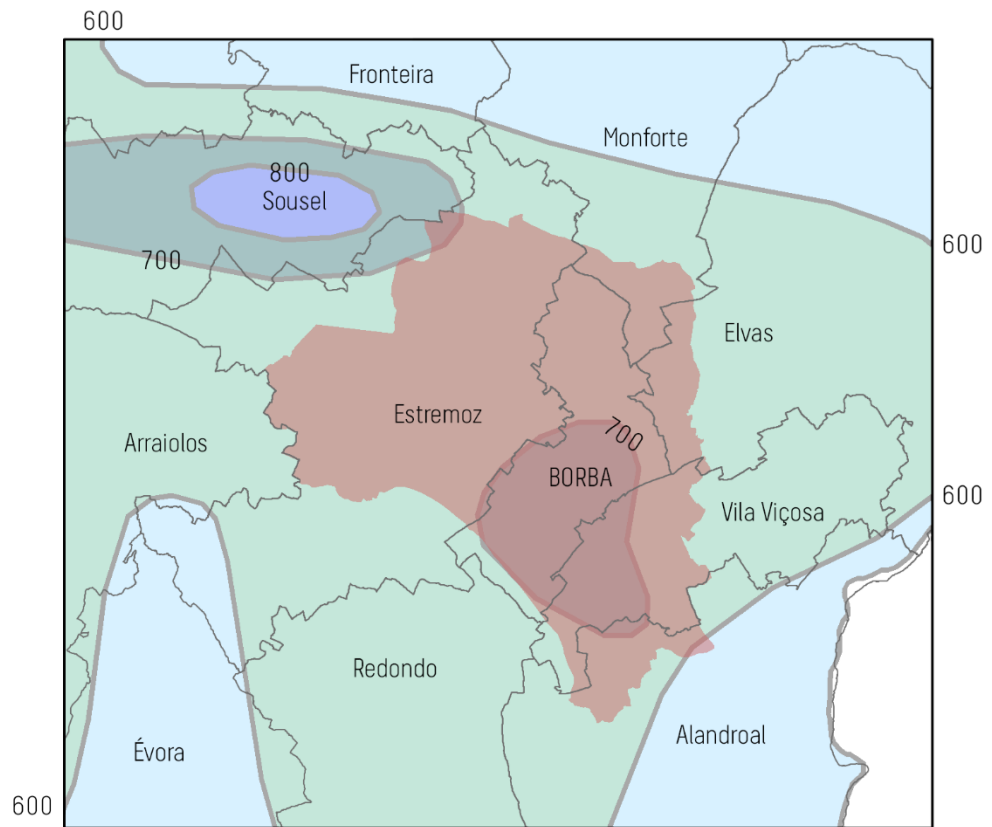
Período 1941-1960



**PERCIPITAÇÃO** - Quantidade total (mm)

VALORES MÉDIOS ANUAIS

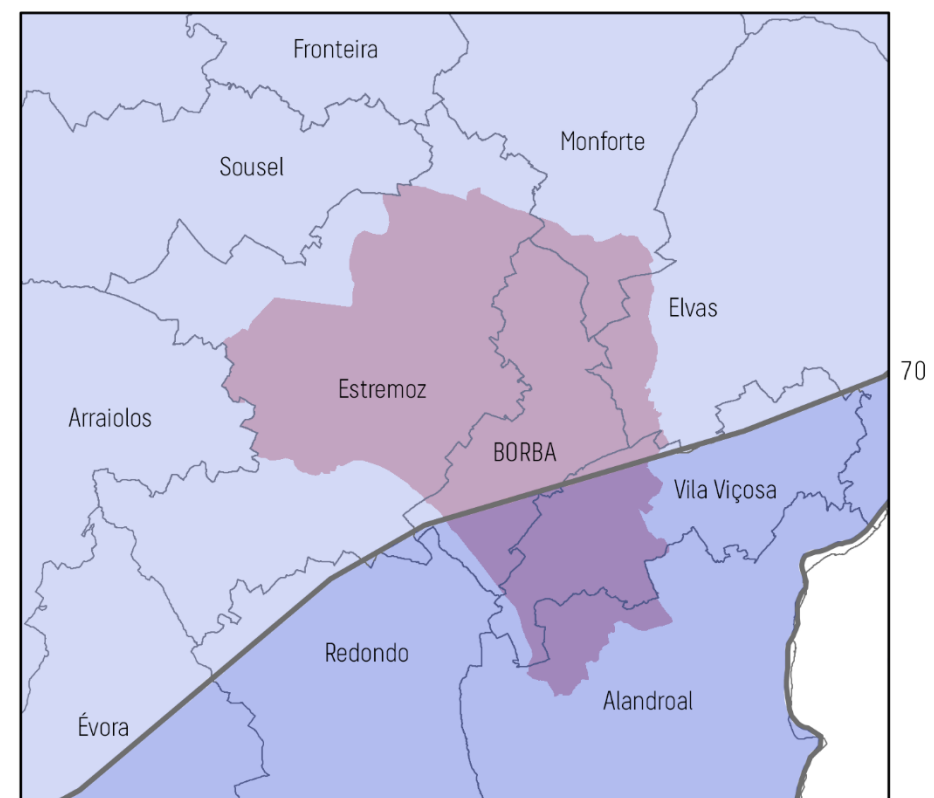
Período 1941-1960



**HUMIDADE DO AR** - Humidade relativa (%)

VALORES MÉDIOS ANUAIS

Período 1941-1960



**GEADA** - Número de dias no ano

VALORES MÉDIOS ANUAIS

Período 1941-1960

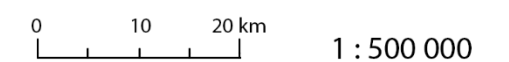
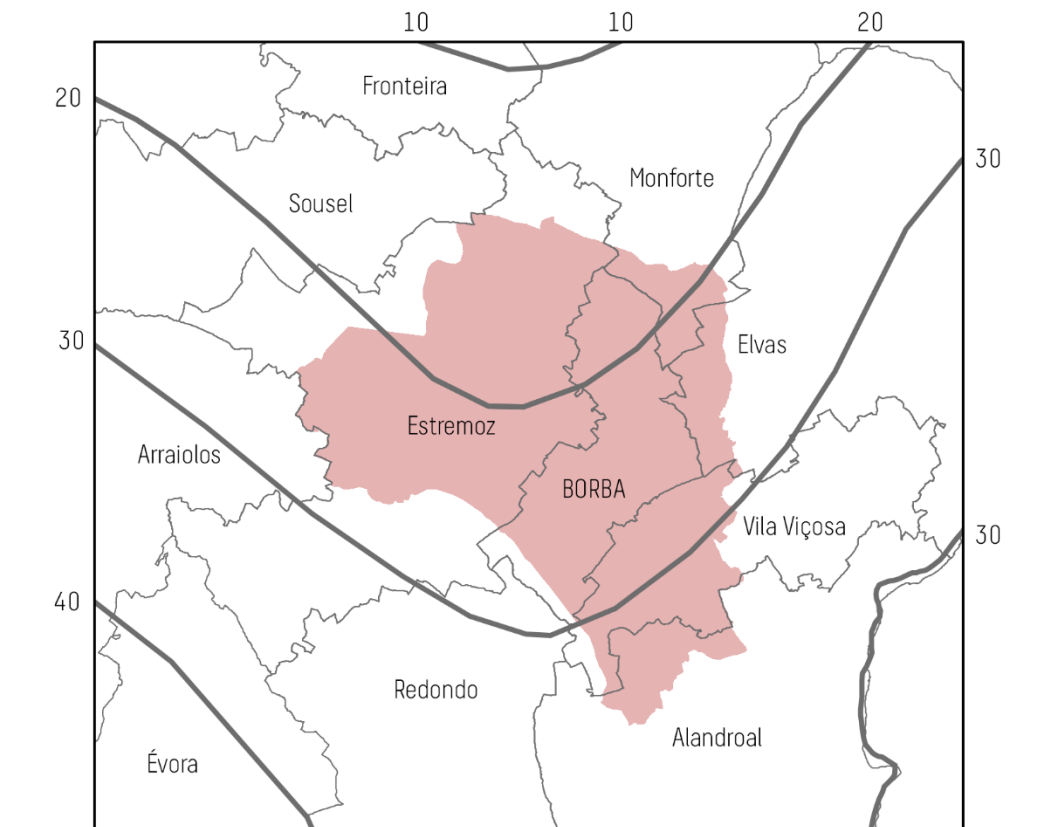


Figura 37: Clima

#### 4 – PROPOSTA DE UNIDADES PAISAGÍSTICAS DA VINHA – PLANO DE PAISAGEM DA VINHA

A diversidade e complexidade da paisagem encontrada, no contexto da identificação das unidades paisagísticas de vinha e no enquadramento da cultura face às aptidões do território e da paisagem, conduziu-nos à concretização do **plano de paisagem da vinha**, que se traduz na diferenciação das unidades paisagísticas da vinha (Figura 38).

*“Foram identificadas três unidades paisagísticas da vinha. Tais unidades diferenciam-se, desde logo, pela presença da vinha, mas também pela presença do montado, pelos solos, estrutura da propriedade e pela relação com os aglomerados urbanos”* (Freire, Ramos e Vintém, 2019, p. 312). A geologia, a exploração de inertes e as situações de relevo, foram também fatores decisivos na distinção destas unidades (*idem*).

# JUNIDADES PAISAGÍSTICAS DA VINHA



Figura 38: Carta de unidades paisagísticas da vinha



A **unidade paisagística da vinha 1** (Figura 39), inscrita na situação de relevo onde dominam as zonas planas ou quase planas (0-4%), apresenta uma litologia diversa abrangendo todas as classes presentes na área demarcada, ainda que as rochas metamórficas de quartzitos e ardósia e as rochas metamórficas de filito apresentem uma maior expressão, sendo predominantes os solos mediterrâneos em fase delgada ou pedregosa com afloramentos rochosos. Com menor expressividade e associados à rede hidrográfica, ocorrem manchas de aluviosolos e solos de baixas, estes pouco aptos à cultura, com uma expressão em faixas estreitas e contínuas. Área onde domina a grande propriedade (>30 ha), sendo ocupada pelas culturas associadas a uma malha mais larga, como os montados, as culturas arvenses de sequeiro e as pastagens permanentes. É neste contexto que a cultura da vinha começa agora também a ocupar parcelas de média/grande dimensão.

As maiores limitações à presença da cultura da vinha nesta unidade consistem no tipo de solo presente, solos mediterrâneos em fase delgada ou pedregosa e /ou com afloramentos rochosos, que condicionam as maiores produtividades, bem como dos aluviosolos e solos de baixa e na presença do montado (Freire, Ramos e Vintém, 2019).



Figura 39: Exemplo da Unidade Paisagística 1. Fotografia da autora, 2019

**A unidade paisagística da vinha 2** (Figura 40) está inserida em situações de menor altitude que se observam na sub-região, caracterizando-se por um relevo pouco ondulado (4-8%), ainda que com algumas zonas com declives mais acentuados (ondulado entre os 8-15%). Associado a estas características do relevo podemos observar uma rede fisiográfica mais marcada, à qual se encontram associados aluviosolos e solos de baixa, solos estes limitantes para a cultura da vinha. O substrato geológico dominante de rochas metamórficas de quartzitos e ardósia particulariza a presença de litossolos (solos esqueléticos), também com pouca aptidão à presença da vinha. A estrutura de propriedade desta unidade caracteriza-se pelas explorações de grande dimensão (>30 ha) onde dominam o montado e as culturas de sequeiro. A fraca expressão da vinha nesta unidade é um reflexo das características biofísicas presentes (tipo de solos e fisiografia), inadequadas ao seu desenvolvimento. Deste modo podemos considerar esta unidade a menos apta para esta cultura.



Figura 40: Exemplo da Unidade Paisagística 2. Fotografia da autora, 2019

A **unidade paisagística da vinha 3** (Figura 41) distingue-se por um relevo plano a pouco ondulado (0-4%) numa situação de maior altitude e posição de separação das duas bacias hidrográficas (Tejo e Guadiana), condições que conferem a esta unidade ligeiras variações das condições microclimáticas. Na maior parte da área desta unidade, a precipitação, a insolação e a humidade do ar apresentam valores mais elevados que na sub-região. O substrato geológico dominante consiste em rochas calcárias e mármore, a que estão associados solos mais produtivos, os solos mediterrâneos. Esta unidade integra vários aglomerados urbanos (Borba, Vila Viçosa, Bencatel, Rio de Moinhos, Alandroal e Arcos) e a totalidade ou parte das suas envolventes onde, devido à maior expressividade e antiga ocupação humana, domina a pequena propriedade (<10 ha) e as culturas da vinha e do olival têm uma presença muito marcada. Esta unidade está assim mais ligada à presença e proximidade dos aglomerados e do substrato geológico do Anticlinal de Estremoz que caracteriza a sub-região. O padrão de paisagem é por isso mais diverso e retalhado, onde se destaca a indústria de extração de inertes.

A expressividade e a longevidade da cultura da vinha nesta situação são o reflexo da aptidão das condições biofísicas desta unidade para esta cultura (Freire, Ramos e Vintém, 2019).



Figura 41: Exemplo da Unidade Paisagística 3. Fotografia da autora, 2019

## | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos séculos a cultura da vinha tem sido uma constante na paisagem alentejana, sendo atualmente um sistema cultural com um forte caráter nesta região. No espaço temporal em estudo, a evolução desta cultura no Alentejo foi marcada por três períodos distintos: na segunda metade do século XIX, a vinha tinha uma expressão significativa na paisagem, no entanto o início do século XX mostrou-se devastador, dando assim início a um dos períodos mais negros da viticultura na região. O aparecimento de doenças associadas a esta cultura e as campanhas cerealíferas quase destruíram a vinha no Alentejo; o final do século XX é um período de reafirmação da cultura. Através de políticas públicas e agrícolas, a vinha foi deixando de ser uma cultura marginal e começa gradualmente a ter uma maior expressão na paisagem; o século XXI, é sem dúvida o período de maiores transformações na paisagem da vinha desta região. Ainda que muito centrado nos factores económicos, este setor começa gradualmente a desmostrar um maior interesse nas preocupações ambientais, ecológicas e estéticas.

Podemos também concluir que ao longo deste período se assistiu a uma simplificação da paisagem. No final do séc. XIX era possível observar uma matriz diversificada e as estruturas fundamentais da paisagem eram articuladas com as necessidades produtivas, preocupações estas que não foram tidas em conta ao longo das décadas que se seguiram. Assistimos assim, ao longo das últimas décadas, à instalação da vinha em áreas significativamente extensas, sem respeito pela estrutura ecológica da paisagem. A título exemplificativo há que referir a ocupação de áreas mais baixas, incluindo situações da rede hidrográfica de regime torrencial, também a ocupação de solos menos adequados à cultura, ou ainda a instalação em situações onde ainda persistiam algumas árvores dispersas (como sobreiro e/ou azinheira) e/ou de áreas de matos e mata, áreas e espécies fundamentais à conservação e diversidade da paisagem.

Após esse período de total desinteresse, relativo às questões ambientais e ecológicas, atualmente assiste-se a uma alteração de paradigma, onde estas questões se começam a olhar como fundamentais. O Alentejo é uma região que privilegia a cultura da vinha, onde o clima, o relevo, os solos e a estrutura fundiária oferecem

condições favoráveis ao desenvolvimento desta cultura. Dado o seu potencial, torna-se imperativo que o futuro deste sistema agrícola assente também em questões ambientais e ecológicas. Estas questões tornam-se fundamentais para que a vinha não se transforme numa cultura super-intensiva, acabando por simplificar e homogeneizar a paisagem e assim comprometer a sua biodiversidade. É então importante destacar a relevância de uma gestão da paisagem de forma sustentável, dado o crescente interesse neste e noutros setores agrícolas, que se afirmam de modo intensivo e super-intensivo. Este modo de produção agrícola impõe um conjunto de pressões sobre o solo, os recursos hídricos, a biodiversidade e o património cultural, é então importante incentivar a produção integrada, baseada em boas práticas agrícolas, na gestão racional dos recursos naturais e em mecanismos de regulação natural, contribuindo para uma agricultura sustentável. A diversidade paisagística desta região deve ser valorizada, de maneira a que a produção, a proteção e o recreio se conjuguem na perspetiva da construção do equilíbrio do sistema paisagem.

É no sentido da sustentabilidade do sistema vitícola que se dirigem as atenções de investigadores e das instituições deste setor, sendo estas preocupações fundamentais para o seu desenvolvimento do setor. (Freire e Ramos, 2019).

Após esta primeira abordagem sobre a evolução da paisagem da vinha no Alentejo, onde se identificaram as principais dinâmicas que influenciaram esta cultura ao longo dos séculos, desenvolveu-se o Plano de Paisagem da Vinha. Este plano surgiu da necessidade de estudar de forma mais aproximada as transformações e processos identificados, e de que forma se refletem na paisagem, chegando assim à identificação de unidades paisagísticas da vinha.

Desta necessidade de realizar um estudo mais detalhado, e a uma escala maior que a anteriormente desenvolvida, procedeu-se à escolha de uma das sub-regiões de Denominação de Origem Controlada. A escolha da sub-região DOC de Borba passou pela sua dinâmica atual, visto que é uma das sub-regiões mais produtivas do Alentejo. A história da cultura da vinha em Borba é longa e bastante marcada por toda a região, no entanto não foi possível realizar um estudo cronológico da mesma devido a falta de cartografia disponível. A Carta Agrícola de Gerardo Pery de 1882 é a representação

cartográfica mais antiga e detalhada relativa aos finais do séc XIX, no entanto está incompleta, como referido anteriormente, e Borba é uma das zonas que não tem representação.

A área geográfica demarcada de Borba é uma das regiões que mais tem acompanhado as dinâmicas atuais do setor vitivinícola, apresentando-se como uma zona modernizada mas também com um caráter tradicional forte que acompanha o seu desenvolvimento. O interesse nesta área geográfica demarcada tem sido cada vez maior, tanto a nível da procura de terreno para a produção de vinha como também muito ligado ao turismo, que cada vez está mais associado a este setor.

Assim, fez todo o sentido a escolha desta DOC para desenvolver o Plano de Paisagem da Vinha, onde se identificam as Unidades Paisagísticas deste sistema cultural. Este estudo apresenta-se como uma aproximação distinta no ordenamento do território, olhando para a paisagem como um todo e onde se conjugam os componentes biofísicos, económicos, culturais e estéticos, associados a este sistema cultural, e onde se destacam as potencialidades que a paisagem oferece a esta cultura (Freire, Ramos e Vintém, 2019).

*“A identificação e caracterização de áreas com características homogéneas, do ponto de vista do seu padrão, identidade e aptidão ao uso na perspetiva da vinha, é fundamental ao desenvolvimento deste sector agrícola e à construção, proteção e gestão da paisagem, numa perspetiva da valorização global do sistema paisagem e da sustentabilidade do sistema vitícola na sub-região.” (idem, p.314).*

Considera-se, no entanto, que a delimitação desta área geográfica demarcada não se apoia em critérios exatos, dadas as interpretações possíveis. Assim, esta delimitação deveria ser revista e reformulada, com base nas características da paisagem e na sua aptidão a esta cultura, podendo este estudo servir de base para essa revisão (Freire, Ramos e Vintém, 2019).

## | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A., CORREIA, T., & OLIVEIRA, R. (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Lisboa: DGOTDU.

ALMEIDA, C. (2014). *Instalação da Vinha, aspetos técnicos e legais*.

Disponível em :

[www.drapc.minagricultura.pt/base/documentos/instalacao\\_vinha\\_cesar\\_almeida.pdf](http://www.drapc.minagricultura.pt/base/documentos/instalacao_vinha_cesar_almeida.pdf)

CORREIA, Ana. (2015). *A Vitivinicultura na região do Alentejo: A passagem de um setor tradicional para um setor inovador O caso da sub-região vitivinícola de Reguengos de Monsaraz*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território – Área de especialização em Planeamento e Ordenamento do Território. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

Decreto-Lei nº 21086, de 13 de abril de 1932 - Proíbe a plantação de vinha

Decreto-Lei nº 23 590, de 22 de fevereiro de 1934 – Afirma que a intenção de transferir as plantações de vinha para solos mais adequados.

Decreto-Lei nº 513-D/79, de 24 de dezembro – Volta a permitir plantação de vinha

Decreto-Lei nº 504-I/85, de 30 de dezembro- Pretende regularizar toda a vinha em situação irregular.

Decreto-Lei nº 304/86, de 22 de setembro – Criação do Instituto da Vinha e do Vinho

Decreto-Lei nº 259-A/87, de 26 de junho – Institui prémios de abandono definitivo da cultura da vinha

Decreto-Lei nº 349/88, de 30 de setembro – Reconhecimento das primeiras cinco regiões vitivinícolas alentejanas com Indicação de Proveniência Regulamentada

Decreto-Lei nº 12/95, de 21 de janeiro – Reconhecimento das cinco primeiras regiões vitivinícolas como produtoras de vinho com Denominação de Origem Controlada

Decreto-Lei nº 265/98, de 19 de agosto - Reconhecimento das restantes três regiões vitivinícolas como produtoras de vinho com Denominação de Origem Controlada

Decreto-Lei nº 53/2003, de 27 de março - Aprovação dos Estatutos da Região Vitivinícola do Alentejo

Decreto-Lei nº 169/2001, de 25 de maio – Enquadramento legal que protege as azinheiras e os sobreiros

Decreto-Lei nº 155/2004, de 30 de junho - Enquadramento legal que protege as azinheiras e os sobreiros

Decreto-Lei nº 212/2004, de 23 de agosto - Organização institucional do setor vitivinícola

FEIO, M. (1998). *A Evolução da Agricultura do Alentejo Meridional, As Carta agriculas de G. Pery. As difíceis prespetivas actuais na Comunidade Europeia*. Lisboa, Edições Colibri

FREIRE, M., & RAMOS, I. (2019). *Paisagem da vinha no alentejo. Processos e períodos de transformação desde finais do século XIX. In 11º Simpósio da Viticultura do Alentejo. vol1, pp.265-274, Évora.*

FREIRE, M., RAMOS, I., & VINTÉM, I. (2019). *Unidades paisagísticas da vinha. O caso- estudo da região de Borba. In 11º Simpósio da Viticultura do Alentejo. pp.309-315, Évora.*

Instituto da Vinha e do Vinho (2013), *Anuário Vinhos e Aguardentes de Portugal*.

Disponível em :

[www.ivv.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1736&fileName=Anu\\_rio\\_IVV\\_2012e13.pdf](http://www.ivv.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1736&fileName=Anu_rio_IVV_2012e13.pdf)

Instituto da Vinha e do Vinho (2017), *Anuário Vinhos e Aguardentes de Portugal*.

Disponível em :

[www.ivv.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1736&fileName=IVV\\_WEB\\_TB.PDF](http://www.ivv.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1736&fileName=IVV_WEB_TB.PDF)

LEITÃO, J. (2015). *A cultura da vinha em Portugal e as consequências da adesão à União Europeia Caso de estudo: A Região Demarcada do Douro*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território. Área de Especialização em Ambiente e Recursos Naturais. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.



Portaria nº 943/91, de 17 de setembro - Reconhecimento das restantes três regiões vitivinícolas alentejanas com Indicação de Proveniência Regulamentada

Portaria nº 672/92, de 9 de julho – Atribuída a Denominação de Vinho Regional Alentejo

Regulamento n.º 2239/86, de 14 de julho - Programas de apoio às estruturas vitícolas através do incentivo ao arranque de vinhas

Regulamento nº1493/99, de 17 de maio - Regulamentação da Organização Comum do Mercados Vitivinícolas

Regulamento nº 479/2008, de 29 de abril – Regulamentação da Nova Organização Comum do Mercados Vitivinícolas

RIBEIRO, O. (1987). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

SIMÕES, Paula. (2015). *Guardiões da paisagem: os montes alentejanos. Lugares de memória*. Tese de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem. Instituto de Investigação e Formação Avançada – Universidade de Évora, Évora

VALE, C., MADEIRA, J., & CARDOSO, H. (1996). *Os Vinhos do Alentejo, Enciclopédia dos vinhos de Portugal*, Vol. III. Lisboa: Chaves Ferreira, Publicações S.

## | REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS

**Carta Agrícola de Gerardo Pery** - Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural de 1882

**Carta de Distribuição da Videira em Portugal** - do Atlas do Ambiente, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, de 1978

**Carta de Distribuição da Vinha em Portugal** - Ministério da Economia, de 1966.

**Carta Geológica de Portugal**, de 2010

**Carta de Ocupação do Solo**, Direção Geral do Território de 1995

**Carta de Ocupação do Solo**, Direção Geral do Território de 2007

**Carta de Ocupação do Solo**, Direção Geral do Território de 2010

**Carta de Ocupação do Solo**, Direção Geral do Território de 2015

**Cartas de Solos de Portugal**, Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, nº 32-D, 33-C,36-B,37-A,36-D e 37-C, de 1970

**Corine Land Cover**, de 1990

**Corine Land Cover**, de 2000

**Corine Land Cover**, de 2006

**Corine Land Cover**, de 2012

**Modelo Digital do Terreno (MDT)** de Portugal Continental de 2010 da Direção Geral do Território (DGT)

**Sistema de Informação Parcelar**, Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas de 2017

**A história dos vinhos do Alentejo**, disponível em :

<http://www.vinhosdoalentejo.pt/pt/vinhos/historia-dos-vinhos/> (*Consultado a 10 de maio de 2018*)

**A vinha e o vinho em Portugal**, disponível em :

<http://www.ivv.gov.pt/np4/47/> (*Consultado a 10 de maio de 2018*)

**Altas do Ambiente Digital**, disponível em :

<https://sniamb.apambiente.pt/content/geo-visualizador> (*Consultado a 10 de abril de 2019*)

**Artigo sobre a Evolução vitícola do Alentejo**, disponível em :

<http://www.vinetowinecircle.com/inovacao/artigos/a-evolucao-viticola-do-alentejo/> (*Consultado a 23 de janeiro de 2019*)

**Cartografia de uso e ocupação do solo**, disponível em :

[http://www.dgterritorio.pt/cartografia\\_e\\_geodesia/cartografia/cartografia\\_tematica/cartografia\\_de\\_uso\\_e\\_ocupacao\\_do\\_solo\\_\\_cos\\_clc\\_e\\_copernicus\\_/](http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/cartografia_tematica/cartografia_de_uso_e_ocupacao_do_solo__cos_clc_e_copernicus_/) (*Consultado a 20 janeiro de 2018*)

**Castas mais utilizadas no Alentejo**, disponível em :

<http://www.vinhosdoalentejo.pt/pt/vinhos/castas/> (*Consultado a 5 de outubro de 2017*)

**Constituição da videira**, disponível em :

[https://www.tudosobreplantas.com.br/asp/plantas/ficha.asp?id\\_planta=22240](https://www.tudosobreplantas.com.br/asp/plantas/ficha.asp?id_planta=22240) (*Consultado a 10 de maio de 2018*)

**Diagnóstico Sectorial da Viticultura**, disponível em :

[http://www.isa.utl.pt/files/pub/destaques/diagnosticos/Vinho\\_\\_Diagnostico\\_Sectorial.pdf](http://www.isa.utl.pt/files/pub/destaques/diagnosticos/Vinho__Diagnostico_Sectorial.pdf) (*Consultado a 15 de dezembro de 2018*)

**Dispersão da cultura da vinha mundialmente**, mapa disponível em :

<http://www.thirtyfifty.co.uk/images/World-wine-map.gif6> (*Consultado a 10 de maio de 2018*)

**Enxertia**, imagem disponível em :

<https://www.clubevinhosportugueses.pt/vinhos/regioes/vinho-verde/vinho-verde-tratamento-da-vinha/> (*Consultado a 25 de maio de 2018*)

**Escolhas e operações na instalação e manutenção da vinha**, disponível em :

[https://www.sograpevinhos.com/enciclopedia/guia\\_vinha/plantacao](https://www.sograpevinhos.com/enciclopedia/guia_vinha/plantacao) (*Consultado a 5 de outubro de 2017*)

**Evolução das áreas de Vinha e Castas mais utilizadas**, disponível em :

<http://www.ivv.gov.pt/np4/35/> (*Consultado a 10 de maio de 2018*)

**Fisiografia de Portugal**, disponível em :

[http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/maps/epic\\_pt?startExtent=-1470351.8960175,4356390.2983044,-210669.67005315,5312770.3960754&maxExtent=-2226772,4257328,454026,5524348&visibleBackgroundLayer=Bing+Aerial&visibleLayers=Continente](http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/maps/epic_pt?startExtent=-1470351.8960175,4356390.2983044,-210669.67005315,5312770.3960754&maxExtent=-2226772,4257328,454026,5524348&visibleBackgroundLayer=Bing+Aerial&visibleLayers=Continente) (*Consultado a 10 de abril de 2019*)

**Implantação e manutenção da vinha após a plantação**, disponível em :

[http://www.vinhoverde.pt/media/Files/elem\\_files/824.original.pdf](http://www.vinhoverde.pt/media/Files/elem_files/824.original.pdf) (*Consultado a 22 de fevereiro de 2017*)

**Infovini, História da vinha e do vinho em Portugal**, disponível em :

<http://www.infovini.com/pagina.php?codNode=18094#tab2> (*Consultado a 10 de maio de 2018*)

**Início da plantação**, fotografia disponível em :

[http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/instalacao\\_vinha\\_cesar\\_almeida.pdf](http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/instalacao_vinha_cesar_almeida.pdf) (*Consultado a 25 de maio de 2018*)

**O solo e a vinha**, disponível em :

<http://pro-thor.com/o-solo-e-a-vinha/> (*Consultado a 5 de outubro de 2017*)

**Sistema de Informação Parcelar**, disponível em :

<https://publico-isip.ifap.pt/web/Index.aspx> (*Consultado a 20 janeiro de 2018*)

**Sub-regiões e concelhos do Alentejo**, disponível em :

[http://www.dgterritorio.pt/dados\\_abertos/caop/](http://www.dgterritorio.pt/dados_abertos/caop/) (*Consultado a 5 de outubro de 2017*)

**Vindima**, fotografia disponível em :

<http://www.cm-mourao.pt/pt/site-investir/des-local/Paginas/Associa%C3%A7%C3%A3o-Agr%C3%ADcola-Nova-Esperan%C3%A7a,-Lda.aspx> (*Consultado a 25 de maio de 2018*)

**Vinha em patamares no Douro**, fotografia disponível em :

<https://expresso.pt/sociedade/2018-07-19-Douro-tendera-a-deslocar-vinha-para-zonas-altas-devido-as-alteracoes-climaticas> (*Consultado a 27 de maio de 2018*)

**Vinha na peneplanície Alentejana**, fotografia disponível em :

<http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/site-acontece/Paginas/conferencia-internacional-vinha-vinho-2015.aspx> (*Consultado a 27 de maio de 2018*)

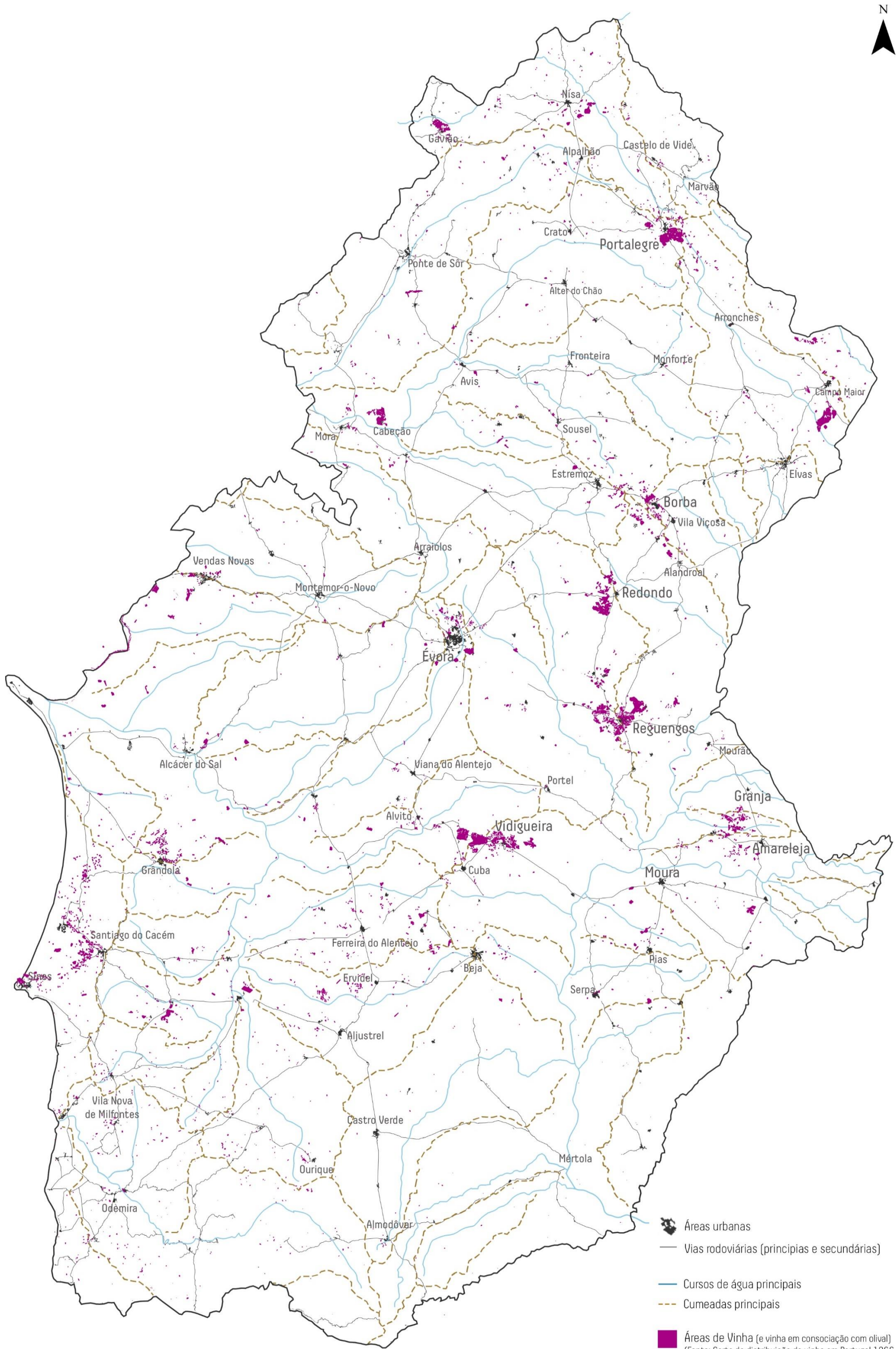
**Vinha plantada em solos rochosos**, fotografia disponível em :

<https://www.clubevinhosportugueses.pt/vinhos/regioes/acoresh/vinhas-do-pico-paisagem-patrimonio-mundial-da-humanidade-pela-unesco/> (*Consultado a 25 de maio de 2018*)



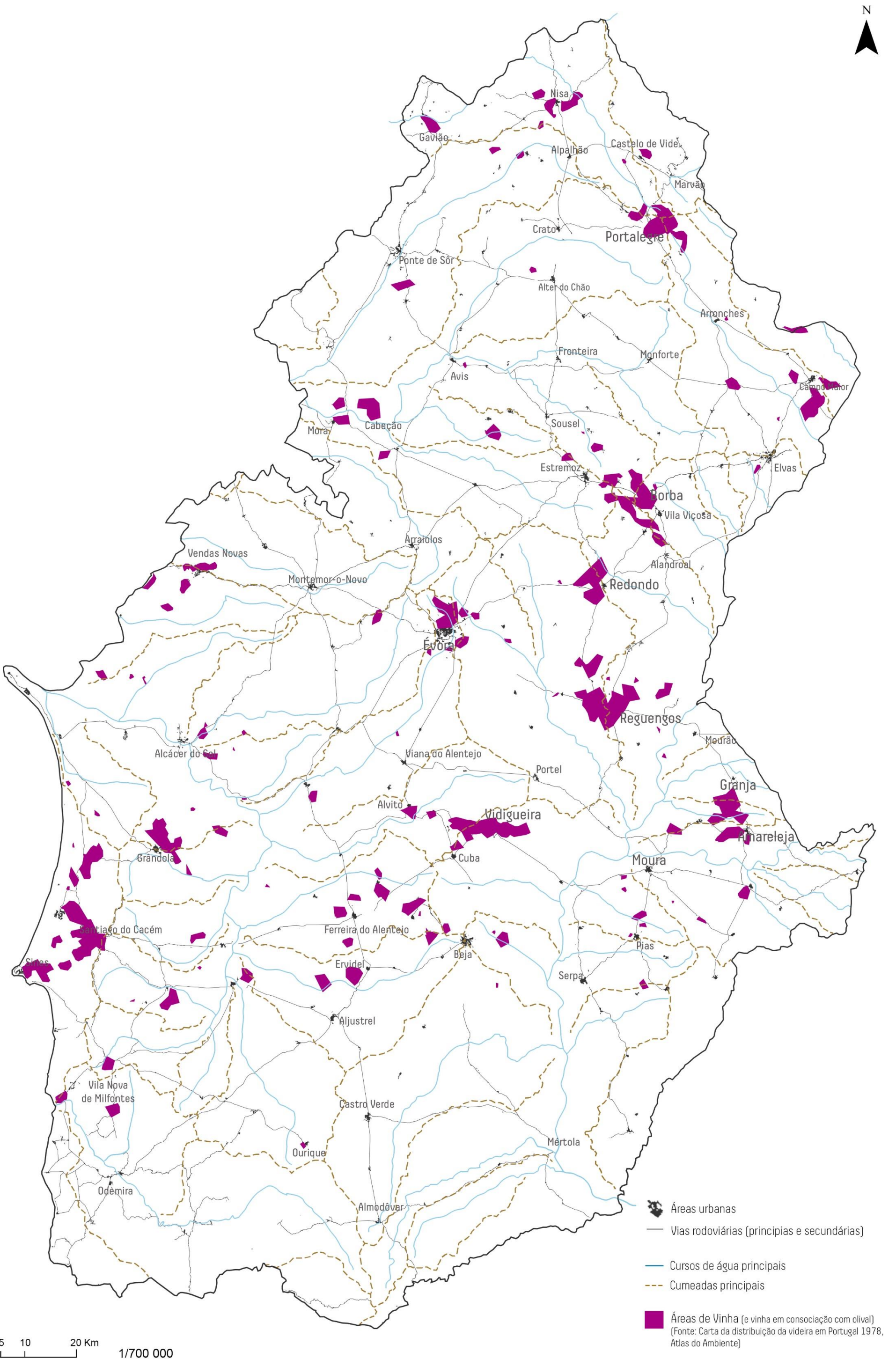


Anexo 2: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 1966

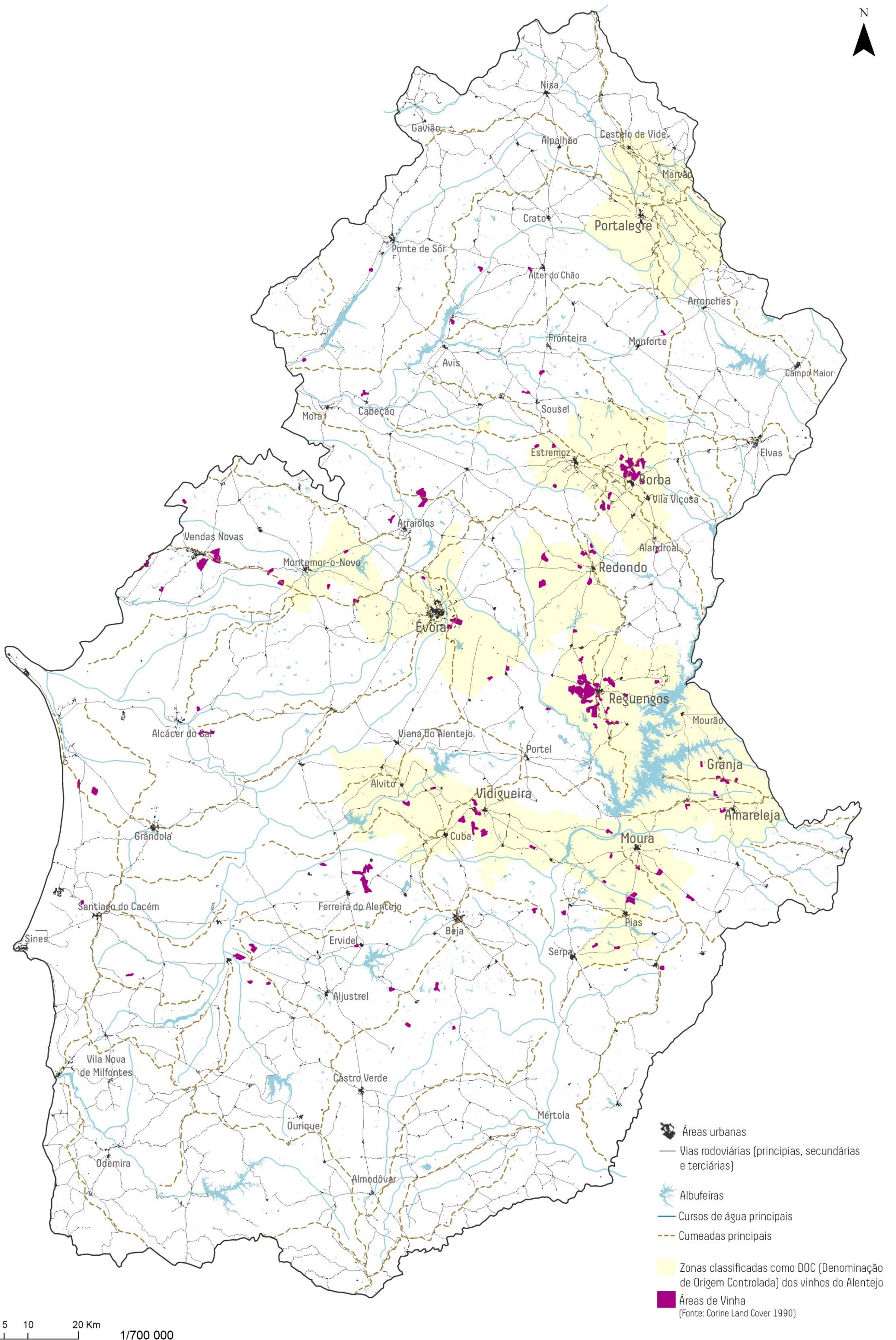




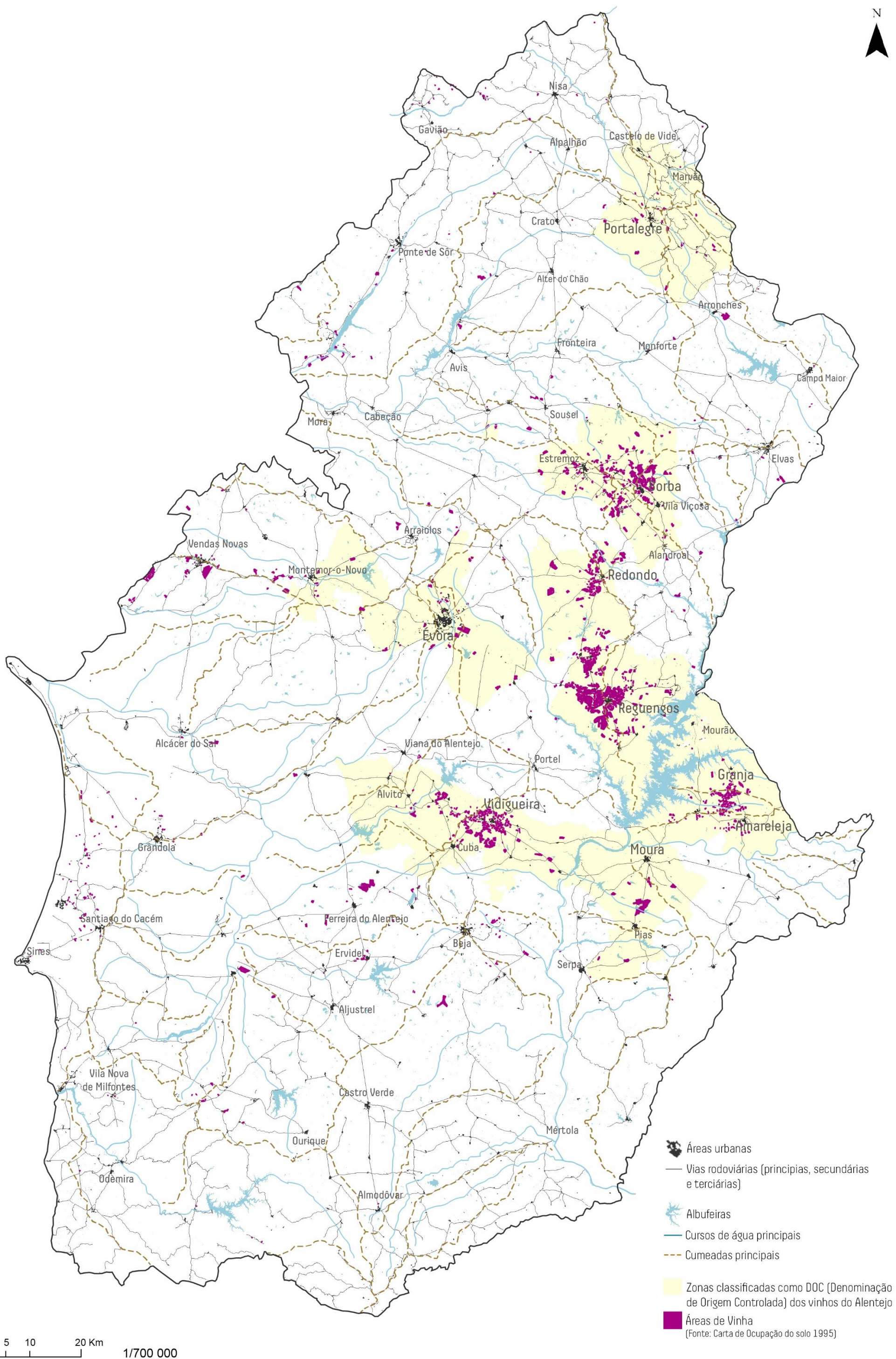
Anexo 3: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 1978



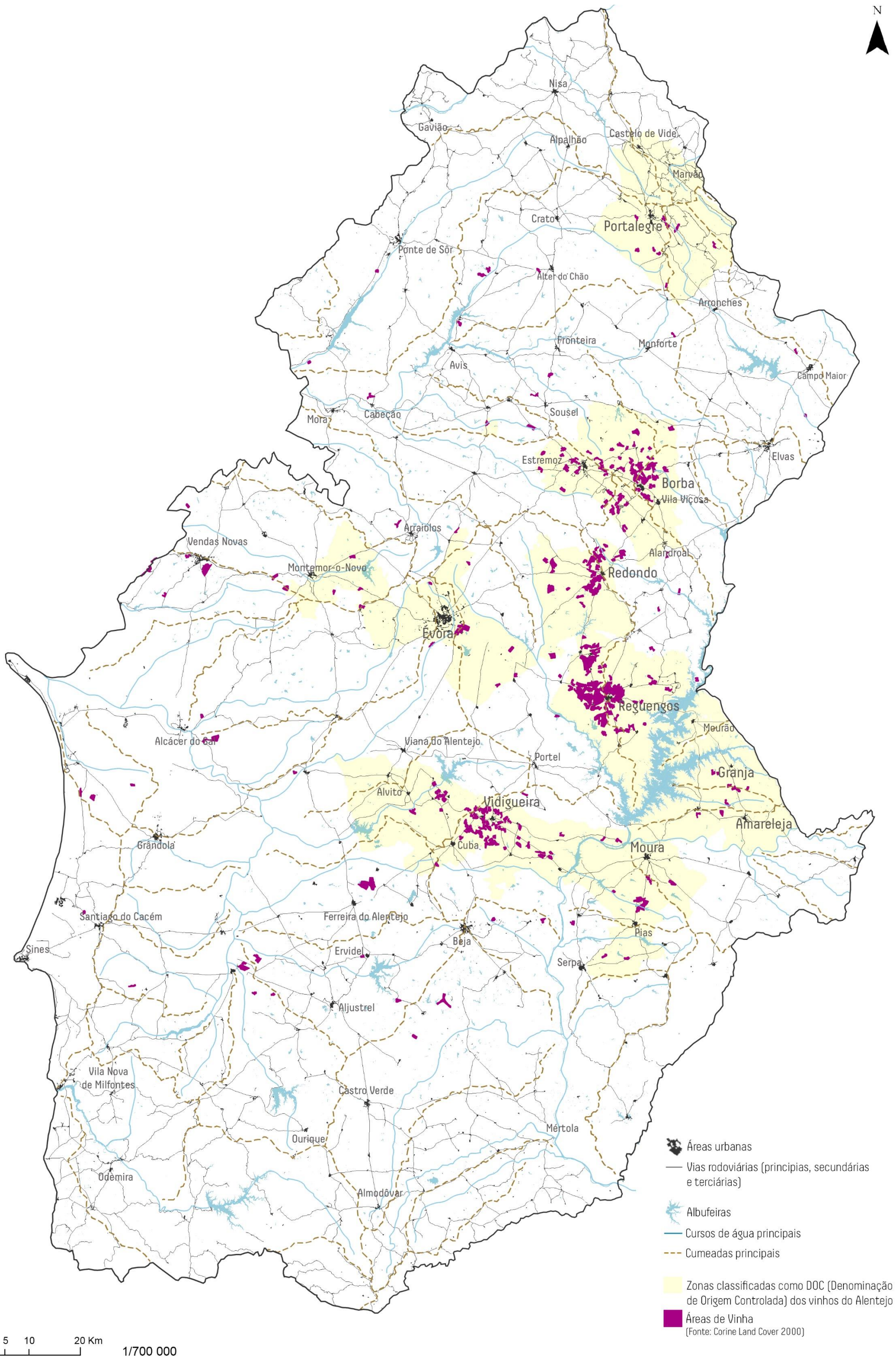
Anexo 4: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 1990



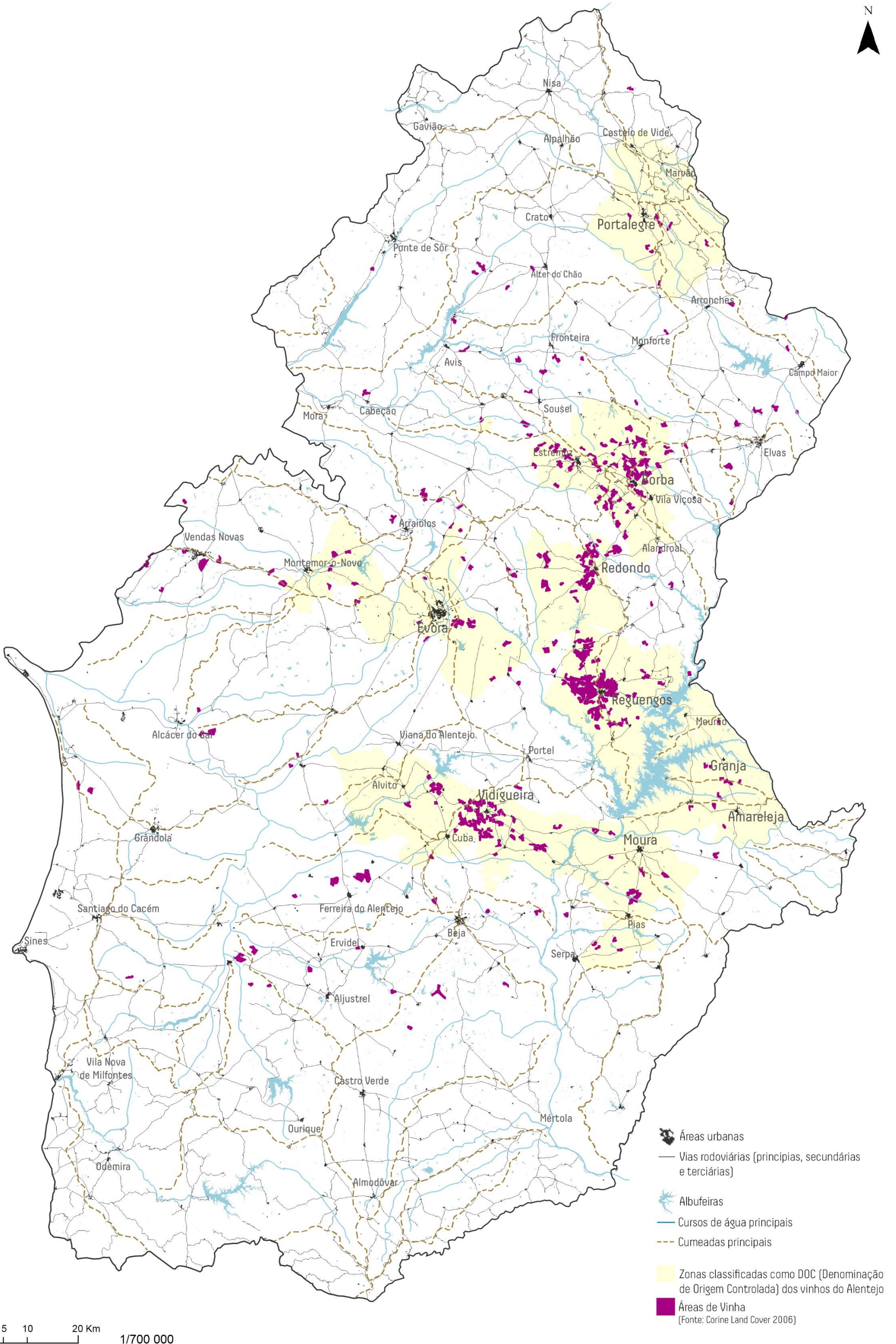
Anexo 5: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 1995



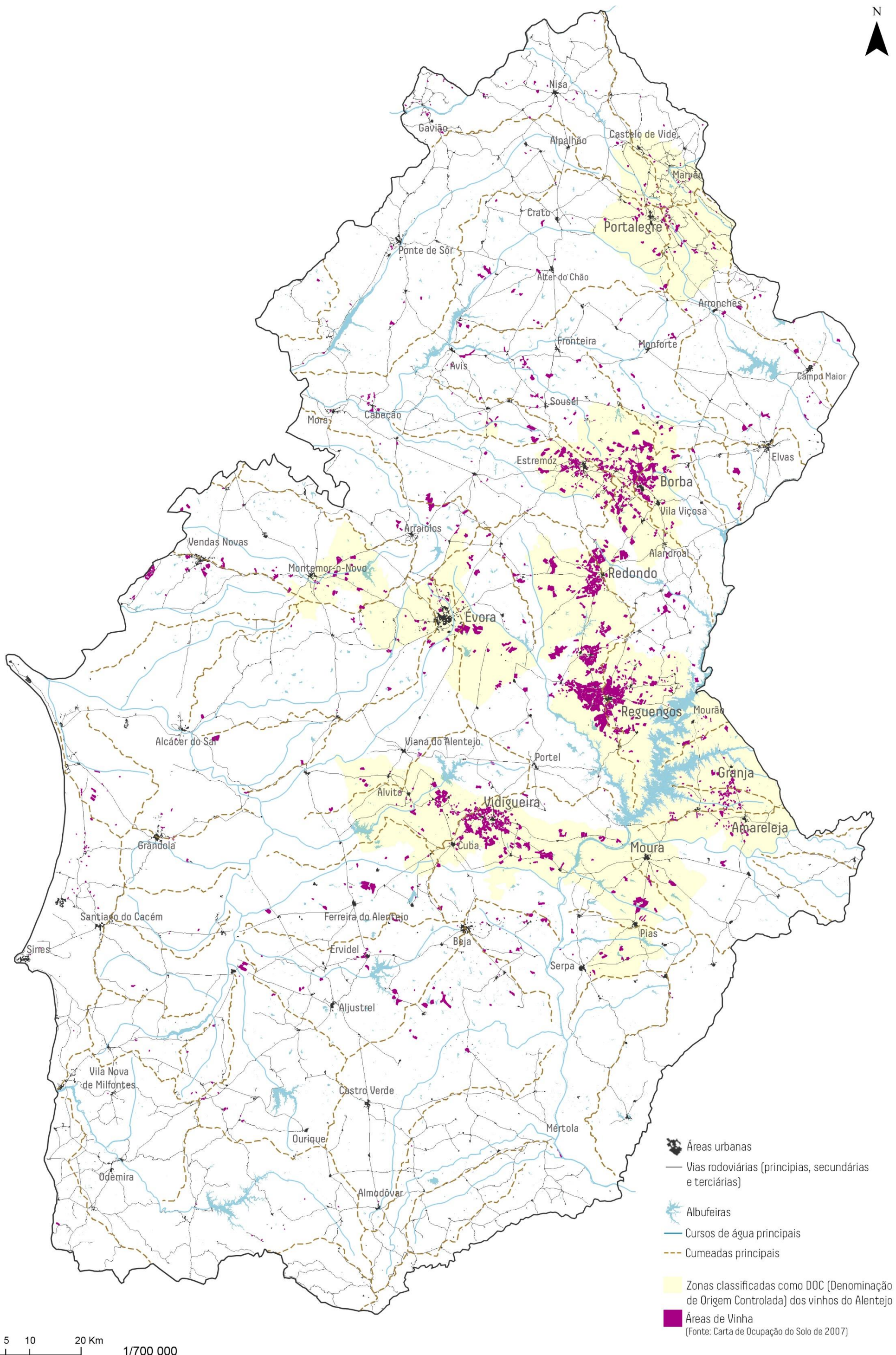
Anexo 6: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 2000



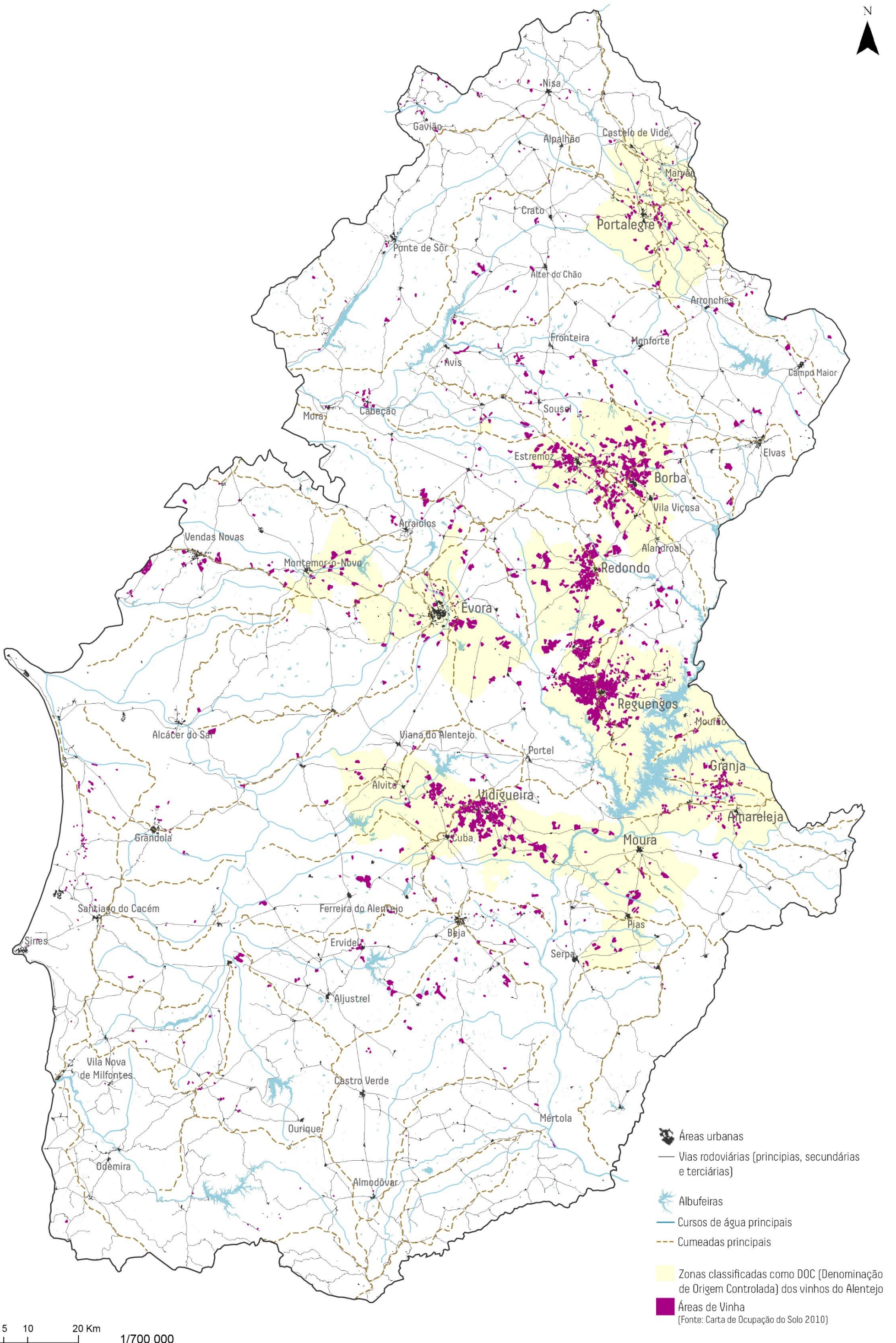
Anexo 7: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 2006



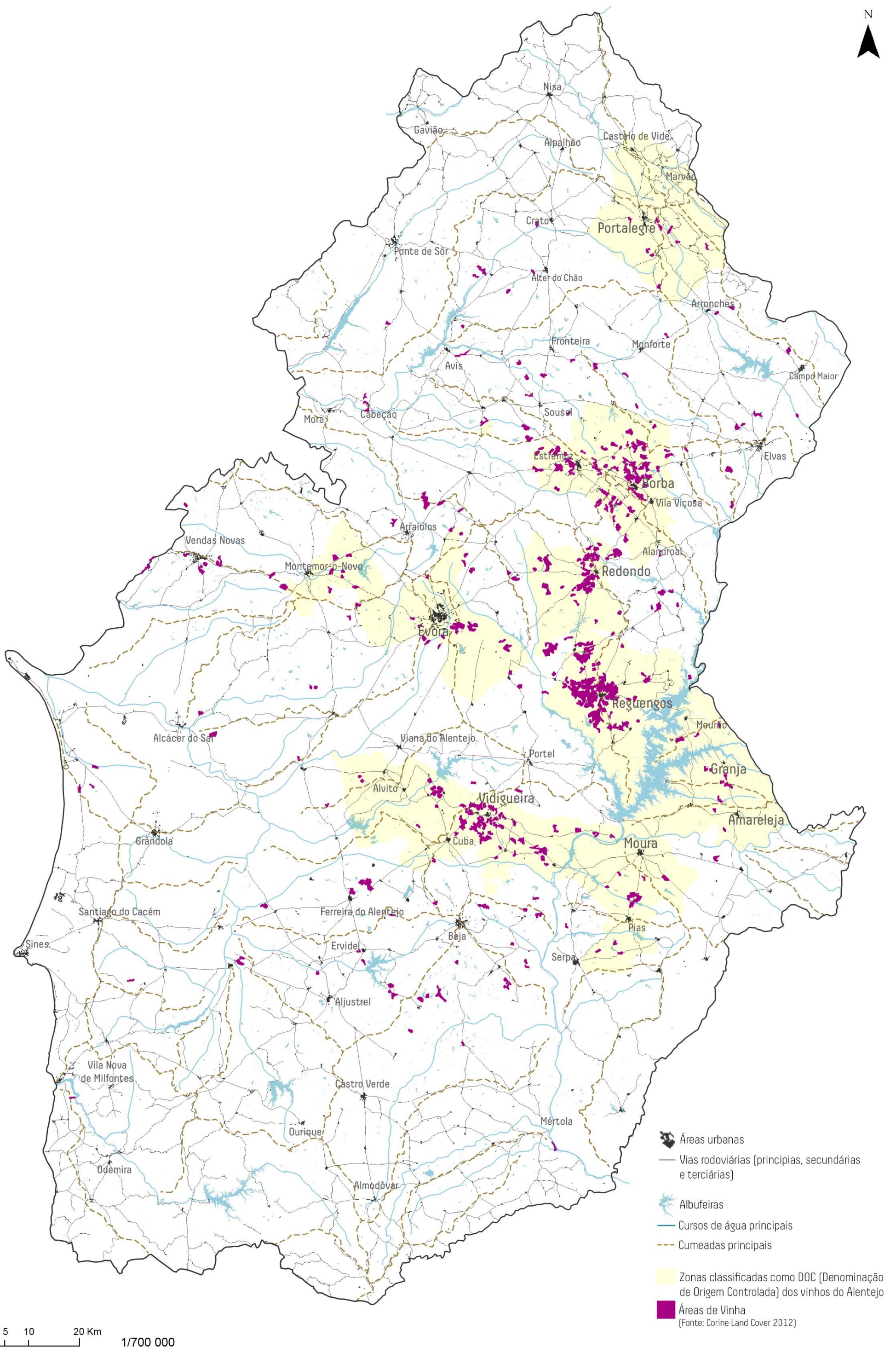
Anexo 8: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 2007



Anexo 9: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 2010

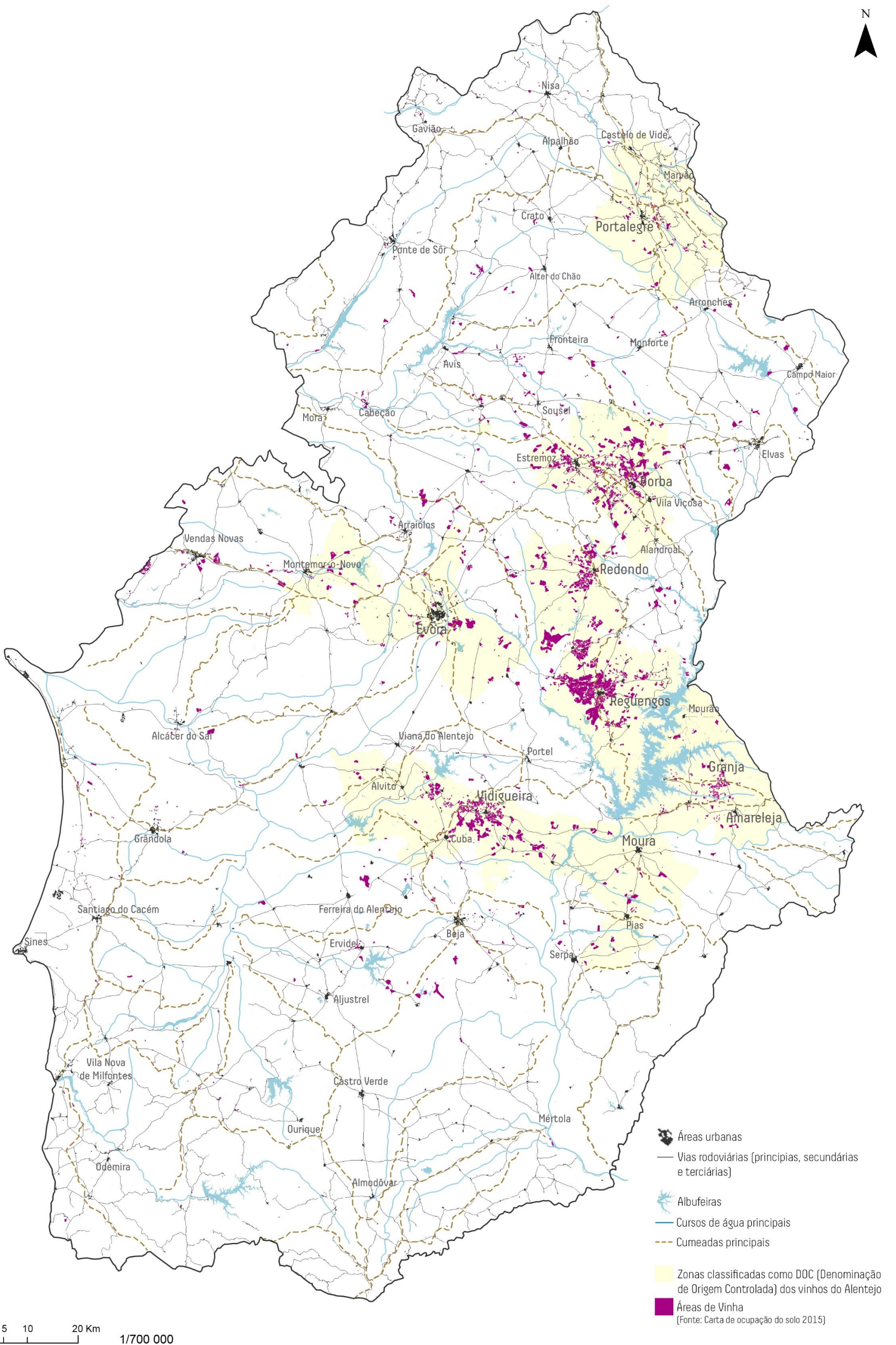


Anexo 10: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 2012



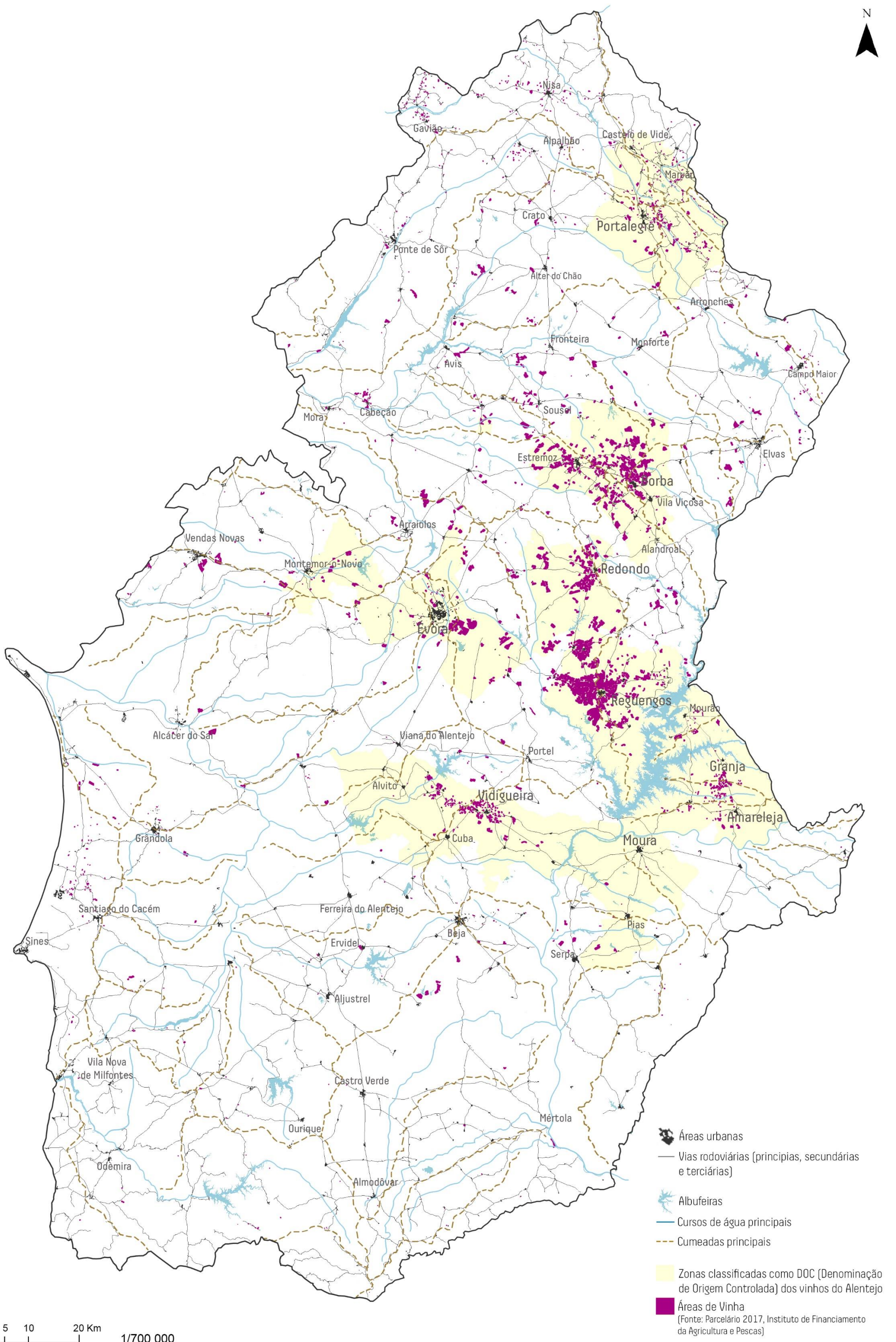


Anexo 11: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 2015



- Áreas urbanas
- Vias rodoviárias (principais, secundárias e terciárias)
- ☪ Albufeiras
- Cursos de água principais
- - - Cumeadas principais
- Zonas classificadas como DOC (Denominação de Origem Controlada) dos vinhos do Alentejo
- Áreas de Vinha (Fonte: Carta de ocupação do solo 2015)

Anexo 12: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 2017



Anexo 13: Carta de distribuição da Cultura da vinha no Alentejo – 2018

